UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JÚLIA MENIN

PRÁTICAS ALIMENTARES E MUDANÇA DO CLIMA: UMA ANÁLISE NO MÉDIO JURUÁ/AM

PORTO ALEGRE

2026

JÚLIA MENIN

PRÁTICAS ALIMENTARES E MUDANÇA DO CLIMA: UMA ANÁLISE NO MÉDIO JURUÁ/AM

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Niederle

PORTO ALEGRE

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Menin, Júlia
PRÁTICAS ALIMENTARES E MUDANÇA DO CLIMA: UMA ANÁLISE NO MÉDIO JURUÁ/AM / Júlia Menin. -- 2026.
167 f.
Orientadora: Lorena Cândido Fleury.

Coorientador: Paulo Niederle.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2026.

1. Amazônia. 2. Práticas Alimentares. 3. Mudanças Climáticas. 4. Segurança Alimentar e Nutricional. I. Cândido Fleury, Lorena, orient. II. Niederle, Paulo, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JÚLIA MENIN

PRÁTICAS ALIMENTARES E MUDANÇA DO CLIMA: UMA ANÁLISE NO MÉDIO JURUÁ/AM

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em: 10 de agosto de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury
Orientadora - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Niederle
Coorientador - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

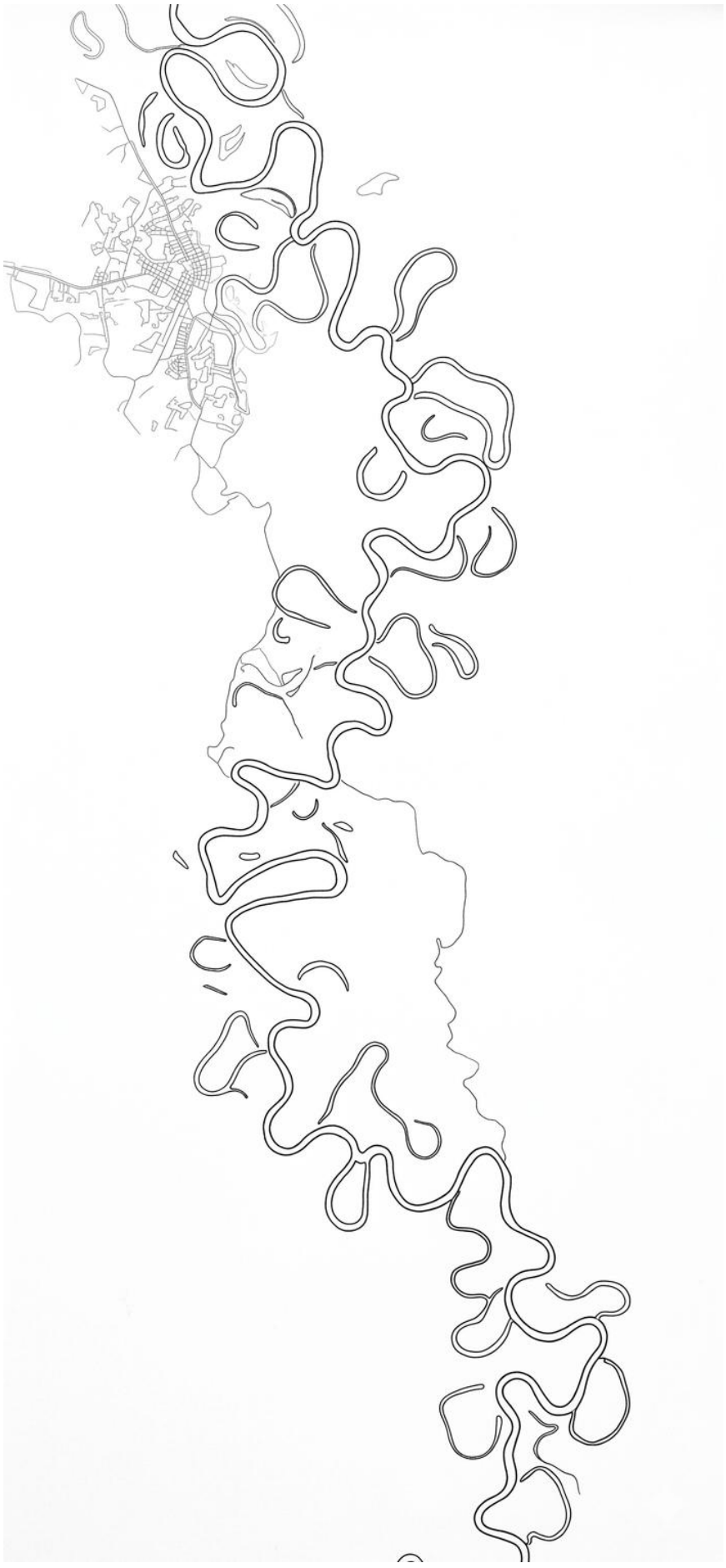
Prof. Dr. David Franklin Guimarães
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio/ Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Prof. Dr. Maycon Schubert
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Renata Menasche
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof. Dr. Sébastien Carcelle
Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD)

Aos meus pais, por sonharem comigo.



PRÓLOGO

Sobre os meandros da travessia

Início esta tese com a cartografia dos meandros do rio Juruá, conhecido por suas curvas sinuosas, que exigem atenção constante de quem o navega. Talvez porque, ao olhar para trás, perceba que este doutorado também foi feito de meandros. Algumas curvas foram planejadas; outras surgiram ao longo do percurso. Todas elas, porém, me trouxeram até aqui.

Foi uma tese construída de maneira pouco convencional. O trabalho de campo aconteceu antes mesmo da qualificação do projeto, fazendo com que a pesquisa encontrasse seus próprios rumos. Assim como no Juruá, aprendi que a travessia raramente segue em linha reta e que, em muitos trechos, é preciso deixar que o percurso conduza.

Entre esses meandros, alguns acontecimentos marcaram profundamente esta trajetória. A tese começou em meio à pandemia da Covid-19, entre aulas remotas e um futuro ainda incerto. Anos depois, a enchente que atingiu o Rio Grande do Sul, em maio de 2024, deslocou novamente meu olhar e aproximou ainda mais minha pesquisa da agenda que estava encaminhando.

Desde o início da minha formação acadêmica, foi o campo que orientou meus passos. Em 2021, durante a defesa da minha dissertação de mestrado, dedicada às práticas de adaptação às mudanças climáticas em comunidades da calha do rio Negro, a questão alimentar já ocupava um lugar importante. Desde então, ela passou a conectar minha formação, minhas pesquisas e minha atuação profissional.

Esta tese teve três grandes paradas: o Amazonas, Montpellier, na França, e o Rio Grande do Sul. De um extremo ao outro, foram as mesmas perguntas sobre alimentação e clima que me acompanharam.

A primeira parada, *norte do país*. Foi no Amazonas que a pesquisa ganhou outra forma, em um território que transformou profundamente meu olhar sobre a alimentação, o clima e a sociologia. Entre rios, comunidades e longas viagens de barco, descobri que o campo raramente segue aquilo que imaginamos quando escrevemos um projeto. Foi também ali que encontrei um modo de fazer pesquisa baseado na escuta, no tempo das conversas e na generosidade de quem abre as portas de casa para compartilhar um café, uma refeição ou uma história.

A segunda parada, *norte global*. Durante minha formação, realizei doutorado-sanduíche no *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (CIRAD,) em Montpellier, que ampliou meu olhar sobre debates internacionais em torno dos sistemas alimentares, da agroecologia e da adaptação às mudanças climáticas. Conviver diariamente com pesquisadores de diferentes países mostrou que, embora os territórios sejam distintos, muitas das perguntas que fazemos são compartilhadas.

A terceira parada, *sul do país*. Meu retorno da França ao Rio Grande do Sul coincidiu com o início das enchentes que marcaram a história do estado. Passei de uma realidade distante para uma cidade irreconhecível: dias sem conseguir reencontrar minha família, seguidos por uma rotina auxiliando em abrigos e cozinhas solidárias. O sentimento inicial de desamparo rapidamente deu lugar a uma pergunta que passou a orientar meu trabalho: por que não estou trabalhando aqui?

A partir dali, passei a atuar no Rio Grande do Sul em pesquisas e projetos voltados aos impactos dos eventos climáticos extremos, à agricultura familiar e às políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Eram as mesmas questões que me acompanhavam desde a Amazônia, e que inevitavelmente encontraram espaço nesta tese.

Ao olhar para trás, os meandros do Juruá se confundem com os deste doutorado. Aprendi que uma pesquisa se faz também dos lugares que atravessamos e das pessoas que encontramos no percurso. Talvez seja isso que torna a travessia possível.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rosalva Jutkosvki Menin e Renato Luis Menin, meu primeiro e mais profundo agradecimento. Vocês sempre acreditaram em mim antes mesmo que eu acreditasse. Costumam dizer que cada novo caminho que percorro também abre possibilidades para vocês conhecerem novos lugares e mundos. Estação/RS continua sendo o lugar para onde volto antes de cada grande passo, para recuperar o fôlego e lembrar de onde vim. Obrigada por serem o lugar de onde parto e para onde sempre volto.

À Lorena Fleury, obrigada por quase uma década de parceria. Foi você quem abriu a porta dos campos na Amazônia com uma pergunta que mudou completamente minha trajetória: "Júlia, você quer ir?". Sua orientação me deu liberdade para seguir os meandros desta pesquisa e construir esta tese respeitando meus próprios caminhos. Obrigada por confiar em mim desde o início e por ter acreditado no meu potencial.

Ao Paulo Niederle, obrigada por ter aceitado a coorientação desta tese. Logo em nossas primeiras conversas, suas orientações foram decisivas para eu encontrar o rumo deste trabalho, e sou imensamente grata por isso. Você criou oportunidades incríveis para a minha trajetória durante esse doutorado. Guardo profunda gratidão pela confiança e pela generosidade de sempre.

Às comunidades do Médio Juruá e às famílias que me receberam em suas casas, meu muito obrigada. Esta tese só existe porque vocês decidiram compartilhar comigo suas histórias, suas refeições, seus cotidianos e seus modos de viver. Descobri que, muitas vezes, me sinto mais em casa no trabalho de campo do que entre os muros da universidade. As entrevistas que se transformavam em horas de conversa, cafés acompanhados de bolinhos, almoços, jantas e até uma festa de aniversário organizada em pleno campo são lembranças que levarei para sempre. Foram dias de trabalho intenso, mas, acima de tudo, dias muito felizes. Espero que este trabalho faça jus, ainda que de forma modesta, à confiança que depositaram em mim.

Ao Projeto ODS 2.4-AM, agradeço pela oportunidade de construir esta pesquisa, em especial aos professores David Lapola, Tiago Jacaúna e Marko Monteiro. Aos colegas do Laboratório de Ciclos Biogeoquímicos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) – Crisvaldo Cassio, Bruna Lima, Alessandra Peixoto, Anna Moraes, José Carlos Soares, Bárbara Brum, Amanda Rayane, Maria Pires e Nathilelly Martins – pela convivência e pelo acolhimento em Manaus. À Giulia Melilli Serbin, Beatriz Xavier

e Tiago Oliveira, pela parceria construída em campo, pelos diálogos e construções conjuntas. Às amizades de Yuri Ferreira e Camila Farias, que tornaram aquele ano um dos mais felizes da minha vida.

Em Carauari, agradeço à Raqueline Nery, à ASPROC, a Edervan Vieira e a Charlene Silva, pela acolhida e pela parceria ao longo da pesquisa. Agradeço também a David Franklin Guimarães e Mônica Vasconcelos, cujas conversas sobre o Médio Juruá e sobre Carauari foram fundamentais para a minha leitura do território.

Ao CIRAD, agradeço pela acolhida durante o doutorado-sanduíche, especialmente ao Prof. Dr. Eric Sabourin, pela disponibilidade constante, e à Claire Dedieu e aos tantos colegas com quem compartilhei conversas, cafés e almoços e ao departamento *Acteurs, Ressources et Territoires dans le Développement* (ART-Dev). Estar em um centro de pesquisa com pessoas de tantos países diferentes significava aprender algo novo praticamente todos os dias. À comunidade brasileira que construí em Montpellier, especialmente Vitória Barbosa e Silvia Dorta, obrigada por transformarem a distância em acolhimento.

No Rio Grande do Sul, agradeço às equipes dos projetos que me permitiram compreender a realidade do estado a partir de diferentes perspectivas. Em especial, às professoras Catia Grisa e Raquel Canuto, que confiaram em mim e no meu trabalho de um jeito que me fez crescer. Obrigada pelas oportunidades e pela parceria construída ao longo desse tempo.

Em Porto Alegre, tive a sorte de construir uma família escolhida. João Pedro da Silva Araújo, Joana Gerent Voges, Raisa Vivan Soares, Nathali Batistel, Leticia Pressi, Suliane Cardoso, Debora Fogliatto, Daniela Damion e Carlos Fabris, obrigada por estarem presentes nas minhas tantas idas e vindas, pelas conversas, pelos cafés, pelas viagens, pelos desabafos e por fazerem desta cidade um lugar de pertencimento.

Ao Grupo de Pesquisa Sociologia das Práticas Alimentares (SOPAS) e ao Grupo Tecnologia Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS), especialmente as amizades de Vitória Duarte, Pamela Kenne, Ana Lopes, Kamila Schneider e Lasaro Thiesen, agradeço pelas discussões, parcerias e aprendizados compartilhados ao longo desses anos.

Agradeço ainda aos membros da banca, Sébastien Carcelle, Renata Menasche, David Franklin Guimarães e Maycon Schubert, que em diferentes momentos contribuíram com o meu trabalho ao longo destes anos.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de diferentes maneiras, cruzaram meu caminho ao longo destes anos. Entre rios, estradas, aeroportos, laboratórios, comunidades, cozinhas, universidades e tantos reencontros, aprendi que pesquisar é, antes de tudo, construir relações. Se esta tese chegou até aqui, foi porque muitas pessoas caminharam comigo. Obrigada por me ajudarem a fazer e refazer casa tantas vezes ao longo dessa travessia.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

"Se não queriam borracha, pelo menos havia quem quisesse a ecologia. E isso eles sabiam fazer"
Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, 2009.

Hoje eu acordei mais cedo pra comprar um peixe lá na panaí
Tava com muita vontade de tomar um caldo do peixe daqui
Comprei salsa e coentro, cebolinha e pimenta murupí
E fui barganhar o preço em meio a gritaria, quando eu ouvi

Três bodó por cinco, leve o jaraqui, dúzia de cubíu, tem curimatã
Matrinxã sem espinha, traíra cuiú, sardinha fresquinha, pescada e pacu
Tem pirapitinga, cará e apapá, cachorra e branquinha limpa pra levar
Piranha da branca e tucunaré, tem jatuarana se você quiser

Ai meu Deus e agora qual que eu vou levar
Nunca vi fartura tanta num lugar, quando eu tava prestes a me decidir
Chegou outro barco, e comecei a ouvir
Tem pirarucu, tem cara açú, olha o tamoatá, vai um aracú

Piau, pirarara, tambaqui, mandí, tô ficando é doido de tanto ouvir
Mapará da hora, arraia vai bem, tem piranha preta, aruanã também
Surubim, filhote e caparari, tem piracatinga e até matupiri
Olha a guelra desse, aperta dali tô ficando doido de tanto ouvir

Feira da Panair – Nicolas Jr

RESUMO

O Médio Juruá, no Amazonas, é um território marcado por eventos climáticos extremos que afetam diretamente as condições de vida das comunidades ribeirinhas. Esta tese analisa como essas comunidades garantem a alimentação nesse contexto, com foco na Comunidade Nova Esperança, no município de Carauari. A pesquisa examina como alimentação, clima e território se articulam no cotidiano ribeirinho, deslocando o foco de abordagens centradas na percepção dos riscos climáticos para uma análise das práticas e arranjos relacionados à garantia da alimentação. Fundamentada na Teoria das Práticas Sociais, em diálogo com debates da sociologia das mudanças climáticas, da sociologia da alimentação e as contribuições do socioambientalismo brasileiro a respeito de povos da floresta e direitos territoriais, a tese argumenta que práticas alimentares são práticas territorializadas: o território não é o contexto em que as práticas acontecem, mas um elemento constitutivo delas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em entrevistas em profundidade, observação participante e análise documental realizadas entre 2021 e 2023. Os resultados mostram que eventos extremos reconfiguram práticas relacionadas ao roçado, à pesca, ao extrativismo e à circulação fluvial. Ao mesmo tempo, a garantia da alimentação depende de arranjos historicamente construídos que combinam dimensões locais, regionais e globais – trocas entre vizinhos, mutirões, conhecimentos locais sobre o rio e a floresta, negociações com associações e empresas, acesso a políticas públicas e projetos de conservação, bem como articulações com mercados internacionais de produtos florestais. Destacam-se, nesse contexto, a atuação da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) e das cantinas comunitárias na articulação entre circulação de alimentos, geração de renda e permanência no território. A pesquisa evidencia que a adaptação climática no Médio Juruá também se produz por meio dos arranjos territorializados, dos conhecimentos locais e das políticas públicas mobilizadas cotidianamente pelas comunidades ribeirinhas para garantir a alimentação. As conclusões da pesquisa ratificam a importância de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam os arranjos territoriais e as formas locais de organização mobilizadas pelas comunidades ribeirinhas diante da intensificação dos eventos climáticos.

Palavras-chave: Amazônia; Práticas Alimentares; Mudança Climática; Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

The Médio Juruá region, in the state of Amazonas, Brazil, experiences extreme climate events that directly affect the living conditions of riverine communities. This thesis examined how these communities secured food under such conditions, focusing on the Nova Esperança Community in the municipality of Carauari. It explored how food, climate, and territory were intertwined in the everyday lives of riverine populations, shifting the analytical focus from approaches centered on perceptions of climate risks toward an analysis of the practices and arrangements through which food was secured. Drawing on Social Practice Theory, in dialogue with the sociology of climate change, the sociology of food, and Brazilian socio-environmentalist scholarship on forest peoples and territorial rights, this thesis argued that food practices were territorialized practices: territory was not merely the setting in which practices took place but a constitutive element of them. The research adopted a qualitative approach based on in-depth interviews, participant observation, and document analysis conducted between 2021 and 2023. The findings showed that extreme climate events reshaped practices related to *roçado*, fishing, extractivism, and river transportation. At the same time, securing food depended on historically constructed territorialized arrangements that connected local, regional, and global dimensions, including exchanges among neighbors, *mutirões*, local knowledge of rivers and forests, negotiations with associations and private companies, access to public policies and conservation initiatives, and linkages to international markets for forest products. In this context, the role of the Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) and the *cantinas comunitárias* (community trading posts) was particularly significant in linking food circulation, income generation, and the ability of families to remain in their territory. The study demonstrated that climate adaptation in the Médio Juruá was also produced through territorialized arrangements, local knowledge, and the public policies that riverine communities mobilized in their everyday efforts to secure food. The findings underscored the importance of public policies that recognized and strengthened territorialized arrangements and locally organized forms of collective action mobilized by riverine communities in response to the increasing intensity of extreme climate events.

Keywords: Amazon; Food Practices; Climate Change; Food and Nutrition Security.

RÉSUMÉ

La région du Médio Juruá, située dans l'État d'Amazonas, au Brésil, connaît des événements climatiques extrêmes qui affectent directement les conditions de vie des communautés riveraines. Cette thèse a examiné la manière dont ces communautés assuraient leur alimentation dans ce contexte, en prenant comme étude de cas la communauté Nova Esperança, dans la municipalité de Carauari. Elle a analysé la manière dont l'alimentation, le climat et le territoire s'articulaient dans le quotidien des populations riveraines, en déplaçant l'analyse des approches centrées sur la perception des risques climatiques vers une étude des pratiques et des arrangements à travers lesquels l'alimentation était assurée. S'appuyant sur la théorie des pratiques sociales, en dialogue avec la sociologie du changement climatique, la sociologie de l'alimentation et les travaux du socio-environnementalisme brésilien sur les peuples de la forêt et les droits territoriaux, cette thèse a soutenu que les pratiques alimentaires étaient des pratiques territorialisées : le territoire n'était pas seulement le cadre dans lequel les pratiques se déroulaient, mais un élément constitutif de celles-ci. La recherche a adopté une approche qualitative fondée sur des entretiens approfondis, l'observation participante et l'analyse documentaire, réalisés entre 2021 et 2023. Les résultats ont montré que les événements climatiques extrêmes reconfiguraient les pratiques liées au roçado, à la pêche, à l'extractivisme et au transport fluvial. Dans le même temps, l'accès à l'alimentation dépendait d'arrangements territorialisés construits historiquement, articulant des dimensions locales, régionales et mondiales, notamment les échanges entre voisins, les mutirões, les savoirs locaux sur les rivières et la forêt, les négociations avec des associations et des entreprises privées, l'accès aux politiques publiques et aux initiatives de conservation, ainsi que les liens avec les marchés internationaux des produits forestiers. Dans ce contexte, le rôle de l'Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) et des *cantinas comunitárias* (comptoirs communautaires d'approvisionnement) s'est révélé particulièrement important dans l'articulation entre la circulation des aliments, la génération de revenus et la capacité des familles à demeurer sur leur territoire. L'étude a montré que l'adaptation au changement climatique dans le Médio Juruá se construisait également à travers des arrangements territorialisés, les savoirs locaux et les politiques publiques mobilisés quotidiennement par les communautés riveraines afin d'assurer leur alimentation. Les résultats ont souligné l'importance de politiques publiques reconnaissant et renforçant les arrangements territorialisés ainsi que les formes locales d'action collective mobilisées par les communautés riveraines face à l'intensification des événements climatiques extrêmes.

Mots-clés : Amazonie ; pratiques alimentaires ; changement climatique ; sécurité alimentaire et nutritionnelle.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Carauari, no estado do Amazonas, Brasil..... 30
Figura 2 - Localização da Comunidade Nova Esperança..... 73
Figura 3 - Idade e escolaridade dos entrevistados em Nova Esperança 76
Figura 4 - As terras caídas da Comunidade Nova Esperança..... 105
Figura 5 - Imagens de diferentes satélites das terras caídas em 2017 e 2024..... 107

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Setor do barco para instituições presentes no evento da ASPROC..... 63
Fotografia 2 - Sabonete de Andiroba da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança, produzido pelas mulheres da comunidade. 68
Fotografia 3 - Cantina Comunitária da ASPROC 70
Fotografia 4 - Assembleia anual da ASPROC, realizada na comunidade São Raimundo em abril de 2023. 71
Fotografia 5 - Almoço na Comunidade Nova Esperança: pacu e farinha 84
Fotografia 6- Processo de higienização dos frutos do açaí..... 86
Fotografia 7- O processo de despolpa do açaí..... 86
Fotografia 8 - Almoço com peixe manejado do Médio Juruá no município de Carauari/AM..... 99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organizações comunitárias do Território do Médio Juruá..... 67
Quadro 2 - Preferências Alimentares em Nova Esperança..... 83
Quadro 3 - Acesso e dificuldades de acesso aos alimentos em Nova Esperança..... 90
Quadro 4 - Marcos normativos sobre SAN no Amazonas 126
Quadro 5 - Marcos normativos sobre Mudança do Clima no Amazonas..... 127
Quadro 6 - Eixos e Instrumentos de ação 131
Quadro 7- Instrumentos mobilizados pela Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) durante a estiagem de 2024..... 135
Quadro 8 - Instrumentos acionados pelas secretarias estaduais do Governo do Estado do Amazonas 137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAEPPRI	Associação Ambiental, Extrativistas, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati
AANE	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança
ADAF	Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
AMAB	Associação dos Moradores Agroextrativistas do Baixo Médio Juruá
AMARU	Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari
AMECSARA	Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ASMAMJ	Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá
ASPODEX	Associação do Povo Deni do Rio Xeruã
ASPROC	Associação dos Produtores Rurais de Carauari
ASTRUJ	Associação dos Trabalhadores Rurais de Juruá
BAGRO	Balcão de Agronegócios
CADA	Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (âmbito federal); Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (âmbito estadual, Amazonas)
CEASA	Centrais de Abastecimento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAGRI	Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura
CGIAR	Consultative Group on International Agricultural Research
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas (antigo Conselho Nacional dos Seringueiros)
CODAEMJ	Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (âmbito federal); Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (âmbito estadual, Amazonas)
COP	Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
COSAMA	Companhia de Saneamento do Amazonas
CTC/AM	Comitê Técnico-Científico do Amazonas
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ESCT	Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia
FAEA	Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas
FAMC	Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAS	Fundação Amazônia Sustentável
FEPIAM	Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas
FTMJ	Fórum do Território do Médio Juruá
FVS-RCP	Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – Dra. Rosemary Costa Pinto
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEB	Movimento de Educação de Base
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAF	Programa de Assistência Familiar
PEPDEC	Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil
PLANESAN	Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
POPEE	Plano Operacional para Enfrentamento à Estiagem
PREME	Programa de Regionalização da Merenda Escolar
PROMOVE	Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar
QGIS	Sistema de Informação Geográfica livre (Quantum GIS)
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDD+	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
REDE PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
RESEX	Reserva Extrativista
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAS	Secretaria de Estado da Assistência Social do Amazonas
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas
SEPROR	Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISBio	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SOPAS	Grupo de Pesquisa Sociologia das Práticas Alimentares
TI	Terra Indígena
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 27
1.1 Clima, alimentação e Amazônia 28
1.2 O território e os sujeitos da pesquisa 29
1.3 Percurso metodológico 31
1.4 Organização da tese 32
2 ALIMENTAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DO DEBATE GLOBAL À AMAZÔNIA 35
2.1 O debate global: sistemas alimentares e clima 35
2.2 A Amazônia como lócus: alimentação, território e eventos extremos 38
2.3 Os sujeitos do território: comunidades tradicionais e o socioambientalismo 41
2.3.1 O Amazonas: insegurança alimentar e eventos extremos 44
3 DA SOCIOLOGIA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS À SOCIOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS 49
3.1 Sociologia das Mudanças Climáticas 49
3.2 Sociologia da Alimentação 52
3.3 Práticas, mudanças climáticas e arranjos: perspectiva analítica 56
4 ATANDO A REDE NO MÉDIO JURUÁ 63
4.1 Em Carauari: o histórico do município 63
4.2 Navegando no Território do Médio Juruá: organizações e instituições 69
4.3 A comunidade Nova Esperança 72
4.4 O Território do Médio Juruá e a Mudança do Clima 77
5 PRÁTICAS ALIMENTARES NO TERRITÓRIO DO MÉDIO JURUÁ: O FAZER COTIDIANO DIANTE DAS MUDANÇAS 80
5.1 O fazer alimentar no território 80
5.2 Temporalidades e consumo alimentar 95
5.3 Transformações nas práticas alimentares 97
5.3.1 O aumento de calor 100
5.3.2 A cheia histórica de 2021 102
5.3.3 As terras caídas 104
5.4 Práticas territorializadas: o que o Médio Juruá ensina à teoria 108
6 GARANTIR A ALIMENTAÇÃO: DO FAZER COTIDIANO ÀS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS 111
6.1 O fazer coletivo: trabalho, reciprocidade e alimentação no território 112
6.2 Suportes institucionais à garantia da alimentação 117

6.3 Comércio ribeirinho e abastecimento alimentar 120
6.4 Políticas públicas e respostas institucionais..... 123
6.4.1 As ausências entre políticas de SAN e Mudança do Clima nas diferentes escalas de governo..... 124
6.4.2 Os planos de contingência e a integração entre clima e alimentação..... 129
6.4.3 Reorientação de políticas públicas em contexto de crise climática e alimentar 134
7 CONCLUSÃO..... 141
REFERÊNCIAS 144
APÊNDICE A - CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES ENTREVISTADOS..... 159
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS..... 161

O embarque

1 INTRODUÇÃO

Esta tese é sobre práticas alimentares e mudanças climáticas na comunidade Nova Esperança, no Território do Médio Juruá, no estado do Amazonas. A pesquisa foi guiada por uma pergunta inicial: *como as pessoas garantem alimentação diante de eventos climáticos extremos*? Com o auxílio dos teóricos da segunda geração da Teoria das Práticas Sociais (SCHATZKI, 1996; 2002; 2019; RECKWITZ, 2002; SHOVE; PANTZAR; WATSON, 2012; WARDE, 2016) em diálogo com o debate socioambiental brasileiro sobre territórios e comunidades tradicionais (DIEGUES, 2001; FLEURY; ALMEIDA, 2007; CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2009) analiso o que muda, o que persiste, e os arranjos que sustentam o acesso à alimentação. A tese argumenta que práticas alimentares são práticas territorializadas: *o território não é o contexto em que as práticas acontecem, ele é constitutivo delas. Assim, as mudanças climáticas aparecem inscritas nas formas cotidianas de produzir, circular e consumir alimentos.*

O achado central da pesquisa é que o acesso à alimentação diante de eventos climáticos extremos depende de arranjos territorializados e multiescalares de práticas construídos ao longo do tempo. Trocas entre vizinhos, mutirões de trabalho como os *ajuris*, negociações com associações e empresas, acesso a editais e projetos de conservação, políticas públicas, articulações com mercados internacionais de produtos florestais: são esses arranjos que sustentam o acesso à alimentação nos períodos de instabilidade. Identificar e analisar como funcionam, e como os eventos extremos os afetam ou reconfiguram, é um dos movimentos que esta pesquisa se propôs a fazer. A entrada analítica, portanto, não é somente pelos impactos climáticos sobre a disponibilidade de alimentos, mas pelas práticas por meio das quais a alimentação é garantida no território.

O objetivo geral da pesquisa foi *analisar como eventos climáticos extremos afetam e reconfiguram os feixes de práticas e arranjos de garantia da alimentação no Médio Juruá*. Para isso, a pesquisa buscou (i) identificar eventos climáticos extremos recentes e seus efeitos sobre a disponibilidade e o acesso a alimentos; (ii) investigar as práticas acionadas para garantir alimentação durante e após esses eventos; (iii) identificar os arranjos, materiais e institucionais, compostos por comunidades, associações, Estado, ONGs e elementos territoriais, envolvidos na garantia da alimentação; e (iv) analisar as

políticas públicas e respostas institucionais relacionadas à segurança alimentar em contextos de crise climática.

1.1 Clima, alimentação e Amazônia

Em 2019, a revista científica *The Lancet* chamou atenção para o que definiu como uma *sindemia global*: a sobreposição entre obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. A proposta do relatório não era tratar esses fenômenos como problemas isolados e mais compreendê-los como parte de um mesmo sistema, marcado por desigualdades sociais, padrões de produção e consumo e profundas transformações ambientais. Desde então, a relação entre alimentação e mudanças climáticas tem ocupado espaço crescente nos debates internacionais, especialmente diante do aumento da ocorrência de secas, enchentes, ondas de calor e outros eventos extremos que afetam a produção, circulação e acesso aos alimentos (SWINBURN *et al*., 2019).

Ao mesmo tempo, vem se consolidando o entendimento de que os sistemas alimentares não são apenas afetados pelas mudanças climáticas, mas participam ativamente de sua produção. A expansão de fronteiras agrícolas, o desmatamento e determinadas formas de uso da terra aparecem entre os principais fatores relacionados às emissões de gases de efeito estufa (POTENZA *et al*., 2023; IPCC, 2019). No Brasil, cerca de 49% das emissões brutas nacionais em 2021 estavam atreladas à mudança de uso da terra (POTENZA *et al*., 2023)

Em contextos marcados por desigualdades históricas, os efeitos dessas transformações tendem a ser mais intensos. A insegurança alimentar, que continua presente no Brasil, atravessa de forma desigual territórios e populações, atingindo especialmente mulheres, populações negras, moradores de áreas rurais e regiões como Norte e Nordeste (REDE PENSSAN, 2022). Dados sobre o período da pandemia de Covid-19, por exemplo, indicam insegurança alimentar em cerca de 59,4% dos domicílios pesquisados entre agosto e dezembro de 2020 (GALINDO *et al*., 2021). O Amazonas, nesse cenário, aparece entre os estados com índices mais elevados.

Na Amazônia, a questão alimentar organiza-se em torno de dinâmicas próprias. A alimentação depende profundamente da sazonalidade dos rios, da pesca e do roçado. A grande maioria das cidades e comunidades do interior do estado é acessível apenas por

via fluvial, o que significa que o ritmo do rio regula também o ritmo do abastecimento (SCHOR *et al*., 2015). Nos períodos de cheia ou seca extrema, o transporte de alimentos é alterado, o acesso a mercados se complexifica, e a pesca, que representa uma das principais fontes de proteína das famílias ribeirinhas, pode cair de forma significativa (TREGIDGO *et al*., 2020b).

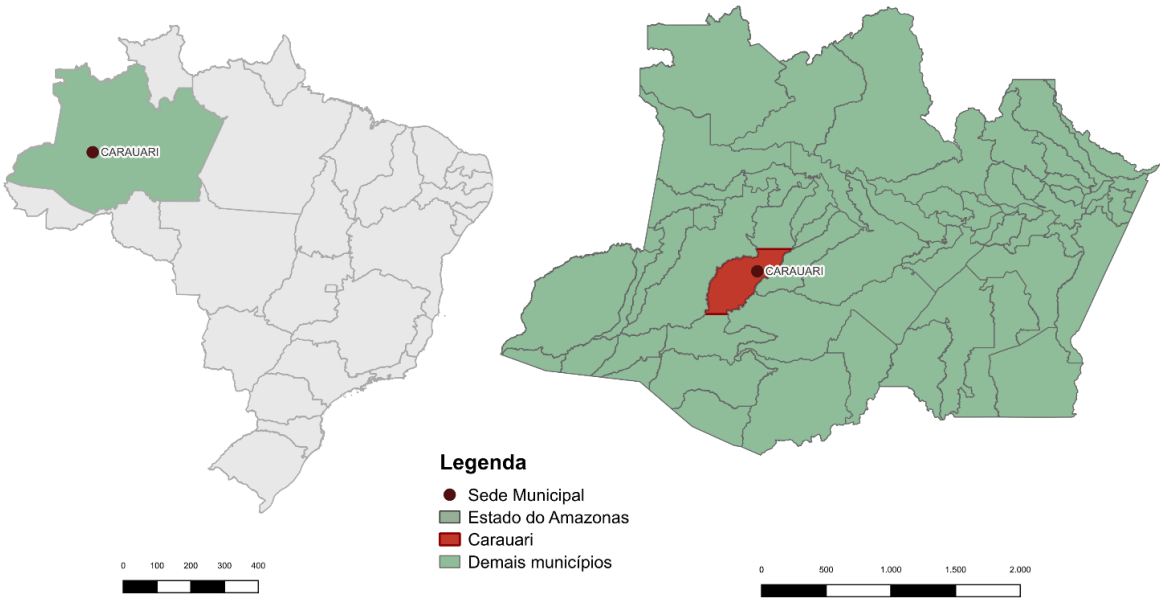
Eventos extremos recentes tornam esse cenário ainda mais concreto. Durante a cheia de 2021, uma das maiores registradas na história do Amazonas (ESPINOZA *et al*., 2022; QUEVEDO *et al*., 2025), comunidades ribeirinhas do Médio Juruá relataram a perda de cerca de 90% da coleta de produtos como murumuru (*Astrocaryum murumuru*) e andiroba (*Carapa guianensis*) (dados de campo, 2023), comprometendo não apenas o autoconsumo, mas a renda das famílias e, consequentemente, o acesso a outros alimentos. Nesse sentido, o clima não aparece como algo distante ou abstrato, mas enraizado na vida cotidiana, atravessando o roçado, a pesca, o transporte, o armazenamento dos alimentos e a cozinha.

1.2 O território e os sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada na comunidade Nova Esperança, localizada na Reserva Extrativista (RESEX)[1] do Médio Juruá, no município de Carauari, no estado do Amazonas. O Médio Juruá é uma região marcada pela presença de unidades de conservação, pela organização de comunidades ribeirinhas em torno do manejo de recursos naturais e pela atuação de associações como a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) que articula comércio justo, conservação ambiental e direitos territoriais na região, e *cujas práticas de manejo também operam como uma resposta de mitigação à mudança do clima*.

[1] As Reservas Extrativistas (RESEX) são unidades de conservação de uso sustentável, instituídas pela Lei nº 9.985/2000 (SNUC), que têm como objetivo proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais que as habitam, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais. Nessas áreas, residem comunidades que dependem do extrativismo e da agricultura de subsistência.

Figura 1 - Localização do município de Carauari, no estado do Amazonas, Brasil



Fonte: IBGE (2025); SEMA-AM (2024). Elaboração própria no QGIS.

Fonte: IBGE (2025a); Amazonas (2024b). Elaborado pela autora com o uso do QGIS.

O Amazonas reúne características que tornam o território particularmente relevante para esta pesquisa: abriga uma das maiores biodiversidades do planeta, uma rica tradição de manejo territorial por parte de povos e comunidades tradicionais e um histórico político importante no campo do socioambientalismo brasileiro. Nesse contexto, o estado constitui um terreno analítico particularmente relevante para pensar como práticas alimentares e mudanças climáticas se entrelaçam no cotidiano.

Há ainda um outro elemento que orientou a construção desta problemática: quando a pesquisa foi iniciada, a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas[2] não fazia menção ao clima, e a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas não mencionava segurança alimentar e nutricional. Embora essas agendas tenham se aproximado progressivamente nos últimos anos, alimentação e mudanças climáticas seguem aparecendo de forma fragmentada nas políticas públicas, apesar de

[2] O estado do Amazonas iniciou, durante a escrita desta tese, o processo de elaboração de um novo Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Espera-se que, com o avanço dos eventos extremos no estado e a crescente discussão sobre o tema, a dimensão climática seja incorporada nesse planejamento.

estarem profundamente articuladas na prática cotidiana das comunidades, conforme será discutido nos capítulos subsequentes.

1.3 Percurso metodológico

A presente pesquisa é qualitativa e parte de uma perspectiva pragmática, interessada no que as *pessoas fazem* e em *como fazem*, em situações concretas do cotidiano. O percurso de campo se desenvolveu em quatro momentos distintos[3]. O primeiro consistiu em uma visita exploratória, realizada em março de 2022, junto à equipe do Projeto "ODS 2.4-AM: entendendo o papel de redes sociais sobre a segurança alimentar frente à extremos climáticos no Amazonas"[4], quando foram conduzidas cerca de dez entrevistas nas comunidades Nova Esperança e Roque. O segundo momento ocorreu no mês de agosto do mesmo ano, com permanência[5] de cerca de uma semana na comunidade Nova Esperança, na casa de uma liderança local, resultando em 44 entrevistas (Apêndice A) realizadas sob licença Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBio) nº 84732-1, emitida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)[6]. O terceiro momento correspondeu ao acompanhamento da Assembleia Geral da ASPROC em abril de 2023, na Comunidade São Raimundo, por meio de observação e produção de notas de campo. Por fim, o quarto

[3] Cabe também situar as condições concretas de realização da pesquisa. O desenho inicial previa uma inserção mais prolongada em diferentes comunidades do Médio Juruá, mas as condições de campo abriram outros caminhos possíveis. Pesquisas realizadas na Amazônia são profundamente atravessadas por questões logísticas, distâncias territoriais e distribuição desigual de recursos, fatores que influenciam tanto o alcance da investigação quanto aquilo que permanece fora dela.

[4] Coordenado pelo Prof. Dr. David Montenegro Lapola (CEPAGRI/Unicamp) e Prof. Dr. Tiago Jacaúna (UFAM) foi financiado pela FAPESP (Processo nº 20/08940-6) em parceria com a FAPEAM. O projeto investiga como redes sociais entre atores locais influenciam o acesso a serviços ecossistêmicos ligados à segurança alimentar em Manaus, Carauari e Tabatinga, municípios que representam um gradiente de vulnerabilidade nutricional no Amazonas. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/108045. Acesso em: 25 mai. 2025.

Para resultados do projeto, ver: CRUZ, A. L. C. *et al*. Ecosystem services and food security: Local perception aligning with demands in the state of Amazonas, Brazil. *Ecosystem Services*, v. 74, 2025. https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2025.101781.

[5] Durante a segunda incursão do trabalho de campo em Carauari, as entrevistas foram aplicadas em parceria com Giulia Melilli Serbin e Beatriz Xavier, pesquisadoras do Projeto ODS 2.4-AM, a quem agradeço a colaboração e parceria.

[6] A pesquisa foi conduzida por uma pesquisadora externa ao território, com trabalho de campo realizado em períodos delimitados. Essa posição exige reconhecer as assimetrias históricas da produção acadêmica sobre a Amazônia e os riscos de relações instrumentalizadas de pesquisa. No Médio Juruá, esse debate já é amplamente elaborado pelas organizações locais, inclusive por meio de instâncias de acompanhamento de pesquisas. Assim, a devolutiva dos resultados será realizada em diálogo com a comunidade e com essas instâncias territoriais.

momento[7] ocorreu de forma remota, com entrevistas realizadas junto a gestores do ICMBio e do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), além da análise de projetos, relatórios e normativas relacionados ao território.

No processo de análise dos dados, as entrevistas foram organizadas em cinco eixos principais: o modo de vida ribeirinho, com foco nas trajetórias de vida e trabalho; as práticas alimentares em contextos de eventos extremos, especialmente em relação ao roçado e ao cotidiano alimentar; as associações e lideranças mobilizadas pelas comunidades; a sazonalidade, considerando as mudanças no plantio e no consumo de alimentos ao longo do ano; e as medidas de adaptação desenvolvidas frente às mudanças climáticas e aos eventos extremos vivenciados no território. As entrevistas foram analisadas por meio de análise de conteúdo temática, com apoio do NVivo; os registros de observação e as notas de campo complementaram essa análise

1.4 Organização da tese

A estrutura desta tese é uma viagem de barco pelo Juruá: embarcamos e só atracamos depois de percorrer cada curva.

O Capítulo 2 apresenta o campo temático no qual a pesquisa se insere, percorrendo o debate global sobre sistemas alimentares e mudanças climáticas, a especificidade amazônica da questão alimentar e o percurso do socioambientalismo brasileiro. Situa as comunidades tradicionais como sujeitos centrais nos debates sobre conservação e mudança climática, com atenção particular ao estado do Amazonas, aos índices de insegurança alimentar e aos eventos extremos na região.

[7] Um desafio metodológico central desta pesquisa decorre da própria natureza do objeto investigado. Como apontam Baron *et al.* (2025), práticas são atividades rotineiras mais relacionadas ao conhecimento incorporado do que ao conhecimento cognitivo, o que torna seu acesso mais difícil pelos métodos convencionais das ciências sociais. A pesquisa priorizou, por essa razão, entrevistas em profundidade e observação em período limitado de campo. As entrevistas foram realizadas nas casas dos interlocutores e frequentemente acompanhadas de refeições e momentos de convívio, que também ofereceram elementos para a análise a partir das notas de campo. Ainda que o acompanhamento sistemático de atividades cotidianas não tenha sido possível nessa escala, as práticas apareceram de forma recorrente nas próprias entrevistas: quando perguntados sobre eventos extremos, os interlocutores respondiam descrevendo o que fazem em relação à alimentação - o roçado, a pesca, a cozinha.

O Capítulo 3 apresenta uma revisão crítica da literatura e o referencial teórico da pesquisa. O texto percorre a Sociologia das Mudanças Climáticas e a Sociologia da Alimentação como campos em diálogo, antes de apresentar a Teoria das Práticas Sociais, a partir especialmente da segunda geração com Schatzki (2019), Warde (2014) e Shove, Pantzar e Watson (2012), como perspectiva analítica. A análise passa a acompanhar práticas, arranjos e relações construídas no território para identificar como eventos extremos incidem sobre o cotidiano alimentar.

O Capítulo 4 apresenta o território e os sujeitos da pesquisa. Percorre o histórico do município de Carauari, os arranjos institucionais do Território do Médio Juruá, a comunidade Nova Esperança e a relação do território com a mudança do clima. O texto situa o papel da ASPROC na articulação regional e mostra como o rio, os ciclos sazonais e os eventos extremos constituem o cotidiano das famílias ribeirinhas.

O Capítulo 5 analisa as práticas alimentares cotidianas das famílias ribeirinhas do Médio Juruá: o roçado, a pesca, o armazenamento, as temporalidades do consumo e as transformações provocadas pelos eventos extremos. Além disso, examina como o aumento do calor, a cheia histórica de 2021 e o fenômeno das "terras caídas" incidem sobre essas práticas, e elabora o argumento central da tese: *o território é um elemento essencial de ancoragem das práticas alimentares.*

O Capítulo 6 analisa os feixes de práticas e arranjos que sustentam a alimentação no território diante dos eventos extremos: o fazer coletivo, as redes de reciprocidade, o comércio ribeirinho e as cantinas locais, os arranjos institucionais e as respostas do poder público. O capítulo examina como esses arranjos combinam dimensões locais, regionais e globais, as ausências entre políticas de segurança alimentar e nutricional e mudança do clima nas diferentes escalas de governo, a emergência dos planos de contingência - com destaque para a seca de 2024 - e os limites e possibilidades da inovação institucional em contextos de crise.

As considerações finais retomam o argumento central da tese e discutem o que o caso do Médio Juruá oferece ao debate mais amplo sobre práticas alimentares, mudanças climáticas e políticas públicas na Amazônia, e apontam, a partir do caso, o território como elemento de ancoragem das práticas alimentares.

Os afluentes

2 ALIMENTAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DO DEBATE GLOBAL À AMAZÔNIA

Este capítulo se organiza em três movimentos: o primeiro situa a relação entre sistemas alimentares e mudanças climáticas no debate científico e político internacional, dos relatórios globais às Conferências das Partes, com atenção às lacunas que esse debate ainda apresenta quando aplicado a contextos do Sul global. O segundo examina a Amazônia como lócus específico de análise, argumentando que esse território oferece condições particulares para observar como mudança climática e alimentação se articulam na escala local e como os eventos climáticos extremos tensionam ali os sistemas alimentares. O terceiro reconstrói brevemente a trajetória do socioambientalismo brasileiro e mapeia os sujeitos que habitam essa discussão no Brasil, povos e comunidades tradicionais, organizações territoriais, o estado do Amazonas, construindo o espaço analítico do qual parte esta pesquisa.

2.1 O debate global: sistemas alimentares e clima

Mudanças climáticas e segurança alimentar e nutricional foram, em grande medida, abordadas a partir de lentes disciplinares distintas. A crise climática foi tratada sobretudo no campo das ciências físicas e da agenda energética, enquanto a fome e a insegurança alimentar eram discutidas no âmbito do desenvolvimento, da distribuição e das políticas agrícolas. Mesmo nos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), a alimentação apareceu por muito tempo apenas pela ótica da produção agrícola (PORTER *et al*., 2019). Esse enquadramento foi sendo progressivamente questionado à medida que pesquisas passaram a evidenciar as conexões entre as duas agendas. Os sistemas alimentares respondem por cerca de um terço das emissões globais de gases de efeito estufa (CRIPPA *et al*., 2021), e essas emissões se distribuem de forma desigual entre grupos de renda (XU *et al.*, 2025).

A abordagem de sistemas alimentares – que permite analisar simultaneamente produção, distribuição, consumo e seus impactos climáticos – foi incorporada de forma gradual aos relatórios do IPCC, sendo formalizada apenas no Quinto Relatório de Avaliação (IPCC, 2014) e consolidada no Relatório Especial sobre Mudança Climática e

Terra (IPCC, 2019), evidenciando que a interlocução entre as duas agendas é relativamente recente no próprio campo científico (PORTER *et al*., 2019; IPCC, 2019). Apenas a partir dessa convergência é que evidências empíricas passaram a demonstrar que as alterações climáticas afetam a segurança alimentar e nutricional por vias complexas e multidirecionais, incluindo a estabilidade da produção agrícola, o acesso a alimentos, os preços de mercado e a infraestrutura das cadeias alimentares (FANZO *et al*., 2025; RAHMAN *et al*., 2025).

A Comissão EAT-Lancet, que em outubro de 2025 publicou seu segundo relatório sobre sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos, apresentou um diagnóstico mais detalhado do que o da edição anterior, de 2019: os sistemas alimentares são hoje o maior responsável pela transgressão de cinco limites planetários, respondem por cerca de 30% das emissões globais de gases de efeito estufa, e menos de 1% da população mundial vive no chamado "espaço seguro e justo", em que direitos e necessidades alimentares são atendidos dentro dos limites do planeta (ROCKSTRÖM *et al*., 2025). O relatório também documenta uma distribuição assimétrica dos impactos ambientais: os 30% mais ricos da população global são responsáveis por mais de 70% dos efeitos ambientais associados à alimentação, o que indica que os custos ecológicos do sistema recaem de forma desproporcional sobre populações que pouco contribuíram para produzi-los.

O *Lancet Countdown on Health and Climate Change*, publicado em 2024, registrou que a maior frequência de ondas de calor e secas em 2023 esteve associada a 151 milhões de pessoas a mais em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, em comparação com a média anual entre 1981 e 2010 (ROMANELLO *et al*., 2024). No caso da Amazônia, cerca de 38% das florestas remanescentes estão atualmente degradadas pelo fogo, extração madeireira, efeitos de borda e secas extremas, com emissões de carbono equivalentes ou superiores às do próprio desmatamento (LAPOLA *et al*., 2023), o que compromete também os sistemas alimentares que dependem da floresta para sua reprodução (ANTUNES *et al*., 2025; SCIENCE PANEL FOR THE AMAZON, 2025).

O Sexto Relatório de Avaliação do IPCC reconheceu pela primeira vez que padrões históricos e contínuos de inequidade, como o colonialismo, produzem e agravam a situação dos povos indígenas diante das mudanças climáticas, e afirmou que a participação informada por conhecimentos indígenas e locais é condição para enfrentar

lacunas de adaptação (IPCC, 2022). Carmona *et al*. (2023) identificaram, contudo, que o IPCC ainda tende a retratar comunidades indígenas principalmente como populações "afetadas", sem reconhecer adequadamente seus conhecimentos como contribuições à produção científica – o que configura uma abordagem reducionista que reforça estereótipos já consolidados na literatura sobre povos indígenas e mudanças climáticas. Em resposta, o Fórum Permanente da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Questões Indígenas recomendou, em 2023, que o IPCC produza um relatório especial no próximo ciclo de avaliação, liderado por acadêmicos indígenas e detentores de conhecimentos tradicionais (UNITED NATIONS, 2023).

Essa assimetria se reproduz nos campos de pesquisa que esta tese mobiliza. Os conhecimentos acumulados por comunidades ribeirinhas sobre variabilidade climática e sistemas alimentares locais tendem a ter presença limitada nos fóruns e instrumentos que orientam as políticas (FORD *et al*., 2016; SCIENCE PANEL FOR THE AMAZON, 2025). O que se sabe sobre o comportamento do rio, os ciclos da floresta e as estratégias de garantia alimentar em períodos de instabilidade raramente integra as modelagens e os relatórios de referência que fundamentam decisões de política pública.

A 30ª Conferência da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém do Pará em novembro de 2025 – primeira Conferência das Partes sediada na Amazônia -, expressou simultaneamente os avanços e as tensões desse processo. Do lado dos sistemas alimentares, a conferência contou com pavilhões dedicados ao tema, entre os quais destacam-se o *Food Roots and Routes Pavilion*, espaço dedicado a perspectivas do Sul Global sobre o papel dos sistemas alimentares no enfrentamento da crise climática, com ênfase na agroecologia, na biodiversidade e nos saberes de povos e comunidades tradicionais (COMIDA DO AMANHÃ, 2025), e o *Food and Agriculture Pavilion*, co-organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Consultative Group on International Agricultural Research (CGIAR) na Zona Azul[8] (FAO, 2025).

Do lado dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, a COP30 reuniu a maior participação indígena de sua história: mais de três mil indígenas estiveram

[8] A Zona Azul é a área oficial da COP, administrada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, onde ocorrem as negociações entre as delegações dos países e o acesso é restrito a credenciados.

presentes em Belém, com cerca de 360 lideranças de organizações brasileiras, articuladas pelo Círculo de Povos com forte atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), credenciadas para a Zona Azul (COP30, 2025). Entre os resultados concretos, registra-se a homologação de quatro terras indígenas e a emissão de portarias declaratórias para outras dez áreas pelo governo brasileiro durante a conferência, em resposta às demandas dos povos originários pelo reconhecimento territorial como política climática[9].

Ao mesmo tempo, organizações da sociedade civil e pesquisadores seguem apontando a distância entre a centralidade discursiva adquirida pelos sistemas alimentares nas conferências climáticas e o volume efetivo de investimentos destinados a transformações estruturais no setor (FAO; UNDP, 2025). Na Assembleia da ASPROC de 2023, no Médio Juruá, da qual participei como pesquisadora, termos como *mercados de carbono*, *serviços ecossistêmicos* e *bioeconomia* ganharam centralidade nas pautas, trazidos por ONGs e representantes do poder público. Essa circulação de conceitos entre as arenas globais e as assembleias locais constitui uma das tensões que esta tese examina. O que o debate global ainda oferece de forma limitada, no entanto, é uma análise das condições concretas em que essa circulação ocorre em contextos como o do Médio Juruá, – das práticas alimentares específicas que são tensionadas, dos arranjos territoriais que as sustentam e dos modos como comunidades respondem a perturbações que excedem a variabilidade com a qual historicamente aprenderam a lidar.

2.2 A Amazônia como lócus: alimentação, território e eventos extremos

[9] O Ponto de Cultura Alimentar Iacitatá, fundado pela chef e ativista indígena Tainá Marajoara, foi selecionado para comandar a cozinha da COP30, com pratos da culinária amazônica ancestral preparados com mais de dez toneladas de ingredientes agroecológicos. Segundo a chef, foi a primeira COP a contar com uma cozinha de base comunitária e da agricultura familiar (CARVALHO, 2025). Em paralelo, o MDS e a Conab destinaram 143 toneladas de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os espaços da sociedade civil: 84 toneladas para a Cúpula dos Povos e 53 toneladas para a Aldeia COP (BRASIL, 2025c). A Cozinha Solidária da Cúpula dos Povos serviu 21 mil refeições diárias (BRASIL, 2025a), e cooperativas indicadas pela Conab garantiram ao menos 30% das refeições servidas nas áreas oficiais da conferência. Segundo a imprensa, foi também a primeira vez que a agricultura familiar entrou oficialmente no orçamento da ONU como fornecedora de alimentos em uma conferência do clima (ROMA NEWS, 2025). A alimentação esteve presente nas negociações climáticas também como prática concreta.

A Amazônia brasileira apresenta condições que a tornam um lócus analítico particularmente relevante para os problemas que esta tese examina. Abriga cerca de 19 milhões de habitantes distribuídos por nove estados, entre povos indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhos extrativistas, com papel central na conservação e no manejo da diversidade biológica e agrícola da região. Essa extensão geográfica e essa diversidade socioecológica impõem uma ressalva: a Amazônia não constitui um bloco homogêneo. Cada sub-região apresenta configurações ecológicas, históricas e culturais próprias – dos sistemas de várzea do estuário às florestas de igapó do Alto Rio Negro, das comunidades extrativistas do Médio Juruá aos territórios indígenas do sul do Pará.

Nas várzeas e nas comunidades ribeirinhas, a sazonalidade dos rios é o eixo que organiza as práticas de produção, circulação e consumo de alimentos. As comunidades ribeirinhas constroem seus calendários de plantio, pesca e coleta em relação ao ritmo da cheia e da seca, e as práticas alimentares incorporam essa variação como elemento estruturante de seu funcionamento. Valores e normas culturais, identidade, parentesco, memória, foram reconhecidos como centrais na produção e no consumo de alimentos nas áreas rurais amazônicas (ELOY; EMPERAIRE, 2011; MURRIETA; WINKLERPRINS, 2003), assim como o papel do açaí como eixo econômico e alimentar dos sistemas ribeirinhos (BRONDÍZIO, 2008). A Amazônia brasileira abriga um patrimônio alimentar de grande diversidade, composto por centenas de espécies vegetais comestíveis cujo potencial é frequentemente invisibilizado nas políticas de segurança alimentar (GOMES *et al*., 2023; MIRANDA *et al*., 2024)

O açaí (*Euterpe oleracea Mart*. e *Euterpe precatoria Mart*.) ilustra a complexidade dessas articulações: representa base calórica central durante a principal estação de produção, mas é também um produto com demanda crescente nos mercados nacionais e internacionais, o que gera tensão entre autoconsumo e comercialização – tensão agravada pelo impacto das mudanças climáticas sobre a produtividade dos açaizais (BRONDÍZIO, 2008; TREGIDGO *et al*., 2020a). A andiroba e o muru-muru, presentes nos sistemas alimentares e medicinais das comunidades do Médio Juruá, seguem

trajetória semelhante: quando eventos extremos comprometem a coleta[10], o impacto sobre a renda das famílias se desdobra em restrições ao acesso a outros alimentos.

As transformações nas dietas ribeirinhas nas últimas décadas também foram documentadas pela literatura. Houve uma transição nutricional associada à chegada de transferências de renda, com substituição progressiva de alimentos locais por ultraprocessados (PIPERATA *et al*., 2011). O crescimento do consumo de frango congelado em detrimento do peixe foi observado em diferentes comunidades do estado (SILVA *et al*., 2017). Séries históricas de 1994 a 2023 no Norte do Brasil confirmaram uma tendência de aquecimento com efeitos sobre culturas como mandioca, milho e feijão, que constituem a alimentação básica das comunidades (PEREIRA *et al.*, 2025).

Em regiões de fronteira, essas dinâmicas extrapolam os limites nacionais. No município de Tabatinga, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, em trabalho de campo do Projeto ODS 2.4 AM, foi possível identificar que a circulação cotidiana de alimentos, pescadores e comerciantes entre os três países. Hortaliças vindas do Peru, deslocamentos por estradas colombianas e práticas de pesca realizadas em territórios vizinhos integram os arranjos alimentares locais – dinâmica já documentada pela literatura sobre redes urbanas e segurança alimentar na região (SCHOR; TAVARES-PINTO; BUTEL, 2016), indicando que a escala de análise "local" na Amazônia não se confunde com um território delimitado por fronteiras administrativas.

Os eventos extremos perturbam esse sistema de formas diferentes da variabilidade sazonal regular. Os eventos extremos na Amazônia estão associados a fenômenos como El Niño e La Niña e à Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), que distribui de forma heterogênea as chuvas pela bacia continental (MARENGO, 2004; MARENGO; ESPINOZA, 2016). O regime de cheias alterou-se nas últimas décadas, com eventos extremos mais frequentes e intensos. Os solos de várzea, historicamente utilizados para o plantio por sua fertilidade, tornaram-se mais vulneráveis a essas inundações, o que afeta os sistemas agrícolas das famílias ribeirinhas (DOYEN *et al*., 2019). Em alguns territórios, como o Médio Juruá, isso tem deslocado parte da produção para a terra firme

[10] Informação obtida em campo durante a pesquisa. Para documentação do impacto da enchente de 2021 sobre a safra de andiroba e murumuru no Médio Juruá e seu efeito sobre as cadeias produtivas coordenadas pela CODAEMJ. Ver mais em SITAWI (2022).

(GUIMARÃES *et al.,* 2025), com impactos sobre os arranjos que sustentam a alimentação das famílias

Em períodos de seca extrema, o próprio abastecimento das comunidades pode ser interrompido. A redução do nível dos rios altera rotas, impede a circulação de barcos regionais e dificulta o acesso a alimentos, combustível e água potável (FLEISCHMANN *et al.,* 2025). Em algumas localidades, como nos interiores de Carauari e Manaus, moradores percorrem longas distâncias a pé até outras comunidades para acessar o transporte fluvial. Nessas condições, a sazonalidade deixa de operar como variação previsível incorporada nas práticas e passa a configurar uma instabilidade material do cotidiano.

A literatura sobre SAN e adaptação climática, desenvolvida em sua maioria a partir de contextos do Norte global, tende a propor soluções de alcance limitado quando aplicada a contextos como os das comunidades ribeirinhas amazônicas (RAJ *et al*., 2022; NIGHTINGALE *et al*., 2020). Parte dessa limitação decorre de uma tendência a situar a vulnerabilidade nas características climáticas e biofísicas, em vez de reconhecê-la como produzida por relações sociais e políticas que estruturam o acesso a recursos e proteções (RIBOT, 2014). As formas de lidar com a variabilidade climática nesses territórios foram construídas ao longo de gerações, incorporadas em saberes, materiais e relações sociais que pouco aparecem nos modelos de adaptação convencionais. Esse problema, porém, não se torna inteligível sem uma reconstrução da história política que produziu os sujeitos que habitam esse território – os movimentos, as organizações e as categorias políticas que tornaram possível tanto a permanência das comunidades quanto as práticas alimentares que esta tese examina.

2.3 Os sujeitos do território: comunidades tradicionais e o socioambientalismo

A permanência de espaços de conservação em comunidades ribeirinhas na Amazônia e a configuração de seus sistemas alimentares resultam, em parte, de um processo político iniciado nas décadas de 1970 e 1980, no qual reivindicações territoriais e ambientais foram progressivamente articuladas por comunidades tradicionais como seringueiros, indígenas e populações ribeirinhas. Esse processo produziu uma orientação

política singular, denominada socioambientalismo, com uma trajetória distinta das correntes ambientalistas que se consolidaram em outros contextos nacionais[11]. O socioambientalismo emergiu da experiência de populações cujas práticas de vida estavam diretamente vinculadas ao acesso ao território e aos recursos naturais, e para as quais as questões ambientais e sociais não se apresentavam como dimensões separadas (DIEGUES, 2001; CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2009; FLEURY; ALMEIDA, 2007). Para esses grupos, a relação com o território não se reduz somente à dimensão fundiária: envolve práticas de manejo, saberes transmitidos intergeracionalmente e formas de organização social que estruturam também a reprodução alimentar das comunidades. Analisar como esses sistemas funcionam e como os eventos extremos os tensionam exige, portanto, atenção à história política que tornou possível tanto a permanência das comunidades quanto as práticas que esta tese examina.

Essa história tem uma origem geográfica precisa: o Acre, o Alto Rio Juruá, a mesma calha de rio dos sujeitos desta tese. No fim dos anos 1970, vários fenômenos ocorriam simultaneamente na região: a queda na venda do látex, a ausência de títulos legais de terra para os seringueiros e a expansão de fronteiras agrícolas com a chegada de fazendeiros de outras partes do país. Em resposta, redes de sindicatos rurais, seringueiros e setores da Igreja Católica formaram uma aliança contrária à expulsão do território, fundada na luta pela reforma agrária e na proteção da mata onde ocorria o trabalho de extração do látex. Desse processo emergiu o Conselho Nacional dos Seringueiros[12], criado no primeiro encontro nacional da categoria, realizado em outubro de 1985 na Universidade de Brasília.

Neste evento, muitas lideranças do estado do Amazonas estavam presentes e uma destas se tornou presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS[13]). Schweickardt (2010) destaca como a atuação dos representantes do Amazonas compôs o

[11] A literatura sobre conservação ambiental documenta que as tradições ambientalistas hegemônicas, ao menos em sua vertente preservacionista clássica, tenderam a separar proteção da natureza e direitos humanos, concebendo áreas protegidas como zonas livres de presença humana. Esse modelo, cujo exemplo paradigmático é a criação do Parque Yellowstone nos Estados Unidos em 1872, influenciou políticas de conservação em escala global e foi objeto de crítica por autores como Diegues (2001), que demonstra seus impactos sobre populações tradicionais no Brasil. O socioambientalismo brasileiro emergiu, em parte, como resposta a essa tradição.

[12] A partir de 2009, o Conselho Nacional do Seringueiros, passou a se chamar Conselho Nacional das Populações Extrativistas, abrigando a pluralidade de representantes do extrativismo brasileiro.

[13] O primeiro presidente da CNS, foi o seringueiro Jaime da Silva Araújo, do município de Novo Aripuanã/AM.

movimento que emergia e que representava um perfil de movimento que redirecionaria os processos de territorialização na Amazônia. A autora também destaca como o processo de *ambientalização* já abordado por Leite Lopes (2004) esteve presente nas reivindicações em territórios, como o do Médio Juruá, a autora enfatiza como a defesa não estava apenas na garantia de "lotes familiares", mas na busca de um *território*. Além da obra de Leite Lopes (2004), Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida discutem o surgimento de um novo tipo de ambientalismo. Ou seja, não somente um processo de *ambientalização,* mas a própria definição do que é ambiente (FLEURY, 2013).

A reinvindicação era a criação de Reservas Extrativistas em modelo similar ao das terras indígenas, sem divisão de lotes, tal estratégia inicialmente não encontrou respaldo institucional. A abertura ocorreu apenas a partir do momento em que a conexão entre proteção florestal e direitos territoriais passou a ser lida como possibilidade de construir alianças mais amplas, tornando a questão ambiental um caminho viável para a conquista de direitos fundiários. A demanda passou a articular proteção da floresta e presença das populações locais como elementos mutuamente constitutivos. A primeira reserva extrativista, a do Alto Juruá, foi criada em 1990. O Brasil conta hoje com 96 reservas extrativistas, abrangendo cerca de 15,7 milhões de hectares (BRASIL, 2021).

O conceito de territorialidades específicas, proposto por Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008), oferece uma entrada analítica para essa trajetória: são formas coletivas, situadas e historicamente produzidas de habitar e defender espaços de vida, irredutíveis à categoria jurídica de propriedade. É a partir desse entendimento que Carneiro da Cunha e Almeida (2009) reconstituem a emergência do conceito de populações tradicionais no Brasil, mostrando como grupos antes considerados "fadados ao desaparecimento pela marcha da modernidade" passaram a ocupar posição central nos debates ambientais. Populações tradicionais são grupos que conquistaram, ou estão lutando para conquistar, uma identidade pública que inclui, entre outras características, o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, instituições com legitimidade para fazer cumprir suas normas e liderança local. O que conta como comunidade tradicional foi sendo construído no embate, e os próprios povos participaram da elaboração dos termos que passaram a os descrever.

Esse processo de construção política de identidades tem um desdobramento analítico relevante para esta tese. Os povos que passaram a habitar termos como

tradicional e indígena, categorias oriundas de um processo colonial com cunho classificatório e frequentemente depreciativo, transformaram-nos em instrumentos de mobilização. Algo análogo parece estar em curso com os termos climáticos. Mudança do clima, serviços ecossistêmicos, bioeconomia e mercados de carbono chegaram às assembleias do Médio Juruá vindos de fora, trazidos por ONGs e representantes do poder público, e estão sendo recebidos e reelaborados pelas lideranças comunitárias com atenção seletiva e desconfiança parcial. Como comentado anteriormente, foi possível observar esse processo em operação na Assembleia da ASPROC de 2023: os termos climáticos entravam na pauta, mas eram traduzidos e filtrados pela experiência acumulada do movimento.

Um mesmo movimento atravessa esses processos: a incorporação de recursos e vocabulários externos sem a perda do sentido político próprio. A conservação foi, na origem, um instrumento político em uma luta pela liberdade e por direitos fundiários. Com o tempo, os recursos mobilizados em nome da conservação passaram a viabilizar bens e serviços como motores de canoa, embarcações, escolas e instalações de saúde. A conservação tornou-se parte integrante dos projetos locais de reprodução social, mas o sentido original de garantia de existência e de autonomia territorial não desapareceu (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2009).

2.3.1 O Amazonas: insegurança alimentar e eventos extremos

O Amazonas concentra proporções de insegurança alimentar moderada e grave acima da média nacional (REDE PENSSAN, 2022). O estado abriga também uma das maiores biodiversidades do planeta, uma tradição consolidada de manejo territorial por comunidades tradicionais e um histórico político relevante no campo socioambiental. É, ainda, um estado em que as políticas públicas de alimentação e de clima foram formuladas de forma desarticulada.[14]

[14] No Amazonas, essa desconexão se expressa de forma direta. Nem a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei Estadual nº 3.476/2010) nem a lei que a revogou e hoje dispõe sobre o Sistema e a Política Estadual de SAN (Lei Estadual nº 5.317/2020) fazem menção ao clima. A Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Lei Estadual nº 3.135/2007), por sua vez, não menciona a segurança alimentar. O Amazonas foi pioneiro na formulação de uma política estadual

Essa desarticulação produz efeitos sobre as respostas aos eventos climáticos extremos. Quando esses eventos afetam a produção e o acesso aos alimentos, as comunidades ribeirinhas mobilizam estratégias de garantia da alimentação que nem sempre encontram correspondência nos instrumentos de política pública existentes. As políticas de SAN foram historicamente estruturadas sem integrar de forma sistemática a dimensão climática, ao passo que as políticas climáticas incorporaram de maneira limitada a garantia da alimentação. Nesse contexto, práticas, conhecimentos e arranjos coletivos mobilizados pelas comunidades assumem papel central na garantia da alimentação diante dos eventos extremos.

A pandemia de Covid-19 evidenciou esse padrão. A insegurança alimentar já estava distribuída de forma profundamente desigual antes da crise sanitária, com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste, nas áreas rurais e em domicílios chefiados por mulheres negras (GALINDO *et al.*, 2021). Em Manaus, lideranças indígenas em entrevistas exploratórias do Projeto ODS 2.4 AM, relataram que muitas das cestas básicas distribuídas continham alimentos pouco utilizados no cotidiano das famílias, evidenciando os limites das respostas uniformes diante de práticas alimentares territorialmente diferenciadas. A questão alimentar, nesse contexto, não se reduz à disponibilidade calórica, mas abrange as formas culturalmente situadas de produzir, preparar e consumir alimentos, o que demanda instrumentos de política diferenciados.

Os eventos extremos no Amazonas não são fenômenos recentes, mas sua intensidade e frequência vêm aumentando. A seca de 2005 foi a primeira de grande escala a evidenciar a fragilidade dos sistemas de abastecimento amazônicos em nível nacional e internacional. A seca de 2010 repetiu o padrão com maior intensidade, sendo classificada na época como a mais grave já registrada. A de 2015-2016 se somou a um ciclo de El Niño que pressionou simultaneamente a produção agrícola e os níveis dos rios. Em todos esses eventos, os efeitos sobre a disponibilidade de peixes, o roçado e a circulação de alimentos foram documentados (MARENGO *et al*., 2008; MARENGO *et al*., 2011).

A cheia de 2021 introduziu o problema por outra via. Classificada entre as maiores enchentes registradas na história do Amazonas, atingiu comunidades ribeirinhas do

de mudanças climáticas (CENAMO, 2013) e, ainda assim, manteve as duas temáticas em instrumentos separados.

Médio Juruá com consequências diretas sobre a produção de alimentos e a geração de renda. Roçados de várzea foram inundados, os plantios de mandioca e banana foram destruídos e os mutirões de trabalho precisaram ser reorganizados. A perda na coleta de murumuru e andiroba afetou a renda das famílias e, por essa via, o acesso a outros alimentos.

As secas de 2023 e 2024 aprofundaram esse quadro.[15] A seca de 2023 afetou o nível dos rios em toda a bacia amazônica e isolou comunidades que dependem do transporte fluvial. No Acre, roçados foram destruídos tanto pela cheia de início do ano quanto pela seca subsequente, com perdas em culturas de banana, macaxeira e milho nos dois eventos (PONTES, 2024). Impactos semelhantes foram documentados na Reserva Amanã, no Médio Solimões, com comprometimento do acesso à água e à alimentação durante a estiagem (MAMIRAUÁ, 2024). O problema alimentar no Amazonas não se explica exclusivamente pela renda das famílias: tem dimensões territoriais, climáticas e culturais que demandam políticas diferenciadas, ainda inexistentes de forma integrada (MOTA *et al*., 2024).

O conjunto de políticas públicas voltadas à relação entre alimentação e mudanças climáticas cresceu de forma expressiva durante o período de elaboração desta tese. Esse crescimento tem sido predominantemente reativo: os eventos extremos ocorrem, seus impactos sobre as comunidades tornam-se visíveis, e as respostas institucionais são mobilizadas a posteriori. Planos de contingência, decretos de emergência e distribuição de cestas básicas chegam após os eventos e se convertem de maneira limitada em políticas estruturais de adaptação fundamentadas nos sistemas alimentares locais.

O que os eventos recentes colocam em questão não é apenas a disponibilidade de alimentos, mas a estabilidade dos arranjos territoriais que sustentam as práticas alimentares ribeirinhas. A alimentação constitui um ponto de observação analiticamente produtivo para examinar como mudanças climáticas reorganizam o cotidiano, as formas de circulação, os regimes de trabalho e as relações entre território e reprodução social. É

[15]A seca de 2023-2024 foi considerada a mais intensa em setenta anos de monitoramento. Estudo do grupo World Weather Attribution (WORLD WEATHER ATTRIBUTION, 2024) estimou que esse evento foi cerca de 30 vezes mais provável em razão das mudanças climáticas induzidas pela ação humana, com o aquecimento global identificado como fator principal, e não o El Niño.

esse o problema que orienta os capítulos seguintes, a partir da comunidade Nova Esperança.

Ferramentas de navegação

3 DA SOCIOLOGIA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS À SOCIOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS

O presente capítulo tem por objetivo realizar uma revisão crítica da literatura que sustenta as escolhas analíticas desta tese, a partir de dois campos de debate que, embora possuam trajetórias relativamente autônomas na literatura sociológica, encontram-se articulados nas questões que orientaram a pesquisa. A primeira seção mapeia os contornos da Sociologia das Mudanças Climáticas, desde suas formulações fundacionais no Norte global até as abordagens críticas, ontológicas e decoloniais que têm marcado sua expansão mais recente. A segunda seção percorre a constituição da Sociologia da Alimentação como campo disciplinar, suas aproximações com o ativismo alimentar, as questões de gênero, raça e patrimônio, e suas conexões com a crise climática. As duas seções funcionam, assim, como estado da arte dos campos em que esta pesquisa se insere. A terceira seção apresenta a perspectiva analítica adotada – a Teoria das Práticas Sociais – como escolha teórica que permite articular os dois campos anteriores a partir de uma unidade de análise comum: as práticas cotidianas por meio das quais mudanças climáticas e alimentação se materializam no território.

3.1 Sociologia das Mudanças Climáticas

A emergência da mudança do clima como objeto de investigação sociológica não é, em si mesma, algo evidente. Durante décadas, o clima foi tratado majoritariamente como domínio exclusivo das ciências naturais, como a física da atmosfera, a oceanografia e a meteorologia, e sua dimensão social, quando considerada, era geralmente reduzida ao papel de variável dependente, receptora passiva de impactos biofísicos. A virada que gradativamente colocou o clima no centro das ciências sociais tem marcos reconhecíveis ao longo dos anos 1990 e 2000, entre conferências internacionais, acordos multilaterais e o crescimento de campos de pesquisa dedicados ao tema (DUNLAP; BRULLE, 2015; FLEURY; MIGUEL; TADDEI, 2019). Esse processo se intensificou também em paralelo à crescente visibilidade dos eventos climáticos extremos que marcaram o Brasil e o mundo nas últimas décadas.

Um marco fundamental nesse processo foi a publicação, na segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000, de obras que procuravam inserir a questão ambiental

no interior das grandes teorias sociológicas. A contribuição de Ulrich Beck é incontornável: em sua teoria da sociedade de risco, Beck (2010) argumenta que a modernidade avançada inaugura uma nova configuração dos perigos coletivos. A tese da modernização reflexiva, desenvolvida por Beck, Giddens e Lash (1997), ofereceu um quadro analítico para pensar questões como a mudança do clima enquanto efeito colateral não planejado do próprio processo de industrialização moderna. Chernobyl é um exemplo emblemático desse processo em que a modernidade produz riscos que ela própria não consegue mais controlar.

Anthony Giddens, por sua vez, é uma referência central tanto para a sociologia contemporânea quanto para o debate sobre mudanças climáticas. Em *A Política da Mudança Climática* (GIDDENS, 2010), o autor sistematiza os desafios políticos e institucionais colocados pela crise climática, defendendo a necessidade de novas formas de governança capazes de articular expertise científica e mobilização social. No entanto, assim como Beck, Giddens recebeu críticas por partir de uma perspectiva eurocentrada que, ao situar a reflexividade moderna nas sociedades do Norte global, deixa de reconhecer que falar de modernidade implica necessariamente falar de colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2012; COSTA, 2004).

A recepção dessas abordagens no Brasil se deu em um contexto intelectual e político específico. A sociologia brasileira encontrou nas teorias do risco um instrumental útil para pensar as vulnerabilidades climáticas de populações historicamente marginalizadas, influenciando uma tradição de pesquisa que permanece ativa até hoje, com destaque para os trabalhos de Valencio (2009, 2014), Marchezini (2009) e Leila da Costa Ferreira (2012, 2017). Esses estudos articularam as dimensões sociopolíticas dos desastres climáticos, mostrando que a distribuição dos riscos reproduz e aprofunda desigualdades estruturais preexistentes, e consolidaram a percepção do risco climático como categoria analítica central do campo no Brasil. Fortemente orientada para investigar como diferentes grupos sociais percebem, interpretam e respondem aos riscos, essa agenda reconhece que a percepção é socialmente produzida e atravessada por desigualdades estruturais, com ênfase nas dimensões de vulnerabilidade territorial e socioeconômica. Essa ênfase na percepção marcou profundamente a Sociologia das Mudanças Climáticas no Brasil, tornando-se uma das principais lentes através das quais o tema foi abordado nos anos seguintes.

Se a tradição brasileira se centrou sobretudo na percepção do risco, uma inflexão ontológica tem marcado de forma crescente os estudos socioambientais e climáticos, tanto internacionalmente quanto no Brasil. O ponto central dessa inflexão é a crítica à separação entre natureza e cultura que sustenta o pensamento moderno ocidental. Autores como Bruno Latour (2004, 2020), Anna Tsing (2019), Tim Ingold (2011) e Donna Haraway (2016), a partir de perspectivas distintas, convergem na recusa dessa separação, propondo que humanos e não humanos se constituem mutuamente em processos de engajamento, perturbação e interdependência. No Brasil e na América Latina, essa inflexão articulou-se a tradições de pensamento já presentes na região. O perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro, os debates propostos por Déborah Danowski e Viveiros de Castro em *Há Mundo por Vir?* (2014), bem como o campo do pluriverso, reunido na coletânea *A World of Many Worlds*, organizada por Marisol de la Cadena e Mario Blaser (2018), passaram a ocupar lugar relevante nos debates antropológicos e sociológicos no país, ao lado das contribuições de Isabelle Stengers, Marianne Lien, John Law, entre outros. Apesar de suas diferenças internas, essas perspectivas compartilham uma aposta epistemológica e política: a de que a crise climática exige formas de pensar que ultrapassem os dualismos modernos e reconheçam a pluralidade de mundos, saberes e modos de existência.

A articulação entre mudanças climáticas, racismo e colonialidade tem produzido um conjunto crescente de perspectivas que tensionam as abordagens hegemônicas do campo. Malcom Ferdinand (2022) propõe uma ecologia decolonial a partir da experiência caribenha, argumentando que o pensamento ambiental opera a partir de uma dupla fratura: a separação entre questões coloniais e questões ambientais. Para Ferdinand, a crise ecológica só pode ser compreendida à luz da história da escravidão e do colonialismo, e o termo Antropoceno, ao falar de uma humanidade genérica como responsável pela crise, apaga justamente quem mais sofreu seus efeitos. Em seu lugar, o autor propõe o conceito de Negroceno, colocando as experiências de comunidades negras e colonizadas no centro da narrativa ecológica. Nessa mesma direção, obras como *The Intersectional Environmentalist* (THOMAS, 2022) mostram como as pessoas mais afetadas pelas catástrofes climáticas são sistematicamente as que menos contribuíram para sua produção.

As teorias decoloniais latino-americanas oferecem, nesse quadro, aportes próprios. Arturo Escobar (2014, 2016) propõe a noção de pluriverso como alternativa ao

universalismo abstrato das políticas ambientais hegemônicas, mostrando, a partir de comunidades afro-colombianas do Pacífico, como o território é concebido como projeto de vida coletivo. Astrid Ulloa (2017) questiona se na América Latina faz mais sentido falar em Capitaloceno do que em Antropoceno: enquanto o Antropoceno aponta para uma humanidade genérica, o Capitaloceno nomeia os processos históricos de apropriação da natureza e dos territórios que, desde a Conquista e a Colônia, estruturaram as desigualdades socioambientais da região. Silvia Rivera Cusicanqui (2018), com sua crítica ao colonialismo interno e sua valorização do ch'ixi, a coexistência contraditória de mundos que se repelem e se atraem, oferece um instrumental conceitual para pensar as tensões entre diferentes formas de saber e viver o clima no contexto latino-americano.

Em síntese, o campo da Sociologia das Mudanças Climáticas apresenta-se hoje como um espaço plural e disputado, no qual convivem perspectivas que percorreram trajetórias distintas entre o Norte e o Sul globais: desde a teoria do risco de matriz europeia e suas reverberações brasileiras, passando pela virada ontológica gestada sobretudo no Norte mas amplamente incorporada e tensionada no Brasil e na América Latina, até as críticas decoloniais e interseccionais que emergem do Sul como respostas e alternativas.

Desse percurso, esta tese retém três orientações: o deslocamento da percepção para o fazer, a atenção às desigualdades que definem quem sofre os impactos climáticos e o reconhecimento dos saberes locais e territoriais como formas legítimas de conhecimento sobre o clima. No caso do Médio Juruá, essa perspectiva orienta a análise das práticas alimentares e dos arranjos territoriais mobilizados pelas comunidades ribeirinhas diante da intensificação dos eventos climáticos extremos. Esses elementos operam como pano de fundo que informa as escolhas desta pesquisa e que a Sociologia da Alimentação, apresentada a seguir, ajuda a situar no plano das práticas cotidianas, ao tratar das disputas em torno da produção, da circulação e do consumo dos alimentos.

3.2 Sociologia da Alimentação

A alimentação configura-se, como observa Azevedo (2017), como objeto legítimo de análise social e de compreensão das premissas implícitas do viver em sociedade. Seu estatuto como objeto autônomo das ciências humanas, contudo, é relativamente recente e, em certa medida, paralelo ao processo de institucionalização da sociologia das mudanças climáticas. Embora a alimentação atravesse as ciências sociais há muito tempo,

sua constituição como subcampo disciplinar reconhecível, com agenda própria, periódicos especializados e programas de pesquisa, é fenômeno que se consolida sobretudo a partir dos anos 1980 e 1990. Essa distinção importa: ter um tema não é o mesmo que ter um campo. Durante grande parte do século XX, a dimensão alimentar da vida social foi subestimada ou secundarizada pelas disciplinas acadêmicas, em parte por seu vínculo com o domínio doméstico e com atividades historicamente atribuídas às mulheres. Esse apagamento, contudo, não significa ausência de tradição: o interesse sociológico e antropológico pela alimentação possui raízes mais antigas.

Como recupera Poulain (2013), a alimentação já comparecia entre os autores clássicos das ciências sociais. Durkheim já tematizava os tabus alimentares como expressão de ordens classificatórias coletivas; Marcel Mauss reconhecia a comida como dimensão central dos fatos sociais totais; e Claude Lévi-Strauss, nos anos 1960, construiu parte substantiva de sua antropologia estrutural em torno da cozinha, explorando o triângulo culinário como expressão das lógicas de pensamento mítico. No Brasil, obras como a Geografia da Fome, de Josué de Castro (1946), e a História da Alimentação no Brasil, de Câmara Cascudo (1967/2017), constituem marcos pioneiros que articulam alimentação, desigualdade e identidade nacional com densidade analítica e alcance político notáveis. Mesmo assim, foi apenas a partir dos anos 1960, como destaca o autor, que a alimentação se transformou em objeto sistemático de estudo sociológico, com destaque inicial para autores franceses e anglo-saxões.

A constituição da Sociologia da Alimentação como subcampo reconhecível é frequentemente associada à publicação, em 1990, da obra L'Homnivore, de Claude Fischler. A noção de gastro-anomia, cunhada pelo autor em 1979 e desenvolvida com maior profundidade nessa obra, designa a condição contemporânea de incerteza e desorientação alimentar: o enfraquecimento das normas culinárias tradicionais e a proliferação de discursos contraditórios sobre saúde, risco e escolha produziriam, nas sociedades industrializadas, um estado de ansiedade que Fischler (1990) denominou também de cacofonia alimentar. Em um contexto de crise ecológica, essa desorientação se complexifica com a emergência de discursos sobre pegada de carbono, dietas sustentáveis e colapso dos sistemas alimentares, que com frequência se sobrepõem e contradizem uns aos outros – o que nos remonta a discussão anterior da Sociologia das Mudanças Climáticas.

A partir dos anos 2000, a demanda por estudos sobre alimentação se intensificou e diversificou, mobilizando psicologia social, economia, história, nutrição e gastronomia, ao mesmo tempo em que se consolidaram periódicos especializados e programas de pesquisa internacionais. Azevedo (2017) propõe uma cartografia do campo contemporâneo em cinco eixos: as discussões sobre riscos e (in)segurança alimentar; as relações entre alimentação, globalização e urbanização; as abordagens éticas, de gênero e artes; as análises sobre gastronomia e o papel dos chefs; e o ativismo alimentar enquanto movimento social. Essa pluralidade temática é, ao mesmo tempo, uma força e uma tensão do campo, como a própria autora observa:

> Analisando os estudos mais recentes, percebe-se que o cientista social interessado em alimentação deve cultivar um ânimo acadêmico para transitar em diferentes disciplinas e áreas de estudo. Os estudos interdisciplinares sobre alimentação tendem a dificultar a elaboração de molduras conceituais ou eixos temáticos como foi proposto nesse estudo. Essas relações interdisciplinares podem ser vantajosas para fortalecer a área da Sociologia da Alimentação, mas podem também diluir o tema da comida enquanto subcampo de outras disciplinas e interferir na coesão intelectual da área (AZEVEDO, 2017).

Essa tensão entre pluralidade e coesão não é exclusiva da Sociologia da Alimentação. Ela ressoa com os desafios enfrentados pela Sociologia das Mudanças climáticas, igualmente marcada pela interdisciplinaridade e pelo desafio de construir molduras analíticas que deem conta da complexidade do fenômeno sem perder especificidade.

No Brasil, o campo possui trajetória própria, marcada por contribuições que antecedem em décadas sua institucionalização internacional. Além das obras seminais de Castro e Cascudo, destacam-se as pesquisas de Klaas Woortmann e Ellen Woortmann sobre alimentação, família e gênero em comunidades camponesas e pescadoras. Carlos Alberto Dória (2014) tem se dedicado a pensar as transformações da culinária brasileira e o papel da gastronomia como fenômeno cultural e político, distinguindo entre a dimensão culinária do preparo dos alimentos, a dimensão gastronômica de sua valorização cultural e a gastronomização enquanto processo de espetacularização da comida. Essa distinção é relevante para pensar os modos pelos quais práticas alimentares tradicionais são apropriadas, recodificadas e esvaziadas de seus conteúdos identitários e territoriais.

Uma inflexão interseccional marca as abordagens mais recentes do campo, articulando gênero, raça e território como dimensões constitutivas das práticas alimentares. Mulheres, em especial mulheres negras, indígenas e camponesas, são as

principais guardiãs dos saberes alimentares tradicionais e as mais vulneráveis às inseguranças alimentares produzidas pela mercantilização dos sistemas agroalimentares e pelas crises climáticas (AZEVEDO, 2017; DIAS *et al*., 2020; EMPERAIRE, 2005). No Brasil, essa articulação assume contornos específicos nas experiências de comunidades quilombolas e indígenas, cujas práticas alimentares são inseparáveis de seus territórios e de suas formas de organização social.

Ao documentar o manejo da diversidade de variedades de mandioca por comunidades indígenas no sistema agrícola do Rio Negro, Emperaire (2005) mostra que a alimentação é patrimônio cultural, identidade e sociobiodiversidade, inseparável das relações de cuidado, memória e pertencimento territorial. Essas práticas são frequentemente ameaçadas por processos de grilagem, desmatamento e contaminação por agrotóxicos, ao mesmo tempo em que passam a ser reconhecidas como patrimônio histórico e cultural imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), processo ambivalente que, ao conferir visibilidade a saberes subalternizados, pode também produzir sua cristalização e objetificação (GONÇALVES, 2009). O reconhecimento de práticas como a cachaça artesanal, o cuscuz e as comidas de terreiro revela a centralidade da alimentação como espaço de disputa sobre memória, identidade e pertencimento.

Um deslocamento teórico importante marca a trajetória recente da Sociologia da Alimentação: o movimento de abordagens centradas nas representações e escolhas individuais em direção a perspectivas ancoradas nas práticas sociais[16]. Essa virada coloca no centro da análise o caráter rotineiro, material e corporal do comer, compreendendo a alimentação como um conjunto de práticas que se reproduzem no cotidiano e que envolvem competências, significados e engajamentos situados. No plano internacional, Alan Warde é uma das referências centrais desse deslocamento, com obras como *Consumption, Food and Taste* (1997) e *The Practice of Eating* (2016). Esse olhar pelas práticas também torna visível uma assimetria: os sistemas alimentares locais e tradicionais – exatamente os mais ancorados em território – são também os mais expostos às pressões dos sistemas agroalimentares industriais e às mudanças climáticas que estes ajudam a produzir.

[16] Em especial, esse é um movimento que o Grupo de Pesquisa SOPAS – Sociologia das Práticas Alimentares vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do qual eu faço parte, tem realizado.

A crítica de Vandana Shiva (1988) à chamada Revolução Verde revela como a destruição da biodiversidade cultivada e dos saberes agrícolas tradicionais foi condição de possibilidade para a expansão do capital agroindustrial transnacional. A recuperação das sementes crioulas, dos sistemas agroflorestais e das práticas de policultivo que resistem em comunidades indígenas, quilombolas e camponesas do Brasil e da América Latina constitui, nessa leitura, uma questão de soberania. A Sociologia da Alimentação, pensada a partir do Sul, encontra-se inevitavelmente enredada com as lutas por território, por reconhecimento e por existência que marcam o socioambientalismo brasileiro.

A Sociologia da Alimentação foi o campo pelo qual esta tese chegou à Teoria das Práticas Sociais. O contato com as ferramentas metodológicas do campo, especialmente a atenção às múltiplas dimensões do comer (POULAIN; PROENÇA, 2003), abriu uma perspectiva analítica que ofereceu gramática ao material empírico: um modo de nomear o que se observa no roçado, na pesca, nas trocas entre vizinhos, sem reduzir essas práticas a escolhas individuais ou a respostas a estímulos externos. Essa gramática, contudo, precisou ser tensionada pela dimensão territorial que o campo foi exigindo – e é para dar conta dessa tensão que a seção seguinte apresenta a perspectiva analítica adotada.

3.3 Práticas, mudanças climáticas e arranjos: perspectiva analítica

Esta tese analisa as práticas alimentares de comunidades ribeirinhas do Médio Juruá diante de eventos climáticos extremos. Em vez de perguntar o que os moradores sabem ou percebem sobre o clima, interessa para a presente pesquisa saber o que fazem: quando plantam, com quem pescam, como cozinham, o que trocam, e como tudo isso se transforma, ou não, diante de uma enchente ou seca extrema. Eventos como a enchente de 2021 incidem sobre feixes de práticas e arranjos materiais historicamente constituídos em relação ao rio, à floresta e aos ciclos do Médio Juruá. Identificar e analisar o que muda e o que persiste nessas condições exige um vocabulário teórico que tome a prática como unidade de análise.

Esse vocabulário é oferecido, de maneira mais precisa do que outras tradições disponíveis, pela segunda geração da Teoria das Práticas Sociais. A Teoria das Práticas Sociais faz parte de um campo mais amplo que nas últimas décadas reuniu perspectivas diversas em torno de uma recusa comum: a recusa de colocar o indivíduo, suas atitudes e

suas percepções no centro da análise social. Como sintetiza Reckwitz (2002), as teorias da prática propõem uma alternativa tanto ao individualismo metodológico, que explica o social a partir das intenções individuais, quanto ao holismo metodológico, que reduz o agir a determinações estruturais. A unidade analítica fundamental passa a ser a própria prática[17].

A trajetória dessa tradição pode ser lida em duas grandes gerações. A primeira, situada nas décadas de 1970 e 1980, foi dominada pela preocupação com o dualismo estrutura e agência. A teoria da estruturação de Giddens (2003) e o conceito de *habitus* de Bourdieu (1980/2009) são as formulações mais influentes: ambas reconhecem nas práticas o locus da reprodução e da transformação social, mas mantêm o sujeito, ainda que socializado, como ponto de referência analítico. A segunda geração, a partir dos anos 1990, desloca esse centro de gravidade. Autores como Schatzki (1996; 2002; 2019), Reckwitz (2002), Shove, Pantzar e Watson (2012), Warde (2005; 2014) e Nicolini (2012) constroem vocabulários mais precisos para o estudo empírico das práticas cotidianas, com ênfase na performance, na materialidade e na temporalidade do fazer.

A opção pela segunda geração decorre de quatro propriedades analíticas que a tornam especialmente adequada ao objeto desta tese. A primeira é a ontologia social plana (SCHATZKI, 2019): ao recusar hierarquias entre micro e macro, a segunda geração coloca políticas governamentais e decisões domésticas no mesmo plano analítico, o que é essencial para estudar as relações entre famílias, associações, ONGs, órgãos do Estado e entidades não humanas que compõem os arranjos de garantia alimentar no Médio Juruá. A segunda é o tratamento da materialidade como elemento constitutivo das práticas. Shove, Pantzar e Watson (2012, p. 23) definem materiais como objetos, infraestruturas, ferramentas, equipamentos e o próprio corpo, reconhecendo que o rio, a canoa, o roçado e a cozinha não são o cenário das práticas alimentares: *são elementos sem os quais essas práticas não existem na forma que têm.* A terceira propriedade é a capacidade de analisar mudança e estabilidade de forma simultânea, o que é fundamental para entender o que se transforma e o que persiste nas práticas alimentares do Médio Juruá diante das enchentes e secas recorrentes. A quarta é a descentralização do sujeito: como afirma Reckwitz (2002), essa abordagem recusa tanto o *homo economicus*, que age por cálculo racional,

[17] Na mesma base praxiológica, embora epistemologicamente distinta, situa-se também a tradição dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT). Schäfer (2017) chega a propor uma transitividade metodológica entre essa tradição e a Teoria das Práticas Sociais.

quanto o *homo sociologicus*, que age por normas internalizadas. Os comportamentos são expressão de convenções socioculturais e competências aprendidas no fazer, o que é politicamente necessário para uma pesquisa que não pretende analisar comunidades ribeirinhas como sujeitos que percebem mais ou menos as mudanças climáticas.

Dois artigos recentes demostram o que a teoria das práticas permite ver quando o foco se desloca para o *fazer*. O primeiro, de Heidenstrøm (2022), propõe uma sensibilidade para a prática na pesquisa sobre risco, o que implica reconhecer que o risco é sempre vivido e gerido no interior de práticas cotidianas rotinizadas. A autora articula três argumentos centrais: o risco está embutido em práticas socialmente compartilhadas; o risco é rotinizado; e o risco está presente em relações tanto sociais quanto materiais. Para a análise, propõe tomar como ponto de partida as práticas de interesse e práticas intersectadas (*practices of interest and intersecting practices*): as pessoas não lidam com um risco de cada vez, pois os riscos emergem e se entrelaçam com conjuntos de práticas simultaneamente em curso. Mobilizando o trabalho de Hennell (2017), Heidenstrøm (2022) demonstra esse argumento a partir de um estudo sobre consumo de álcool entre jovens britânicos: as práticas de beber constituem parte da vida social mais ampla dos jovens, situada nas organizações sociais, temporais, econômicas e culturais do cotidiano, e os riscos associados só fazem sentido quando analisados nessa trama. A gestão do risco opera como adaptação contínua nas performances de práticas interligadas com escola, família, amizade e pertencimento, muito além de qualquer escolha individual racional. Para Heidenstrøm (2022), o risco não é administrado por indivíduos de forma isolada, mas emerge de práticas cotidianas compostas por múltiplas relações e dependências

O segundo artigo, de Baron *et al*. (2025), oferece uma das aplicações mais sistemáticas da teoria das práticas à adaptação climática em comunidades remotas. A partir de quatro estudos de caso nos países nórdicos (Noruega, Islândia, Ilhas Faroe e Dinamarca), os autores mostram como práticas de prevenção e preparação são constituídas por competências, significados e materiais que se articulam ao longo do tempo como resposta a perturbações climáticas recorrentes.

> Descobrimos que as influências mais significativas sobre como essas práticas emergem, mudam ou desaparecem são as experiências dos indivíduos e das comunidades com eventos climáticos extremos e as perturbações que se seguem, bem como a forma como essas práticas de adaptação se integram ou se conectam com outras práticas cotidianas (BARON *et al*., 2025, p. 743, tradução nossa).

Baron *et al*. (2025) avançam ainda no argumento sobre como práticas de adaptação desaparecem. Os autores mostram que práticas consolidadas de manutenção de diques e sistemas de drenagem sumiram das comunidades estudadas porque os modos de vida que lhes davam sentido foram transformados: quando a pesca e a agricultura de subsistência foram substituídas por outras formas de renda, a manutenção das estruturas de proteção perdeu significado e deixou de ser realizada. Não foi falta de informação que eliminou essas práticas - foi o rompimento dos vínculos de *meaning* que as sustentavam. Esse argumento é interessante para o caso de Nova Esperança, como veremos nos capítulos seguintes: o crescimento do consumo de frango congelado como substituto do peixe pode revelar uma desestruturação dos vínculos de significado que sustentam as práticas pesqueiras, numa transformação que vai muito além da preferência alimentar. A disputa entre os dois alimentos se trava em outro registro: o de quais práticas, e os arranjos materiais e sociais que as sustentam, seguem tendo condições de se reproduzir

Os autores mostram ainda que a estabilidade das práticas de adaptação depende da contínua transferência de competências entre gerações, e que a ruptura dessa transmissão, associada a mudanças nos modos de vida e nos vínculos com o território, pode levar ao desaparecimento de práticas consolidadas. O paralelo com as comunidades ribeirinhas amazônicas é direto: saberes sobre o comportamento do rio, os ciclos da floresta e as estratégias alimentares são transmitidos de forma incorporada e quando essa transmissão se interrompe, o que se desfaz são feixes prática-arranjo inteiros, e com eles formas de habitar o território.

No vocabulário de Schatzki (1996; 2002; 2019), uma prática social é uma variedade organizada e aberta de atividades espalhadas pelo tempo e pelo espaço. Schatzki (1996, p. 89) a define como um "nexo de fazeres e dizeres que se desdobra temporalmente e se dispersa espacialmente". Esse nexo é organizado por entendimentos práticos, regras, estruturas teleoafetivas e entendimentos gerais: os organizadores que tornam uma prática reconhecível e transmissível, que fazem com que plantar, pescar ou cozinhar no Médio Juruá sejam práticas específicas, com formas, fins e emoções próprias, e não apenas sequências de atos individuais.

O segundo conceito central é o de arranjo material. Arranjos são redes de entidades materiais interconectadas, pessoas, artefatos, organismos e lugares, por meio das quais processos causais operam, afetando práticas e sendo por elas afetados

(SCHATZKI, 2019). Os arranjos prefiguram o curso das atividades: tornam certas práticas possíveis e outras impossíveis. O nível do rio condiciona práticas distintas: um rio cheio organiza o cotidiano de forma diferente de um rio seco. Da mesma forma, a presença de um freezer em uma residência de Nova Esperança amplia possibilidades de armazenamento e consumo alimentar que antes não existiam.

O terceiro conceito, e o mais operacional para esta tese, é o de feixe prática-arranjo (*practice-arrangement bundle*). Feixes são a ligação entre práticas e arranjos materiais. É por meio dos feixes que o social existe: os fenômenos sociais são fatias ou aspectos de tais feixes (SCHATZKI, 2019). Para Schatzki, práticas e arranjos materiais relacionam-se de diferentes maneiras: práticas podem transformar arranjos, enquanto arranjos condicionam, sustentam ou limitam aquilo que as práticas podem se tornar. Essa última forma de vínculo é especialmente relevante aqui: não há prática alimentar ribeirinha sem rio, sem floresta, sem os ciclos que organizam quando e como se pesca, planta, coleta e come. Quando esses arranjos são perturbados, os feixes se desfazem ou se reconfiguram.

No modelo de Shove, Pantzar e Watson (2012), as práticas são decompostas em três elementos: competências, que correspondem ao saber-fazer incorporado; significados, que correspondem ao sentido social e simbólico de participar da prática; e materiais, que correspondem a objetos, infraestruturas e corpo. A prática existe como entidade reconhecível quando esses três elementos estão ligados, e se dissolve quando os vínculos se rompem. Warde (2016) classifica o comer como prática composta, que inclui plantar, comprar, preparar, comer e desperdiçar. Analisar as práticas alimentares do Médio Juruá implica, portanto, seguir todo esse conjunto de atividades, saberes, relações e materialidades que o tornam possível, e nunca apenas o ato de comer isolado.

A segunda geração da Teoria das Práticas Sociais é frequentemente criticada por enfatizar a reprodução e a estabilidade das práticas, em detrimento da reflexividade e da ruptura. Heidenstrøm (2022) reconhece essa limitação, especialmente em pesquisas sobre eventos extremos. Ainda assim, é precisamente em situações de instabilidade que as relações de dependência entre práticas, materiais e competências se tornam mais visíveis. Para Warde (2005, p. 141), as práticas "contêm as sementes da mudança constante, à medida que as pessoas em inúmeras situações se adaptam, improvisam e experimentam" (tradução nossa). Schatzki (2019) descreve o surgimento, a estabilidade, a evolução e a dissolução dos feixes prática-arranjo como fenômenos que decorrem de eventos

temporoespaciais em conjunção com o que acontece nos arranjos materiais em meio aos quais as atividades ocorrem. A cheia de 2021 no Médio Juruá é precisamente esse tipo de evento: um reordenamento das condições materiais de reprodução de feixes inteiros.

A Teoria das Práticas Sociais foi construída majoritariamente a partir de contextos e problemas do Norte Global. Hui (2023) argumenta que seus vocabulários carregam pressupostos epistemológicos que podem invisibilizar práticas de populações não ocidentais. A autora observa que os teóricos das práticas "ainda não dedicaram atenção significativa a saberes indígenas ou a outros saberes marginalizados, embora haja bases para fazê-lo" (HUI, 2023, p. 1084-1085, tradução nossa). A teoria das práticas funciona aqui como um vocabulário analítico potente, mas parcial, que a empiria do Juruá tensiona e amplia. Como afirma Hui (2023, p. 1083), a abordagem das práticas "apoia uma análise do que precisa mudar e sobre quais práticas existentes podemos construir" (tradução nossa). O mesmo vale para o marco teórico desta tese: a territorialidade como condição de reprodução das práticas e a variação ecológica como elemento constitutivo do cotidiano são questões que emergem da análise empírica mais do que de um vocabulário previamente definido.

Navegando no Juruá

4 ATANDO A REDE NO MÉDIO JURUÁ

Este capítulo apresenta o território do Médio Juruá e a comunidade Nova Esperança, situando o município de Carauari, as organizações e instituições que compõem o território e a relação da região com a mudança do clima. Parte-se do entendimento de que a Amazônia é marcada por diferentes territorialidades, trajetórias históricas e formas de organização social, o que exige atenção às especificidades locais e às distintas formas de organização da vida ribeirinha. Ao longo do capítulo, são apresentados elementos históricos, territoriais, institucionais e ambientais que conformam o cotidiano da região, com atenção às dinâmicas de circulação fluvial, às formas de organização coletiva e aos eventos extremos que atravessam o território. A contextualização busca oferecer subsídios para compreender as condições concretas em que se organizam as práticas alimentares e os arranjos analisados nos capítulos seguintes.

4.1 Em Carauari: o histórico do município

Inicio a escrita desta seção diretamente do Território do Médio Juruá, em uma rede na embarcação da ASPROC, a caminho da assembleia anual. A estrutura do barco, o tamanho da assembleia, da associação, o número de redes atadas de associados e instituições, contam muito sobre o histórico de lutas do território. O território tem sua história atravessada pelo período da extração da borracha, desde seu auge, no fim do século XIX, até sua queda, nas primeiras décadas do século XX. Durante o auge da extração da borracha, a região recebeu um número grande de grupos vindos de regiões como o Nordeste, que foram fundamentais para a caracterização do território como é hoje. Na presente seção, busco apresentar brevemente aspectos da formação de um *Território do Médio Juruá*.

Fotografia 1- Setor do barco para instituições presentes no evento da ASPROC



Foto: registro da autora (2023)

O município de Carauari está localizado na região central do estado do Amazonas, sendo em linha reta distante 800 km da capital do estado, Manaus. A cidade é 23ª mais populosa do estado do Amazonas, contando com 28.742 pessoas, segundo o último Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023). Segundo dados do MapBiomas, embora 97,8% do território ainda seja coberto por floresta, o crescimento da pastagem, que atingiu 10.915 ha em 2023 e apresentou maior expansão nos últimos cinco anos, aponta para uma tendência de pressão fundiária que torna ainda mais relevante a existência das unidades de conservação na região.

O percurso de Manaus até Carauari pode ser realizado em cinco dias de balsa, três dias em lancha rápida ou em cerca de duas horas de avião[18]. Na extensão do município de Carauari, seguindo as curvas do Rio Juruá, estão a Reserva Extrativista do Médio Juruá, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari, a Terra Indígena do Rio

[18] Durante a realização das três incursões em campo, ainda havia o serviço semanal de voos pela companhia aérea *VoePass*. Mas, desde meados de 2024, este percurso semanal teve sua atividade encerrada e as viagens de avião têm sido realizadas por empresas menores de aviões fretados. Importante salientar o elevado custo da viagem, tanto quando este trecho era realizado pela companhia aérea, quanto atualmente pelas empresas de frete aéreo. Fatores que, com certeza, impactam nas relações comerciais do município de Carauari e de parceiros como ONGs.

Biá e ainda, parte do território, localiza-se na Floresta Nacional de Tefé. O histórico da formação deste território está narrado por Derickx (1992) e Schweickardt (2010), que apresentam o histórico de lutas até a conquista das unidades de conservação e da construção das associações atuais. Para contar a história do território e a posterior formação de associações, como a ASPROC, é necessário revisitar aspectos históricos do território amazônico.

O território do Médio Juruá, assim como outras regiões da Amazônia, foi marcado pelo tempo "áureo" da borracha, que está inclusive marcada no centro da cidade de Manaus, com a construção do Teatro Amazonas e em tantas outras construções históricas do centro da capital. O látex, extraído das seringueiras (*Hevea brasiliensis*), para a produção de borracha, representa um período de forte presença no Amazonas, marcado na literatura[19] e na arquitetura. No Brasil, a atividade econômica da borracha chegou a ser uma das mais representativas. Entretanto, a historiografia aponta que a extração do látex foi estruturada em um trabalho anômalo a escravidão, no qual a figura dos coronéis da borracha – os donos dos seringais – exploravam a mão de obra de negros, indígenas e migrantes nordestinos do período (SCHWEICKARDT, 2010; GUIMARÃES, 2022; DERICKX, 1992).

> Construíram-se palácios em Manaus, Belém, Londres... acumularam- se fortunas, formaram-se "doutores" (exploradores) às custas do trabalho do seringueiro. Em seu tapiri, rodeado de filhos, miséria e dívidas ao patrão e regatão, ele sobrevive teimosamente da exploração e opressão (DERICKX, 1992, p. 108).

Como destaca Guimarães (2022), a riqueza gerada pelo ciclo da borracha não se traduziu em melhores condições de vida para os seringueiros. Essa população enfrentava doenças, exploração no trabalho, conflitos com os patrões e um sistema de comercialização que limitava sua autonomia sobre a produção do roçado, da pesca e do extrativismo. Segundo Derickx (1992), a ocupação do entorno do Juruá, iniciada por volta de 1850, intensificou-se durante o primeiro ciclo da borracha (1879-1912). A expansão da produção em plantações no Sudeste Asiático, estabelecidas a partir de sementes de seringueira levadas da Amazônia, reduziu a competitividade da borracha amazônica e contribuiu para o declínio desse ciclo. O segundo ciclo, impulsionado pelo esforço de guerra durante a Segunda Guerra Mundial, perdeu força com o fim do conflito, quando

[19] Os livros do autor Milton Hatoum, por exemplo, narram o cotidiano da capital amazonense em períodos como o declínio da economia da borracha. O autor manauara foi umas principais referências para a construção da ambientação neste trecho da tese e importante fonte de reconexão com Manaus, quando já não era mais possível retornar à cidade.

cessaram os incentivos à produção amazônica e a borracha da região voltou a enfrentar a concorrência da produção asiática e da borracha sintética. Nas décadas seguintes, os seringais entraram em declínio, processo que se intensificou até aproximadamente 1970. Foi nesse contexto que se fortaleceram os movimentos de organização dos seringueiros e extrativistas do Médio Juruá. A busca por maior autonomia em relação aos patrões foi fortemente influenciada pelas mobilizações iniciadas no Acre, nos antigos seringais do Alto Purus e do Alto Juruá, conforme discutido no Capítulo 2.

A criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, em 1997, após eventos como a Eco-92 e encontros de seringueiros realizados em Brasília, Jutaí, Carauari e outras localidades, consolidou no território a articulação entre a luta pela terra e a preservação da floresta e permanência dos modos de vida locais. A reivindicação da RESEX buscava garantir aos seringueiros o direito à terra e enfrentar a concentração fundiária associada aos antigos patrões dos seringais. Nesse contexto, seringueiros do Médio Juruá, ao lado da Igreja Católica e do Movimento de Educação de Base (MEB), passaram a construir estratégias de resistência e organização política (DERICKX, 1992).

No processo de criação da RESEX do Médio Juruá, as comunidades à margem esquerda do rio não foram incluídas na Reserva. Mas, posteriormente, no ano de 2005, estas passam a integrar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari. E assim uma dinâmica de conservação se estabeleceu no Médio Juruá, do lado direito do rio estão as comunidades da RESEX do Médio Juruá, com administração federal pelo ICMBio, e da margem esquerda, a RDS Uacari com administração estadual da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas. A Reserva Extrativista do Médio Juruá, está localizada em uma área de cerca de 286 mil hectares. As atividades de manejo mais comuns na RESEX do Médio Juruá, são as de açaí, andiroba e pirarucu.

Nesse mesmo contexto, foi criada em 1995 a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), apoiando seringueiros e agricultores da região. Como registra Guimarães (2022), a associação esteve ativa no processo de consolidação das unidades de conservação na região e teve apoio tanto do atual Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) quanto das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A tese de Guimarães (2022) narra aspectos de governança do território, descrevendo as associações presentes e atuantes. A ASPROC é considerada a associação "mãe" das tantas outras que emergiram no território ao longo dos anos. O Quadro 1 sintetiza as principais organizações comunitárias que compõem o Território do Médio Juruá, reunidas sob o

Fórum do Território do Médio Juruá (FTMJ), instância criada em 2010 para articular o diálogo entre as diferentes organizações e tratar de questões como a repartição de benefícios (GUIMARÃES, 2022). As organizações sociais e comunitárias são forte presença no território, estando vinculadas à geração de renda a partir das cadeias da sociobiodiversidade. Entre os produtos comercializados por essas organizações estão os sabonetes e óleos naturais produzidos pela Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança (AANE) a partir de recursos da floresta, como ilustrado na Fotografia 1.

Cabe explicitar o sentido de território que orienta esta tese. O termo é, antes de tudo, uma categoria do próprio campo: no Médio Juruá, "Território" nomeia uma realidade em que espaço e organização social são inseparáveis. Refere-se ao mesmo tempo à base física da vida ribeirinha, o rio e seus ciclos, os roçados, as áreas de pesca e de coleta, as comunidades, e ao arranjo político-organizativo construído ao longo das lutas por direitos, do qual fazem parte as associações, as unidades de conservação e as redes que ligam as comunidades entre si e a outras escalas. Não se trata, portanto, de um espaço dado, mas de uma construção social e histórica, no sentido trabalhado pelo socioambientalismo brasileiro (ALMEIDA, 2004; CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2009): o território é resultado das relações, dos usos e das formas de organização por meio das quais as populações tradicionais se constituem e reivindicam existência.

Quadro 1 - Organizações comunitárias do Território do Médio Juruá

Sigla	Nome completo	Território de atuação	Foco principal
ASPROC	Associação dos Produtores Rurais de Carauari	Médio Juruá	Organização e comercialização da produção agroextrativista; articulação territorial
AMARU	Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari	RDS Uacari	Óleos vegetais (andiroba, murumuru); manejo de pirarucu e quelônios; parceria Natura
ASMAMJ	Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá	Médio Juruá	Empoderamento feminino; cadeias produtivas protagonizadas por mulheres; geração de renda
AMECSARA	Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo	RESEX Médio Juruá	Formação de jovens líderes; agentes ambientais voluntários; conservação de quelônios

Sigla	Nome completo	Território de atuação	Foco principal
AANE	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança	RESEX Médio Juruá	Saboaria artesanal com essências da floresta; fortalecimento de cadeias produtivas locais
CODAEMJ	Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá	Médio Juruá	Coleta, beneficiamento e comercialização de oleaginosas; cadeia de óleos vegetais
AMAB	Associação dos Moradores Agroextrativistas do Baixo Médio Juruá	Baixo Médio Juruá	Produção agroextrativista; participação no Fórum do Território
ASPODEX	Associação do Povo Deni do Rio Xeruã	TI Rio Xeruã / Deni	Representação indígena; manejo pesqueiro e florestal em terras indígenas
ASTRUJ	Associação dos Trabalhadores Rurais de Juruá	Município de Juruá	Produção rural; comercialização; participação em projeto do Fundo Amazônia
AAEPPRI	Associação Ambiental, Extrativistas, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati	Município de Itamarati	Pesca, extrativismo e agricultura familiar; conservação ambiental

Fonte: Elaborado pela autora com base em Guimarães (2022), Barbosa, Azevedo e Silva (2023) e Agência GOV (2025).

Nota: A ASPODEX e a AAEPPRI, embora integrem o Fórum, atuam fora do município de Carauari.

Fotografia 2 - Sabonete de Andiroba da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança, produzido pelas mulheres da comunidade.



Fonte: registro da autora (2023).

A trajetória descrita nesta seção – da exploração dos seringais à criação das unidades de conservação e à consolidação de associações como a ASPROC – resultou em uma configuração institucional que distingue o Médio Juruá de outras regiões da Amazônia. As organizações apresentadas no Quadro 1 participam da organização do território ao mediar o acesso à terra, aos mercados, aos serviços e às políticas públicas. É nesse conjunto de relações que se estruturam parte das condições em que a vida cotidiana das comunidades se desenvolve.

4.2 Navegando no Território do Médio Juruá: organizações e instituições

A ASPROC constitui a principal organização de base do território, reunindo atualmente 781 associados distribuídos pelas comunidades ribeirinhas do Médio Juruá. Fundada em 1995, a associação atua na comercialização justa de produtos das cadeias da sociobiodiversidade local, como látex, óleos de andiroba e murumuru, açaí e farinha de mandioca, funcionando como intermediária entre os produtores e os mercados e reduzindo a dependência dos chamados regatões – definidos por McGrath (2009) como comerciantes ambulantes que viajam entre centros regionais e comunidades rio acima,

comercializando mercadorias para pequenos produtores e comerciantes do interior em troca de produtos regionais, agrícolas e extrativistas. A relação com o regatão é historicamente marcada por controvérsias entre autonomia e dependência, sendo que os preços praticados nem sempre eram justos para os comunitários.

Um elemento central dessa atuação são as cantinas comunitárias, estruturas físicas presentes em diferentes comunidades que funcionam simultaneamente como ponto de contato com o associado e como espaço de comercialização de produtos básicos, como arroz, óleo e outros itens de abastecimento. Para comunidades que se encontram a vários dias de barco da sede municipal de Carauari – que, por sua vez, está a cinco dias de balsa de Manaus -, esse comércio ribeirinho representa uma alteração estrutural nas condições de acesso a alimentos e insumos, reduzindo a dependência de atravessadores e ampliando a autonomia das famílias. Na Fotografia 3, uma das cantinas comunitárias, localizada na Comunidade de São Raimundo.

Fotografia 3 - Cantina Comunitária da ASPROC



Fonte: Site da ASPROC.

A assembleia anual da ASPROC, acompanhada em abril de 2023 na comunidade São Raimundo e registrada na Fotografia 4, ofereceu uma janela privilegiada para a amplitude da rede que se organiza em torno da associação. Reunindo cerca de 500 pessoas, entre lideranças comunitárias, moradores de diferentes comunidades ribeirinhas e representantes de instituições parceiras, o evento evidenciou como a ASPROC ocupa uma posição central que conecta atores de naturezas e escalas bastante distintas: do extrativismo comunitário ao mercado externo, da política ambiental federal à organização local. A assembleia constituiu também um momento de reorientação do olhar da pesquisa a amplitude do arranjo material ali presente e as temáticas em circulação lançaram nova luz sobre o material já coletado em campo.

Fotografia 4 - Assembleia anual da ASPROC, realizada na comunidade São Raimundo em abril de 2023.



Fonte: registro da autora (2023)

A presença de Manuel Cunha, ex-seringueiro, liderança histórica da região e representante do ICMBio[20], também evidenciou uma das tensões que atravessam o território: a defesa dos modos de vida e do uso comunitário dos recursos naturais frente

[20] Manuel Cunha é oriundo da comunidade São Raimundo, e uma das principais lideranças históricas do Médio Juruá. À época da assembleia, havia coordenado, ao lado da organização comunitária e do ICMBio, a operação de retirada de uma balsa de garimpo ilegal no território, passando a receber ameaças de morte em razão de sua atuação. Sua chegada à assembleia sob escolta da Força Nacional foi amplamente comentada pelos presentes.

ao avanço do garimpo ilegal e de outras pressões externas sobre a região. Também merece registro a participação de estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo, dos Rios e das Florestas[21], que tomaram a palavra na assembleia para falar sobre a importância de uma formação universitária enraizada no próprio território, resultado direto das lutas das organizações de base do Médio Juruá. A presença de uma empresa do setor de calçados interessada na compra do látex regional com critérios de pagamento por serviços ambientais[22] completou esse quadro, indicando como o território opera em escalas simultaneamente muito distintas. Não por acaso, as palavras mais recorrentes ao longo dos dias foram "editais", "projetos" e "repartição de benefícios", vocabulário que, por si só, diz algo sobre o tipo de inserção que o Médio Juruá foi construindo nas últimas décadas.

Essa pluralidade de atores, organizações e tensões não é periférica à análise das práticas alimentares, mas a integra. As cantinas da ASPROC, os circuitos de comercialização da farinha e do açaí, produtos centrais da alimentação cotidiana, as redes de assistência técnica e os projetos institucionais compõem parte dos arranjos materiais e organizacionais dentro dos quais as comunidades produzem, acessam e consomem alimentos cotidianamente. É a partir desse conjunto de relações, e das tensões que o atravessam, entre uso comunitário e pressão externa, entre autonomia e dependência de projetos, que a comunidade Nova Esperança, apresentada na seção seguinte, se insere e se constitui como campo empírico desta pesquisa.

4.3 A comunidade Nova Esperança

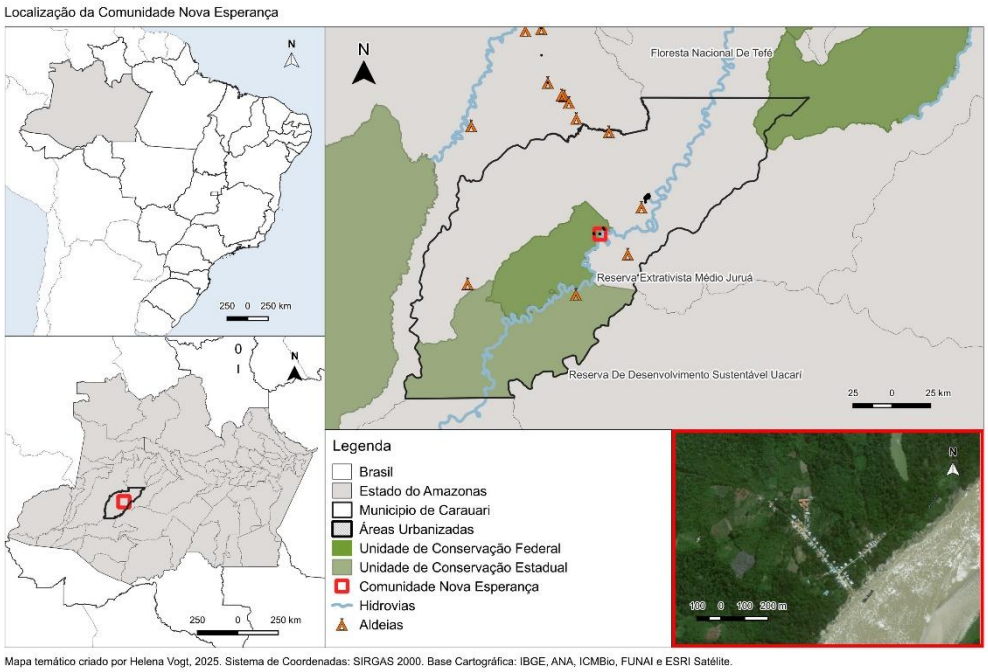
A comunidade Nova Esperança está localizada às margens do Rio Juruá, a aproximadamente 50 km da sede municipal de Carauari, no estado do Amazonas, o que corresponde a cerca de duas horas de viagem de lancha, sendo acessível exclusivamente por via fluvial. A Reserva Extrativista do Médio Juruá foi criada em março de 1997 e,

[21] O curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo, dos Rios e das Florestas é uma parceria entre a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), voltada à formação de educadores oriundos das próprias comunidades ribeirinhas e extrativistas do território. Sua existência resulta diretamente da mobilização das organizações de base do Médio Juruá, que reivindicavam uma formação universitária compatível com os modos de vida e os saberes do território.

[22] A empresa Vert, presente na assembleia, comercializa tênis produzidos com borracha natural e tem seu principal mercado consumidor na Europa. Na ocasião, estava em negociação para iniciar a compra do látex da região do Médio Juruá, com previsão de incluir no valor pago um componente de pagamento por serviços ambientais, conectando a produção extrativista local ao consumo internacional.

embora Nova Esperança tenha participado ativamente desse processo, com representação no Grupo de Trabalho do Plano de Manejo e assento no Conselho Deliberativo por meio da AANE (Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança), a comunidade permaneceu inicialmente fora dos limites oficiais da unidade em função de questões fundiárias. Essa situação foi regularizada em 2014, com a ampliação da RESEX para aproximadamente 286.932,94 hectares, incorporando formalmente Nova Esperança, junto a outras comunidades como Roque, Imperatriz e Morada Nova.

Figura 2 - Localização da Comunidade Nova Esperança



Fonte: elaborado por Helena Vogt, 2025

Segundo o cadastramento realizado em 2009, que subsidiou o Plano de Manejo (ICMBio, 2012), Nova Esperança era a segunda maior comunidade da RESEX, com 40 famílias, atrás apenas do Roque, com 89, representando cerca de 12% das unidades familiares da unidade de conservação. Durante o trabalho de campo realizado em 2022, a comunidade contava com cerca de 80 famílias e aproximadamente 300 moradores,

praticamente o dobro do registrado em 2009. Os dados desta pesquisa sugerem que esse crescimento é relativamente recente. Entre os 44 entrevistados, apenas cinco declararam ter nascido em Nova Esperança, todos na faixa etária de 18 a 24 anos. A maior parte dos moradores é oriunda de outras comunidades e antigos seringais do próprio Médio Juruá, como Pupunha, Bom Jesus, Juburi, Acado, Monte Cristo e Providência.

O processo de formação da comunidade aparece com mais nitidez nas narrativas dos moradores mais antigos. O entrevistado 117, que chegou ao local ainda criança, relata que o início de Nova Esperança se deu a partir do agrupamento de poucas famílias que viviam dispersas ao longo do rio: "nós era seis famílias só, que comecemos" (E117), em um contexto em que "não tinha nada", apenas casas isoladas distribuídas ao longo da margem. A comunidade, portanto, não surge como um núcleo já estruturado, mas vai se constituindo aos poucos, a partir da aproximação dessas famílias. À medida que esse agrupamento se consolidava e as condições de vida melhoravam, outras pessoas que viviam nas proximidades passaram a se deslocar para mais perto, contribuindo para o crescimento da comunidade.

Muitas dessas famílias eram oriundas de seringais e outras localidades próximas, o que indica que a formação da comunidade está diretamente vinculada ao histórico de ocupação associado ao extrativismo na região, já discutido anteriormente. Trata-se, portanto, de um movimento de aproximação e reconfiguração de trajetórias familiares que já habitavam o território. Segundo o entrevistado 117, esse processo também esteve relacionado às condições ambientais, especialmente às cheias que atingiam as áreas de várzea, levando ao deslocamento das famílias e à redefinição dos locais de moradia e cultivo. Nesse sentido, a própria constituição da comunidade já se dá em relação com as dinâmicas do rio, que seguem atravessando as formas de viver e produzir no território.

Nova Esperança se configura, assim, como um ponto de chegada de trajetórias que atravessam o território do Médio Juruá, e sua consolidação enquanto comunidade parece ser um fenômeno das últimas duas décadas. A pesca ocupa lugar central no cotidiano, com destaque para os lagos Cacau e Preto, enquanto o extrativismo envolve a comercialização de produtos como látex, açaí e farinha. Além disso, a comunidade produz sabonetes e óleos naturais a partir de recursos da floresta, compondo um conjunto diversificado de atividades vinculadas ao território.

A alimentação acompanha essa dinâmica. Peixe, farinha e açaí formam a base das refeições, em uma combinação recorrente no contexto amazônico, mas que ganha contornos próprios na vida cotidiana da comunidade. Foi também por meio dessas práticas que o interesse por este campo de pesquisa começou a se delinear, a partir de experiências em campo e do contato com os alimentos produzidos e consumidos localmente, como o consumo de pacu com farinha na chegada à comunidade, o preparo de *tracajá* em uma celebração de Dia dos Pais e o açaí fresco batido na despolpadeira. Refeições feitas com o que se pesca, se planta e se extrai foram abrindo espaço para questões sobre como se come, o que se escolhe consumir e o que vem se transformando.

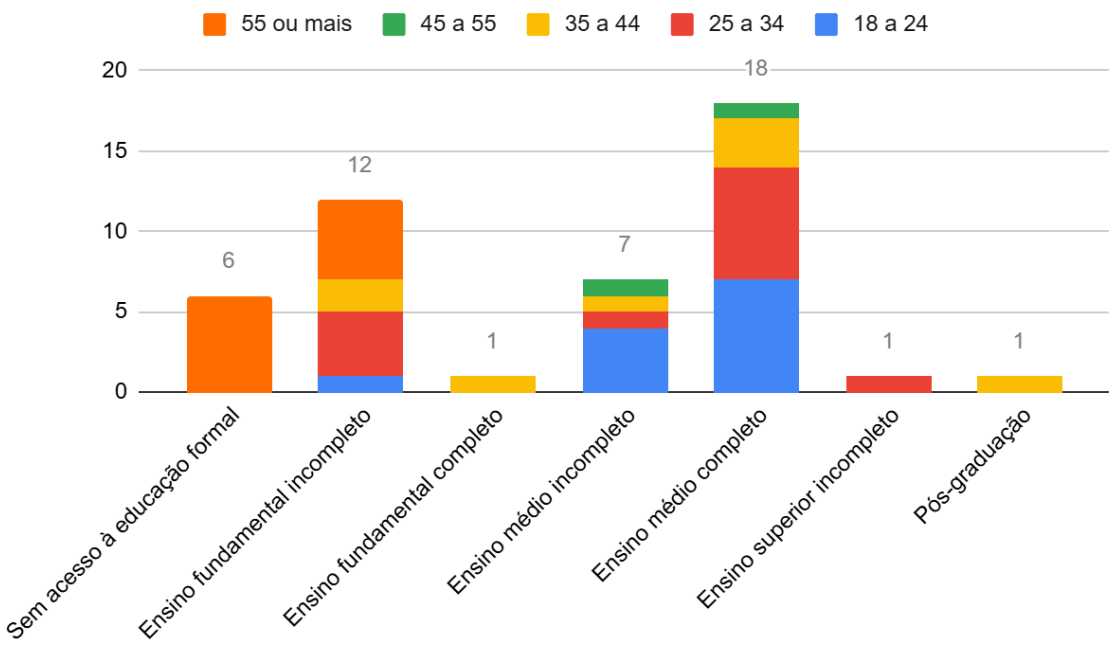
Nesse contexto, a dinâmica das cantinas comunitárias vinculadas à ASPROC, que será aprofundada adiante nesta tese, já se apresentava como uma dimensão relevante para compreender as práticas alimentares na comunidade. A comunidade também convive com um processo ambiental recorrente, conhecido localmente como “terras caídas”, que corresponde à erosão das margens do Rio Juruá. Trata-se de um fenômeno que impacta diretamente o território, alterando a configuração das margens e afetando áreas de moradia e uso cotidiano. Já identificado como área prioritária no Plano de Manejo de 2010, esse processo tem se intensificado nos últimos anos. Em março de 2025, o município de Carauari decretou situação de emergência após o desmoronamento de residências na orla da comunidade.

Além dos impactos sobre as moradias, o avanço das terras caídas interfere também nas formas de acesso à comunidade e na circulação de alimentos. Com o desmoronamento das margens, o desembarque se torna mais difícil, exigindo o transporte de cargas por barrancos instáveis. Em campo, em 2022, já era possível observar essa dificuldade, ao carregar mantimentos e galões de água por trechos de margem desmoronada. As terras caídas retornam ao longo desta tese, uma vez que figuram entre as principais questões relacionadas às mudanças do clima mencionadas pelos entrevistados, aparecendo de forma recorrente nas narrativas sobre transformações recentes no ambiente e nas condições de vida.

Os 44 entrevistados refletem a heterogeneidade de uma comunidade em formação. Apenas 13% nasceram em Nova Esperança, todos jovens entre 18 e 24 anos, enquanto 70% são oriundos de outras comunidades e seringais do Médio Juruá e 9% vieram da cidade de Carauari. A composição etária é polarizada: jovens até 24 anos representam 26% dos entrevistados, e pessoas acima de 55 anos formam um grupo igualmente

expressivo, também com 24%, sendo as faixas intermediárias distribuídas entre os dois extremos. Essa distribuição acompanha a própria história recente de Nova Esperança como ponto de chegada de moradores de outras comunidades e seringais da região, muitos dos quais estão entre os mais velhos entrevistados. A escolaridade segue essa diferença geracional: entre os mais jovens predomina o ensino médio completo ou em curso (37% e 17%, respectivamente), enquanto 39% dos entrevistados têm apenas o ensino fundamental incompleto ou não puderam acessar o sistema formal de ensino – dado concentrado entre os mais velhos, herança de um território historicamente distante das políticas públicas de educação.

Figura 3 - Idade e escolaridade dos entrevistados em Nova Esperança



Fonte: elaborado pela autora.

As entrevistas também mostram uma diferença importante entre o interior da comunidade e a *cidade*, que vai além da distância física ou das dificuldades de deslocamento e se relaciona com formas distintas de organização da vida cotidiana. Enquanto o acesso à cidade é limitado e envolve custos elevados, o interior aparece como um espaço marcado por maior proximidade entre as pessoas. Como sintetiza um dos entrevistados, ali "é tudo parentada" (Entrevistado 76), expressão que aponta para a centralidade das relações de parentesco, vizinhança e amizade na organização do

cotidiano. Essas relações atravessam também as práticas alimentares, seja na circulação de alimentos, nas trocas, nos convites ou nas formas de apoio entre as famílias. Comer, nesse contexto, não está restrito ao âmbito doméstico. Essa dimensão relacional das práticas alimentares será retomada ao longo do trabalho, especialmente na discussão sobre redes de apoio e estratégias compartilhadas de acesso aos alimentos.

Isso mostra que o território é central na organização da vida, do trabalho e da alimentação na comunidade, e não apenas um "pano de fundo". Nesse contexto, as práticas alimentares se mostram intrinsecamente enraizadas no território sendo moldadas pelas relações com o ambiente, pelos modos de produção e pelas dinâmicas socioculturais locais. É justamente essa imbricação entre território e alimentação que permite compreender como as transformações ambientais passam a emergir nas narrativas dos sujeitos, não como eventos isolados, mas como processos que reconfiguram, de forma concreta, as estratégias de produção, acesso e consumo de alimentos ao longo do tempo.

4.4 O Território do Médio Juruá e a Mudança do Clima

A vida nas comunidades ribeirinhas do Médio Juruá é organizada, em grande medida, pela dinâmica sazonal do rio. Os ciclos de enchente, cheia, vazante e seca definem os períodos de plantio, de pesca e de deslocamento, estruturando práticas que se reproduzem ao longo das gerações. Guimarães (2022) sistematiza esses quatro períodos para o rio Juruá e seus afluentes: enchente de outubro a março, cheia do final de março ao início de maio, vazante de maio a agosto e seca do final de agosto à metade de outubro, destacando como o ritmo climático organiza centralmente a vida no território, definindo quando plantar, quando pescar, quando circular e quando descansar.

Vasconcelos *et al.* (2022), em pesquisa realizada em duas comunidades da RDS Uacari, documentaram como as mudanças climáticas têm afetado os calendários produtivos das populações ribeirinhas do Médio Juruá, registrando que os eventos extremos de cheia são percebidos pelos agricultores como mais intensos, frequentes e rápidos nos últimos anos, com impactos diretos sobre o plantio de mandioca, a coleta de oleaginosas e a organização do trabalho na roça. Os autores apontam ainda a insuficiência de assistência técnica e de políticas adaptadas para o enfrentamento desses períodos, recomendando que governos facilitem o acesso a informações e medidas de mitigação e

adaptação às populações ribeirinhas. O que os eventos climáticos extremos dos últimos anos introduzem é, portanto, uma perturbação nesse ritmo, cujos efeitos sobre as formas de vida e as práticas alimentares extrapolam os mecanismos de adaptação historicamente construídos pelas populações ribeirinhas.

Os moradores do território carregam uma memória coletiva de eventos que marcaram esse calendário de forma significativa. A cheia de 2021, a maior registrada no estado do Amazonas nos últimos anos, subiu com uma rapidez que impediu que os agricultores colhessem os produtos em tempo hábil, resultando em perdas expressivas na produção de mandioca, banana, mamão e açaí – cultivos centrais tanto para o autoconsumo quanto para a geração de renda.

Segundo a Operação Amazônia Nativa (2021), mais de 2 mil pessoas foram desalojadas no município de Carauari, com famílias perdendo toda a sua produção agrícola anual; o então presidente da ASPROC, Manoel Cosme Siqueira, alertou à época que as comunidades demorariam muito tempo para reconstruir o que a enchente destruiu. Na direção oposta, a seca de 2023-2024 foi considerada a pior registrada em 121 anos no estado, afetando mais de 600 mil pessoas e colocando todos os 62 municípios do Amazonas em situação de emergência ou atenção (FAS, 2023). No Médio Juruá, a estiagem comprometeu o acesso à água e ao alimento, isolou comunidades que dependem do transporte fluvial e afetou o manejo sustentável do pirarucu. A seca de 2024 aprofundou esse quadro, levando o governo estadual a decretar situação de emergência em 20 municípios nas calhas dos rios Juruá, Purus e Alto Solimões (ICL NOTÍCIAS, 2024).

É essa dimensão – de como eventos climáticos extremos atravessam e alteram práticas alimentares – que os capítulos analíticos desta tese procuram acompanhar a partir da comunidade Nova Esperança. O Médio Juruá, marcado por uma longa trajetória de organização social, pela atuação de associações comunitárias e pela presença de unidades de conservação, oferece condições particularmente relevantes para analisar como alimentação e mudança do clima se articulam no cotidiano das comunidades ribeirinhas.

O tempo do rio

5 PRÁTICAS ALIMENTARES NO TERRITÓRIO DO MÉDIO JURUÁ: O FAZER COTIDIANO DIANTE DAS MUDANÇAS

Este capítulo analisa as práticas alimentares no Médio Juruá a partir das práticas cotidianas, buscando identificar como as mudanças climáticas incidem sobre a produção, a circulação e o acesso aos alimentos. No território, o roçado, a pesca, o extrativismo e a circulação fluvial são organizados em torno do ritmo do rio, dos períodos de cheia e seca e das formas locais de vida coletiva. Alterações nessas dinâmicas repercutem sobre a produção, o consumo e a geração de renda das famílias. A análise inicia pelas práticas que estruturam o cotidiano alimentar em Nova Esperança, especialmente o roçado, a pesca e o extrativismo. Em seguida, discute as temporalidades associadas ao rio e seus efeitos sobre o acesso aos alimentos ao longo do ano. Por fim, examina as transformações recentes nas práticas alimentares, considerando tanto os eventos climáticos extremos, como o aumento do calor, as cheias e as terras caídas, quanto outras mudanças em curso no território, entre elas a ampliação do consumo de alimentos ultraprocessados, o acesso a benefícios sociais e a intensificação das relações com os mercados urbanos de Carauari.

5.1 O fazer alimentar no território

Este capítulo trata a alimentação como prática, no sentido atribuído à prática pela Teoria das Práticas Sociais. Seguindo Warde (2016), a alimentação é compreendida como uma prática composta, formada por práticas interligadas, como pescar, cultivar o roçado, coletar e despolpar o açaí e cozinhar. Cada uma delas articula saberes, competências e materiais e se desenvolve em relação aos ciclos do rio, aos lagos e à floresta, constituindo feixes de prática-arranjo (SCHATZKI, 2002; 2019). No Médio Juruá, essas atividades são organizadas pela dinâmica do território, que orienta os períodos de pesca, de plantio e de coleta e, consequentemente, a alimentação cotidiana. Descrevê-las significa compreender como se articulam entre si e com as condições materiais e sociais do território.

Estudos arqueológicos indicam que a alimentação[23] no bioma amazônico reflete interações históricas entre manejo agrícola (NEVES, 2022; HECKENBERGER; NEVES, 2009), organização social e ambiente. Reconhecida pelo consumo de mandioca, açaí, pupunha, carne de caça e tantos outros alimentos, sendo os peixes a principal fonte de proteína (MURRIETA; DUFOUR, 2004). Contudo, as preferências alimentares são flexíveis, sendo influenciadas por fatores ecológicos, socioeconômicos e contextuais, como sazonalidade, desigualdades sociais e escassez. Assim, a alimentação vai além da nutrição, refletindo as dinâmicas culturais, ambientais e econômicas que moldam os modos de vida de populações ribeirinhas e indígenas.

A agricultura amazônica deve ser compreendida como resultado de longos processos de interação entre populações humanas e o ambiente, e não como uma atividade recente ou periférica. Longe de uma floresta "intocada", a Amazônia é marcada por paisagens moldadas pelo manejo ancestral, que produziram sistemas produtivos baseados na diversidade, na mobilidade e na integração entre cultivo, coleta, pesca e caça. Estudos sobre as chamadas florestas culturais evidenciam que a biodiversidade amazônica é, em parte, resultado dessas práticas históricas de manejo (BALÉE, 2013). Esses sistemas desafiam modelos convencionais de agricultura centrados na monocultura e na domesticação plena, ao evidenciar formas de produção que priorizam o acesso aos alimentos, a diversidade biológica e a adaptação às condições ambientais.

Nesse contexto, a dinâmica ecológica da região, especialmente o regime de cheias e vazantes dos rios, exerce papel central na organização da produção e do abastecimento alimentar. A sazonalidade estrutura o calendário produtivo, influencia a disponibilidade de alimentos e condiciona os fluxos de circulação de mercadorias, articulados pelo transporte fluvial. Moraes e Schor (2010), ao analisarem o custo da cesta básica em cidades da calha dos rios Solimões e Amazonas, demonstram que a variação dos preços, especialmente de alimentos in natura, está fortemente associada à sazonalidade dos rios. O estudo também questiona a centralidade atribuída ao custo do transporte como principal determinante dos preços, evidenciando o papel da produção local, sobretudo nas áreas de várzea, no abastecimento e no equilíbrio do mercado regional (SCHOR; TAVARES-PINTO; BUTEL, 2016).

[23] Uma versão preliminar desta seção foi apresentada na Rede de Estudos Rurais em 2025, no GT 8: Cultura alimentar, sociobiodiversidade e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: desafios à pesquisa. Agradeço ao debate e as contribuições realizadas neste espaço.

Por fim, a agricultura amazônica configura-se como um mosaico produtivo heterogêneo, no qual diferentes espécies, muitas delas em processos intermediários de domesticação, são manejadas a partir de conhecimentos tradicionais acumulados ao longo do tempo. Esse modelo, revela-se central para a segurança alimentar e nutricional das populações locais. Ao mesmo tempo, essas práticas enfrentam pressões crescentes associadas à expansão de mercados, às transformações ambientais e às mudanças climáticas, o que reforça a necessidade de abordagens que reconheçam e fortaleçam esses sistemas.

Essa historicidade não é apenas contexto: ela é constitutiva das práticas. O saber sobre quando e onde pescar, quais espécies manejar, como organizar o roçado em relação ao ciclo das águas, foi produzido em relação a esse território e não existe fora dele. Carneiro da Cunha (2009) distingue entre o saber vivo, incorporado e transmitido nas práticas cotidianas, e o recurso político mobilizado nas interfaces com o Estado e o mercado. No Médio Juruá, essas duas dimensões estão entrelaçadas: o conhecimento sobre o peixe, o açaí e a andiroba é ao mesmo tempo base da subsistência e fundamento das organizações que construíram a RESEX e as cadeias da sociobiodiversidade. Práticas alimentares e território se constituem mutuamente.

As práticas alimentares no território estão diretamente relacionadas às formas de subsistência das famílias e às atividades econômicas que estruturam o cotidiano local. Entre as principais, destacam-se a pesca, o roçado e o extrativismo, que, de forma combinada, organizam tanto a produção quanto o acesso aos alimentos. De modo geral, a produção é voltada principalmente para o autoconsumo, garantindo a base alimentar das famílias. Ainda assim, em determinados períodos, quando há excedente e as condições permitem, parte dessa produção é comercializada, especialmente produtos como farinha e açaí. Essa venda ocorre de forma pontual e acompanha os ciclos produtivos, configurando uma estratégia complementar de geração de renda.

Os moradores da Comunidade Nova Esperança, ao serem questionados sobre suas preferências alimentares - ou seja, qual era seu alimento favorito e como era o acesso a ele - sublinharam a manutenção de dietas “tradicionais”. Inicialmente, esperava-se identificar mudanças nas preferências alimentares, com um aumento no consumo de ultraprocessados; no entanto, essa tendência não se confirmou. Como será abordado adiante, os ultraprocessados aparecem nas dietas, mas em grande parte como um recurso alimentar em momentos de escassez, ou como destacado pelos entrevistados no “aperto

alimentar” e não necessariamente como uma escolha baseada no sabor ou preferência dos entrevistados.

Dos 44 comunitários entrevistados, 31 citaram mais de um alimento como favorito e 13 citaram apenas um. Isso pode indicar a preferência por uma alimentação diversificada ou o acesso a uma variedade de alimentos.

Quadro 2 - Preferências Alimentares em Nova Esperança

Categoria	Alimento	Menções
Peixe e tipos de peixe	Peixe (genérico)	15
	Pacu	13
	Tambaqui	10
	Sardinha	8
	Surubim	6
	Pirarucu	5
	Pirapitinga	5
	Pescada	1
	Piranha	1
	Matrinxã	1
Açaí	Açaí	10
Carnes de caça	Tartaruga	5
	Queixada	2
	Anta	1
	Capivara	1
	Veado	1
Outras carnes	Frango	6
	Salsicha	2
	Galinha	1
	Carne de boi	1
	Calabresa	1
Frutas	Manga	4

	Melancia	3
	Abacate	1
	Jambo	1
Outros alimentos	Feijão	2
	Arroz	1
	Macarrão	1
	Farinha	1
	Tapioca	1
	Cará	1
	Azeitona[24]	1
Menções genéricas	Tudo	2
	Comida boa	1

Fonte: elaborado pela autora.

O alimento mais lembrado foi o peixe, citado tanto de forma genérica quanto pela especificação das espécies favoritas. O acesso se dá pela pesca no rio e nos lagos próximos à comunidade e, quando não há tempo para pescar ou em períodos de escassez, pela compra. Entre as espécies, o pacu foi o mais citado, o que se explica pelo período em que as entrevistas foram realizadas, a época de sua pesca. Naquele momento, o pacu estava presente em quase todas as mesas de Nova Esperança; uma refeição típica do período, com pacu e farinha, está registrada na Fotografia 5.

Fotografia 5 - Almoço na Comunidade Nova Esperança: pacu e farinha

[24] Azeitona do mato, também conhecida como Jamelão (*Syzygium cumini*).



Foto: registro de Giulia Melilli Serbin (2022)

O segundo alimento mais citado como o favorito foi o açaí. A palmeira do açaí é nativa da região amazônica, cuja extração e beneficiamento constituem práticas tradicionais profundamente enraizadas nos modos de vida das populações ribeirinhas, indígenas e comunidades extrativistas. O açaí de Carauari é amplamente conhecido no estado do Amazonas por ter um caldo mais grosso – ao contrário de açaí de regiões como Manaus e municípios vizinhos. O açaí faz parte da dinâmica alimentar do Médio Juruá, estando presente em praticamente todas refeições, consumido como uma sobremesa ou acompanhamento, é consumido com farinha d'água ou farinha de tapioca. O açaí pode ser tanto fruto do extrativismo, quanto plantado em quintais. Muitos dos entrevistados afirmam que o açaí extraído da mata é melhor do que cultivado em quintais – diferença que para nós visitantes é imperceptível.

A coleta do fruto ocorre nas florestas de várzea, onde os açaizais crescem de forma "espontânea", ou então em roçados de terra firme, onde também podem ser plantados. O processo de extração é majoritariamente manual - geralmente homens jovens escalam os troncos das palmeiras utilizando técnicas tradicionais para alcançar os cachos do fruto no topo. Após a coleta, os galhos com os frutos são transportados até as moradias ou locais de beneficiamento, lavados – como mostra a Fotografia 6 - e levados à despolpadeira. A

presença da despolpadeira não é universal: devido à dependência de energia elétrica e ao custo do equipamento, é comum que famílias compartilhem o uso do maquinário com vizinhos ou parentes, reunindo-se de maneira colaborativa para realizar o processo de despolpa, registrado na Fotografia 7. O açaí é altamente perecível, sendo idealmente consumido no mesmo dia da extração, sendo tradicionalmente ingerido em sua forma natural, fresco, compondo uma base alimentar densa em valor nutricional e simbólico.

Fotografia 6- Processo de higienização dos frutos do açaí



Fonte: registro da autora (2022).

Fotografia 7- O processo de despolpa do açaí



Fonte: registro da autora (2022).

Em relação ao clima, o açaí depende de ciclos regulares de chuva e seca para sua produção. Secas prolongadas ou chuvas excessivas podem reduzir a produção. Tregidgo e colaboradores (2020a) destacam a importância do açaí para a segurança alimentar das comunidades ribeirinhas amazônicas. Citando Murrieta *et al*. (1999), Tregidgo *et al*. (2020a) ressaltam que os frutos despolpados representam até 70% da ingestão calórica diária durante a principal estação de produção. Diante disso, novos cenários também se apresentam, como a alta vulnerabilidade do fruto às mudanças do clima, sendo que eventos extremos já têm impactado a produção e consumo de açaí. Ao mesmo tempo, há uma crescente demanda pelo açaí, impulsionado por diversos fatores. Um dos fatores destacados pelos autores é o aumento populacional em centros urbanos e regionais, além do incremento nas vendas nacionais e internacionais[25] deste alimento, que tem sido considerado uma *superfood* (Tregidgo *et al.*, 2020a).

As carnes de animais de caça (carne do mato) estiveram presentes nas preferências dos entrevistados. O acesso a esses alimentos é limitado segundo os comunitários, e

[25] Ao mesmo tempo, desigualdades se apresentam nesse cenário, a maior parte do valor agregado do açaí está em áreas distantes de sua produção, indicando alguns paradoxos deste crescimento nos mercados internacionais (BRONDÍZIO, 2021).

depende tanto de a disponibilidade de algum morador realizar a caça, quanto da presença destes animais – que têm diminuído significativamente segundo os relatos. O acesso à caça se dá somente quando o próprio entrevistado a realiza ou então algum vizinho ou parente, sendo, portanto, um consumo descrito como "quando tem".

A caça representa um importante aspecto cultural. A legislação proíbe, mas isso não evita que estes alimentos sejam considerados iguarias, sendo consumidos esporadicamente em festividades. Os quelônios, por exemplo, como a tartaruga, costumam ser consumidos em eventos especiais, podendo ser consumida *batida no caco* em que seu aspecto se assemelha à uma carne de gado moída e em ensopados ou assadas. Além disso, o *arabu*, a gema do ovo ainda um pouco crua da tartaruga com sal, é considerado uma iguaria. Interessante destacar que a tartaruga de cativeiro é legalizada e é possível encontrar em diversos restaurantes da capital Manaus. Mas, isso não impede a ilegalidade[26]. Recentemente, foi realizada a primeira venda de quelônios manejados em Carauari, sendo a pioneira no estado do Amazonas.

O acesso a carnes de frango, galinha, carne de boi, salsicha e calabresa é mais limitado, pois dependem da compra no centro de Carauari ou então de compras nas Cantinas da ASPROC[27]. Apenas algumas das famílias entrevistadas possuem galinhas e frangos nos quintais. É interessante salientar como a carne de porco não está na preferência de nenhum dos entrevistados. Quando questionados sobre o tema a resposta sempre era a mesma, de que era uma carne "remosa", ou seja, gordurosa ou até considerada por estes uma carne mais propensa a espalhar doenças. Carnes como a de boi, são consideradas caras e são compradas somente na "cidade", o que torna o acesso

[26] A caça amadora e profissional é proibida no Brasil, a captura de quelônios sem autorização, acarreta em multas, apreensão de embarcações e demais petrechos utilizados e até a prisão (Decreto 6514/08). A caça é somente permitida em casos de extrema necessidade alimentar do indivíduo ou família. Importante destacar que a caça de subsistência, representa baixo impacto na biodiversidade de unidades de conservação (SAMPAIO et al., 2023) e possui grande importância nas relações sociais de vizinhança de muitas comunidades (SOUSA, 2015). Em diferentes localidades, estudos acerca do manejo sustentável de quelônios têm encontrado avanços.

[27] Como será apresentado posteriormente em mais detalhes na tese, a ASPROC possui em diferentes comunidades as chamadas "Cantinas", que além de funcionarem como um contato com o associado, permitem a comercialização de diferentes produtos como arroz, óleo, etc. O chamado "comércio ribeirinho" que a ASPROC promove, faz com que as comunidades – que dependendo da velocidade do motor do barco, estão há dias do centro de Carauari, que por sua vez, está há cinco dias de balsa de Manaus (de onde estes produtos vêm). Este comércio ribeirinho, possibilitou que as comunidades não dependessem mais de atravessadores e dos chamados "regatões" que na maioria das vezes não pagavam valores justos aos comunitários.

mais difícil, já que necessitam recurso financeiro e deslocamento. A cada dois meses[28], os moradores que são beneficiários do Bolsa Família, necessitam ir até o centro de Carauari para receber o benefício e é em momentos como este que as compras no mercado são realizadas.

O único entrevistado que declarou preferência pela carne de gado destacou que estaria enjoado de comer peixe, já que consumia peixe há mais de 70 anos, portanto, configurando de fato uma exceção esta escolha alimentar. Em algumas falas, há um tom de preocupação, pois a caça era uma importante fonte de proteína e, com seu declínio, algumas famílias estão tendo que adaptar sua dieta, às vezes recorrendo a alimentos menos preferidos (como frango de criação industrial ou processados).

Aqueles que citaram as frutas como alimentos favoritos também declararam estas como acessíveis. Elas podem ser plantadas em quintais, roçados e também extraídas da mata (como é o caso do jambo). A dificuldade de acesso segundo os relatos, está na questão da sazonalidade e o clima, que tem impactado certos cultivos a partir da alteração no ciclo de chuvas e temperaturas mais altas. O último grupo mencionado apresenta uma diversidade de alimentos, tanto acessíveis via compra (arroz e macarrão) quanto ao plantio no roçado (feijão, farinha, tapioca e cará). Mais uma vez, o deslocamento à cidade é uma das questões de acessibilidade retomada pelos entrevistados, o que aumenta o custo desses (como o arroz e macarrão).

Em suma, algumas dimensões sobre escolhas alimentares e acesso podem ser discutidas a partir dos dados levantados. Em Nova Esperança, a relação com a pesca e extração de alimentos da mata é crucial para a subsistência das comunidades. A dimensão alimentar está estabelecida para além do poder de compra, mas sobre toda a dinâmica que configura a relação das comunidades ribeirinhas e o ambiente. A questão da sazonalidade, como discutida no início do presente trabalho, ganha destaque na fala dos entrevistados. O peixe, por exemplo, possui diferentes variações e disponibilidades ao longo do ano, em certos períodos torna-se impossível consumir o alimento favorito, o que faz parte da

[28] Durante as entrevistas, os beneficiários do Bolsa Família declararam a dificuldade e os custos elevados que envolviam buscar o benefício no centro de Carauari. A viagem de barco envolve um valor alto para muitas famílias, sobrando pouco recurso para a compra dos itens essenciais como gás e alimentos. Em relação a esse ponto, muitos comunitários encomendam mantimentos, inclusive diesel para os que possuem geradores, na cidade, e que serão posteriormente enviados pelos barcos e entregues na entrada da comunidade.

dinâmica ambiental do território – mas que vem sendo amplificado pelas frequentes estiagens e enchentes.

O custo de alimentos comprados, como carnes e produtos industrializados como salsicha e calabresa, é considerado de acesso mais difícil, principalmente devido a soma de deslocamento e preço dos alimentos no mercado do centro de Carauari. Ainda em relação ao custo, a necessidade de percorrer distâncias maiores para realizar a pesca em períodos de escassez pode ser acrescido. Muitos dos entrevistados afirmam que nesse momento do ano, é melhor realizar a compra do alimento, do que "perder um dia" sem a certeza do sucesso da pesca.

Quadro 3 - Acesso e dificuldades de acesso aos alimentos em Nova Esperança

Categoria	Acesso	Formas de Obtenção	Dificuldades
Peixe e tipos de peixe	Acesso geralmente fácil, mas varia conforme a época, a espécie e o clima.	Pesca no rio ou lagos próximos; compra quando não há tempo ou disponibilidade de peixes.	Escassez em períodos de vazante; distância para pescar; preço alto.
Açaí	Acesso fácil, principalmente na época certa.	Extração da mata ou quintais; plantio em áreas próximas.	Sazonalidade; escassez fora da época.
Carnes de caça	Acesso limitado, depende da caça.	Caça realizada por membros da comunidade.	Escassez de animais; regulamentação da caça.
Outras carnes	Acesso limitado, principalmente por compra.	Compra na cidade; criação de frango em quintais (menos comum).	Custo elevado; dependência de compras externas.
Frutas	Acesso fácil, principalmente quando plantadas.	Plantio em quintais ou roças; extração da natureza.	Sazonalidade; escassez fora da época.
Outros alimentos	Acesso variável, dependendo do alimento.	Plantio em roças (feijão, farinha, tapioca); compra na cidade (arroz, macarrão).	Custo de alimentos comprados; impactos climáticos na mandioca.

Fonte: elaborado pela autora.

No que diz respeito aos alimentos de origem vegetal, há uma distinção entre os que são cultivados em quintais e roças e os que são coletados via extrativismo. A mandioca e o açaí se destacam como alimentos essenciais, tanto na alimentação cotidiana quanto como fonte de renda. Frutas como banana, cupuaçu, tucumã, buriti e pupunha, assim como hortaliças diversas, integram uma agricultura familiar diversificada, que é

sustentada por saberes tradicionais e manejo do território. Já os produtos de extrativismo, como o açaí nativo e frutos da floresta, além de plantas como andiroba e murumuru, revelam o aproveitamento de frutos não apenas para consumo, mas também para fins comerciais e medicinais.

Por fim, o quadro evidencia aspectos fundamentais sobre a segurança alimentar local. A sazonalidade dos alimentos, como peixes e frutas, influencia diretamente a disponibilidade ao longo do ano. Além disso, o impacto do desmatamento compromete a biodiversidade e o acesso a alimentos tradicionais. Apesar disso, os modos de vida locais seguem fortemente marcados por práticas simbólicas e sustentáveis, como a cultura do açaí e o uso de conhecimentos tradicionais relacionados à coleta, pesca e manejo de plantas medicinais, que contribuem para a questão alimentar da comunidade.

A relação com a cidade acontece de forma esporádica e geralmente está associada a necessidades específicas, como a realização de consultas ou tratamentos de saúde, ou ainda ao recebimento de benefícios sociais. Esses momentos também são utilizados para a compra de alimentos que não são produzidos no território, o que faz com que esse tipo de abastecimento externo aconteça de maneira periódica. Sendo assim, o abastecimento alimentar se dá das seguintes formas na comunidade: 1) Produção de subsistência; 2) Cantinas da ASPROC; 3) Compras no centro do município de Carauari e os 4) Regatões. Os relatos a seguir ilustram como a compra desses produtos aparece associada às idas à cidade, e não ao consumo cotidiano na comunidade.

> Pesquisadora: E você costuma comer alimento processado, tipo uma calabresa, uma salsicha?
>
> E75: Não, aí já é mais assim, porque a gente quando a gente vai pra cidade, a gente traz. Então, quando o pessoal daqui vão, às vezes, moradores vão e trazem. Ou quando traz pra cá, pra vender aqui.
>
> Pesquisadora: Tá, aí quando vai pra cidade, que daí come outra coisa além do peixe?
>
> E75: É, a gente traz pra comer. Mas não é sempre. Não, salsicha, calabresa, não...

> E80: No almoço, às vezes a gente almoça, quando tem o peixe, a gente come peixe, e no café, quando tem [farinha de] trigo, eu faço bolo. Mas assim, no café, é mais trigo, que gente faz. Aí a janta, é até difícil eu jantar, mas as crianças assim que jantam.
>
> Pesquisadora: O que elas jantam?
>
> E80? É o mesmo que a gente come no almoço, é mais peixe.

> Pesquisadora: Vocês costumam comer frango, calabresa, salsicha?
>
> E80: Salsicha, a gente come, quando a gente vai pra Carauari, a gente trás. A gente compra é de fardo.

É nesses deslocamentos que se observa, com mais intensidade, a aquisição de alimentos ultraprocessados. Como sugerem os relatos, esses produtos entram na alimentação das famílias vinculados às viagens à cidade; sua durabilidade e a facilidade de transporte e armazenamento ajudam a explicar por que são esses os itens trazidos, em contextos de deslocamento pouco frequente e logística difícil. Assim, esses produtos aparecem vinculados a esses momentos específicos de compra na cidade, e não como parte estruturante da alimentação cotidiana. Os trechos indicam que o acesso à alimentação depende das dinâmicas territoriais e da infraestrutura de abastecimento disponível, mais do que da presença ou ausência de determinados alimentos. O centro urbano, embora funcione como um polo de acesso a bens não produzidos localmente, parece não se configurar necessariamente como um ambiente alimentar saudável. Ao contrário, os produtos adquiridos nesses deslocamentos são, em grande medida, alimentos ultraprocessados, escolhidos por sua durabilidade, facilidade de transporte e armazenamento, especialmente considerando as limitações logísticas e a periodicidade das viagens.

A discussão parece estar centrada na predominância de "pântanos alimentares" (COOKSEY-STOWERS; SCHWARTZ; BROWNELL, 2017; HONÓRIO *et al*., 2021) ou seja, o centro de Carauari parece estar marcado pela maior disponibilidade e acessibilidade de produtos ultraprocessados em relação a alimentos *in natura* ou minimamente processados. E isso foi observado nas três estadias em que estive no centro da cidade: há uma dificuldade em encontrar alimentos in natura, exatamente pelo fato dos mercados centrais da cidade estarem ligados às redes de abastecimento de Manaus, que está há cinco dias de balsa do município. Muitos dos alimentos in natura como cebola, tomate ou então outros que não estão costumeiramente no dia a dia dos moradores, vem da Central de Abastecimento (CEASA) de Manaus.

No caso analisado, essa dinâmica articula diferentes escalas: de um lado, o território apresenta uma base alimentar ancorada em alimentos tradicionais, como o peixe, o açaí e a farinha; de outro, os circuitos urbanos introduzem, de forma pontual, alimentos ultraprocessados, que passam a compor a dieta sem substituí-la. Essa coexistência assume uma forma específica: a base alimentar territorializada permanece

como preferência e estrutura o cotidiano, enquanto os ultraprocessados entram de modo pontual e condicionado, vinculados aos deslocamentos à cidade e aos períodos de escassez, sem se firmarem como padrão alimentar. Esses produtos cumprem, porém, um papel ambíguo. Se de um lado sinalizam a pressão sobre a base alimentar territorial, de outro funcionam como recurso de abastecimento em momentos de escassez: sua durabilidade e a facilidade de transporte e armazenamento os tornam uma resposta possível quando o acesso ao peixe e aos alimentos frescos se restringe.

Outro aspecto importante é o custo elevado para se deslocar até a cidade, que limita a frequência dessas idas e reforça a centralidade da produção local para a subsistência das famílias.

> E76: O pior é que tem uma despesa pra ir lá na cidade.
>
> Pesquisadora: É caro pra pegar o barco?
>
> E76: A gente gasta na base de duas botijas. É na base de duzentos, duzentos e cinquenta reais mais ou menos. Sai por um pouco, é... Aí você vai com uma, volta, até o meio de viagem e pega outra. Aí o dinheiro da gente já vai saindo daí, né?
>
> Pesquisadora: Aí parte da aposentadoria já vai só pra chegar em Carauari?
>
> E76: É. Mais a comida, pagamento de água, luz, né? [...] *E aposentado não come só, né? Sempre tem uma família que come com a gente*.

Por fim, os programas sociais, como o Bolsa Família, assim como as aposentadorias, compõem a renda das famílias e contribuem para a compra de alimentos e outros itens básicos. Esses recursos se somam às atividades produtivas locais, configurando estratégias que combinam produção para autoconsumo, venda eventual e acesso a políticas públicas.

Durante o levantamento de dados sobre a alimentação na comunidade, realizamos uma pergunta que, embora não tenha como objetivo mensurar diretamente a segurança alimentar segundo critérios técnicos estabelecidos por instrumentos como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), permitiu uma análise geral sobre aspectos relevantes acerca da alimentação e saúde. A pergunta feita aos participantes foi: "Alguma vez sua família precisou reduzir a compra de alimentos para pagar outras despesas, como gás, luz, água ou tratamento de saúde? E, se sim, algum membro da família já se sentiu indisposto ou adoeceu por isso?".

Os dados revelaram que a maioria dos entrevistados (40 de 44) relatou já ter reduzido a compra de alimentos para arcar com outras despesas básicas, como contas de

luz, água, gás, combustível para transporte fluvial, aluguel ou gastos com saúde. Segundo os entrevistados, desde a pandemia[29] a situação parece ter sido agravada. A frequência da prática variou entre "às vezes" e "com muita frequência". Em relação à saúde, 13 pessoas relataram sintomas de indisposição física relacionados à redução alimentar, como fraqueza, dor de cabeça, perda de peso e problemas gastrointestinais. Contudo, a maioria afirmou não ter adoecido, destacando o uso de estratégias para contornar a situação. Alguns mencionaram que, em situações extremas, os adultos ficam sem comer para garantir que as crianças se alimentem.

Para concluir, é necessário olhar para esses dados de forma crítica. Como destaca Murrieta (1998), diversos estudos questionam a ideia de um "problema nutricional generalizado" na Amazônia e mostram que intervenções nutricionais frequentemente desconsideram estratégias alimentares locais. A população ribeirinha, principal alvo de muitas dessas políticas, foi invisibilizada ao longo do tempo nesse debate, o que reforça a necessidade de análises mais detalhadas sobre os impactos dessas ações em seus hábitos alimentares. A literatura sugere ainda que programas nutricionais, em vez de fortalecer a autonomia alimentar, podem reforçar relações de dependência. Além disso, muitos dos parâmetros utilizados para avaliar a nutrição não correspondem às realidades amazônicas, produzindo leituras descontextualizadas sobre as práticas alimentares locais. Em diversos estudos, a alimentação tradicional aparece como nutricionalmente inadequada ou associada à ideia de que as populações amazônicas "não sabem aproveitar" os recursos disponíveis.

Nessa direção, Carneiro da Cunha (2009) distingue entre cultura, entendida como saber vivo incorporado às práticas cotidianas, e "cultura", mobilizada como recurso político nas relações com o Estado e o mercado. Essa distinção ajuda a compreender algo recorrente no Juruá: quando os moradores preferem o peixe ao frango congelado, afirmam não apenas uma preferência alimentar, mas uma relação territorial com o rio e com a floresta que o mercado não substitui integralmente. A disputa entre esses alimentos envolve, assim, modos de vida distintos e as condições de sua continuidade.

[29] A pandemia não somente afetou no aumento do preço dos alimentos, mas em outros aspectos familiares. Em um dos casos entrevistados, por exemplo, o membro da família que realizava a pesca e a caça, faleceu vítima da COVID-19, provocando uma reorganização familiar que acarretou na diminuição da disponibilidade de alimentos.

Os dados sugerem que a dieta tradicional não vem sendo completamente substituída pelos alimentos ultraprocessados. O que se observa são permanências e reconfigurações das práticas alimentares diante das transformações ambientais e econômicas que incidem sobre o território. À luz de Schatzki (2002; 2019), essas mudanças podem ser compreendidas como reconfigurações dos feixes de prática-arranjo, nas quais a transformação das condições materiais, sociais e ecológicas altera a forma como as práticas alimentares são realizadas, sem que isso implique sua substituição completa. Nesse processo, as estratégias mobilizadas pelas famílias e pelas organizações locais evidenciam que a alimentação continua sendo produzida por relações entre práticas, saberes, recursos e condições territoriais que se transformam ao longo do tempo.

5.2 Temporalidades e consumo alimentar

As práticas alimentares na comunidade acompanham as temporalidades do rio, especialmente os períodos de cheia e seca, que organizam a vida no território e condicionam o ritmo do trabalho, o acesso e a disponibilidade de alimentos ao longo do ano. Como observam estudos sobre comunidades ribeirinhas amazônicas, os hábitos alimentares dessas populações mantêm estreita relação com a dinâmica do ciclo das águas, que interfere no roçado, na pesca e no abastecimento ao longo do ano (SCHOR *et al*., 2015). Essa variação se expressa, por exemplo, nas distâncias e nos deslocamentos necessários para acessar tanto o roçado quanto a cidade. A depender da época do ano, o trajeto até as áreas de cultivo pode se tornar mais longo ou mais difícil, ao mesmo tempo em que o acesso à sede municipal também se altera. Em alguns momentos, o deslocamento é facilitado pela presença da água; em outros, torna-se mais restrito, exigindo mais tempo e esforço. Assim, o acesso aos alimentos, seja pela produção própria, seja pela compra, não é constante, mas varia conforme as condições de cada período.

As temporalidades também organizam o próprio calendário das atividades produtivas. O fazer alimentar não ocorre de maneira contínua, mas segue ritmos específicos, que articulam diferentes etapas do trabalho. Como descrevem os moradores, há um tempo de brocar, um tempo de roçar e um tempo de fazer a farinha, evidenciando que a produção se estrutura em ciclos que se distribuem ao longo do ano. Essa organização cíclica do trabalho agrícola articula-se ao que a literatura sobre comunidades

ribeirinhas amazônicas descreve como quatro "estações climáticas" - enchente, cheia, vazante e seca - que regulam o calendário produtivo nas áreas de várzea, e que estruturam não apenas o plantio e a colheita, mas toda a lógica de subsistência das famílias. A temporalidade da prática é, nesse sentido, a temporalidade do território. Os arranjos materiais que sustentam o cultivo, a terra da várzea, o nível do rio, os caminhos de acesso, não são cenário: sua variação organiza a prática, e é por isso que competências como saber "o tempo de brocar" não existem separadas deste rio e destes ciclos (SCHATZKI, 2019).

Além da produção para autoconsumo, essas variações impactam também as possibilidades de geração de renda. Durante a cheia, há perda de produção em determinadas áreas, especialmente na várzea, afetando tanto o cultivo quanto a coleta de produtos da floresta. A redução na disponibilidade de insumos como andiroba e murumuru, utilizados na produção de óleo, implica uma diminuição das oportunidades de venda, evidenciando que as mudanças no ambiente não afetam apenas o acesso direto aos alimentos, mas também os meios de obtenção de renda. Pesquisas realizadas em comunidades de várzea documentam que durante a cheia a taxa de captura de peixe cai drasticamente, enquanto as culturas agrícolas ficam submetidas ao risco de perdas, configurando períodos de insegurança alimentar sazonal (TREGIDGO *et al*., 2020b).

A distinção entre várzea e terra firme aparece, nesse contexto, como um elemento central na organização das práticas. Tradicionalmente, a várzea é reconhecida por sua maior produtividade, mas, diante da intensificação das enchentes, seu uso tem se tornado mais instável. Como resultado, observa-se um deslocamento gradual dos cultivos para áreas de terra firme, consideradas mais seguras, ainda que, em alguns casos, menos produtivas. Esse movimento evidencia como as decisões sobre onde plantar e como produzir estão diretamente relacionadas às condições ambientais e às mudanças praticadas no território. Murrieta (2001) já documentava nas várzeas do Baixo Amazonas que a fase terrestre é marcada por superabundância de alimentos cultivados e silvestres, enquanto a fase aquática é caracterizada por relativa escassez de produtos vegetais – o que torna o "prolongamento" da fartura da estação seca o principal problema adaptativo das populações ribeirinhas.

A sazonalidade também se expressa na disponibilidade de produtos específicos, marcando períodos distintos ao longo do ano. Há momentos em que determinados alimentos se tornam mais abundantes, como na "época do açaí" ou na "época da

andiroba", enquanto em outros períodos sua presença é mais limitada. Essa variação não apenas organiza o consumo, mas também orienta as estratégias de produção e, quando possível, de comercialização. No entanto, como já mencionado, a venda de produtos tende a ocorrer de forma pontual, dependendo da disponibilidade, sendo frequentemente descrita como algo que acontece "quando tem".

A dimensão da subsistência, característica da comunidade, portanto, está diretamente articulada às temporalidades do território. A produção voltada ao consumo próprio – o que Grisa e Schneider (2008) denominam "produção para o autoconsumo" ou, na expressão dos próprios agricultores, "plantar pro gasto" – desempenha papel estruturante na reprodução social das famílias rurais, garantindo autonomia alimentar e reduzindo a dependência dos mercados. Longe de ser uma produção residual ou marginal, o autoconsumo constitui uma estratégia recorrente que "produz" autonomia, estabilidade socioeconômica e segurança alimentar (GRISA, 2007; GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Nessa direção, Grisa, Gazolla e Schneider (2010) argumentam que essa produção permanece invisível para grande parte das políticas públicas de desenvolvimento rural, que tendem a privilegiar a produção voltada ao mercado em detrimento das lógicas de autoprovisionamento. A geração de renda aparece como complementar e variável: em muitos casos, os auxílios sociais desempenham um papel mais estável na composição da renda, enquanto as atividades produtivas e extrativistas acompanham as possibilidades abertas em cada época. Dessa forma, compreender as práticas alimentares na comunidade implica reconhecer que o acesso aos alimentos não é fixo, mas se transforma ao longo do ano. O ambiente, nesse contexto, ora aproxima, ora afasta os alimentos, reorganizando continuamente as condições de produção, circulação e consumo. É nessa relação com as temporalidades ambientais que se inscrevem as práticas cotidianas, evidenciando que o fazer alimentar está sempre em diálogo com os ritmos do território.

5.3 Transformações nas práticas alimentares

As mudanças nas práticas alimentares da comunidade não acontecem de forma abrupta, mas se constroem no cotidiano, a partir de diferentes dinâmicas que atravessam o território – extremos climáticos, no acesso, no consumo e na circulação dos alimentos. Essas transformações não alteram as práticas de uma vez: o que se desfaz, antes, são os

vínculos entre os elementos que as compõem. Competências acumuladas ao longo de gerações, o saber quando plantar, onde pescar, como ler o rio, perdem ancoragem quando os arranjos materiais que as sustentavam mudam de comportamento. O calendário produtivo, os ciclos do rio, a presença dos peixes nos lagos não são contexto das práticas alimentares: são condição de sua existência. Quando se alteram, as práticas não desaparecem imediatamente, mas os vínculos que as tornavam possíveis precisam ser refeitos (SHOVE; PANTZAR; WATSON, 2012; SCHATZKI, 2019).

Em períodos como os descritos pelo Entrevistado 143, há o "calendário da fome" na comunidade que se concentra entre os meses de outubro a dezembro. Este "calendário da fome" se dá principalmente por duas razões, uma em consequência da outra: i) questões climáticas e de sazonalidade que afetam a disponibilidade de peixe nesse período; ii) pela escassez de peixes, há uma pressão de sobrepesca aos que ainda restaram nos lagos – a Comunidade Nova Esperança e a vizinha Comunidade do Roque são das mais numerosas da RESEX Médio Juruá, como demonstrado pelo analista ambiental do ICMBio, abaixo. A escassez, portanto, faz com que deslocamentos cada vez mais longos sejam feitos para a realização da pesca.

> A sazonalidade dos rios tem impactado o período de desova, de reprodução e até a passagem dos peixes pelos lagos. E isso impacta diretamente a alimentação. Tanto é que, em comunidades como Nova Esperança, Roque, Pupuaí, Novo Horizonte - onde há uma população grande e uma pressão forte sobre os estoques pesqueiros - o peixe é a principal fonte de proteína animal. Só que essa mudança na sazonalidade dos rios, provocada pelas mudanças climáticas, tem reduzido muito os estoques de peixe. E aí vem o impacto direto: nessas comunidades, onde antes o peixe era a principal proteína, hoje a ASPROC se vê obrigada a fornecer [nas cantinas] frango congelado. Porque, senão, a gente simplesmente não tem proteína animal disponível (Entrevista com Analista Ambiental do ICMBio)

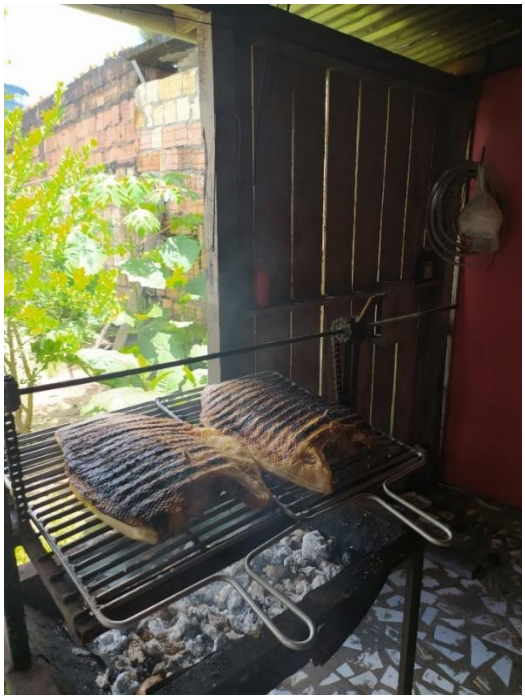
Esse momento, descrito por um dos entrevistados como um "aperto alimentar", não se configura necessariamente como ausência total de alimentos, mas como uma redução das possibilidades de escolha e acesso, levando à incorporação de outros itens na dieta. Entre esses, destaca-se o aumento do consumo de alimentos comprados, incluindo produtos ultraprocessados, bem como o maior recurso a alternativas como o consumo de frango industrializado, que aparece como substituto em contextos de menor disponibilidade de pescado.

> Entrevistadora: E salsicha, calabresa, o senhor gosta?
>
> Entrevistado 117: Rapaz, gosta eu não gosto, mas no caso apertado, a gente come. Quando não tem outra coisa que tem...

Diante desses impactos, a maior parte dos entrevistados relatou ter modificado, de maneira autônoma, suas práticas de roçado e cultivo – mesmo sem ter buscado orientação ou apoio externo para isso. As adaptações mais comuns envolvem mudanças no horário das atividades, como pescar ou trabalhar na roça mais cedo para escapar do calor, e a alteração dos locais ou áreas de cultivo. Também foram mencionadas a redução da área plantada, a diversificação das espécies cultivadas e, em alguns casos, a adoção de técnicas de irrigação e adubação ou a construção de pequenas infraestruturas. A compra de alimentos de baixo custo, incluindo ultraprocessados, foi citada por alguns como alternativa para compensar as perdas na produção. Essas respostas, ainda que modestas em escala, evidenciam uma capacidade de adaptação que merece atenção nas políticas voltadas aos futuros alimentares dessas comunidades.

Nessa subseção, o foco se dará nos eventos climáticos extremos que impactam o território cotidianamente, tais como: aumento do calor, secas, enchentes e terras caídas. Como já descrito no presente trabalho, as variações dos níveis do rio são comuns ao dia a dia do bioma amazônico, entretanto, tais eventos têm se intensificado. A pesquisa de campo foi realizada majoritariamente em 2022, quando Carauari vivia ainda as consequências de uma enchente histórica – o que fez com que muitos dos relatos tratassem sobre isso. Mas, nos anos seguintes, os extremos também se apresentaram. Em relação a seca de 2024, por exemplo, foi necessário adiar o início da pesca tanto do pirarucu quanto do tambaqui – comumente acordada para o início de agosto. O que provocou uma série de preocupações, desde a impossibilidade do transporte, o aumento dos custos e em especial com o prazo de início do defeso do pirarucu que se inicia em novembro. Colocando as comunidades em uma situação muita delicada para a realização da pesca, uma das principais fontes de renda e subsistência da região. Segundo dados da ASPROC, esperava-se 460 toneladas de peixe, mas até fim de setembro apenas 25% dessa meta havia sido entregue. Durante a seca, as comunidades passaram a utilizar triciclos motorizados para acessar os lagos e o local do barco frigorífico.

Fotografia 8 - Almoço com peixe manejado do Médio Juruá no município de Carauari/AM



Fonte: registro da autora (2022).

As cheias extremas, por exemplo, afetam diretamente áreas de cultivo e dificultam o acesso a determinados espaços do território, enquanto o calor intenso incide sobre a produção e o próprio cotidiano do trabalho. Pesquisas com ribeirinhos das várzeas amazônicas documentam que nesses períodos as famílias enfrentam insegurança alimentar sazonal severa: os peixes ficam mais dispersos, as culturas agrícolas ficam expostas a perdas e a dependência de compras externas aumenta significativamente (TREGIDGO *et al.*, 2020b). As mudanças climáticas tendem a agravar esse quadro, com a ocorrência cada vez mais frequente de eventos extremos que prolongam tanto as cheias quanto as secas, tornando imprevisíveis os ciclos que antes estruturavam o calendário produtivo das comunidades.

5.3.1 O aumento de calor

Esses eventos têm impactado tanto acesso quanto produção de alimentos, mas na Comunidade Nova Esperança, o aumento de calor têm sido o fenômeno mais amplamente descrito nas práticas dos comunitários. A primeira dimensão em que assistimos mudanças é na rotina de trabalho no roçado, o entrevistado 114 relatou que está indo para o roçado com a família uma hora da manhã, para evitar o aumento de calor, os entrevistados 110 e 116 também citaram essa nova prática adotada pela comunidade devido ao calor intenso.

Mas, além desses três casos que demonstram a intensidade dessa mudança de prática, outros entrevistados citam o limite de 9h e 10h para permanecer na roça, destacando a importância de ir no início da manhã. Muitos remontam épocas passadas em que era possível permanecer o dia inteiro no roçado, mas que hoje torna-se impossível.

A quentura não somente modifica práticas de trabalho no roçado, mas também práticas de cultivo no roçado. Nos relatos, os alimentos que são de maneira recorrente impactados são a banana, com vários relatos de apodrecimento, perda de produção e morte das plantas. A mandioca – importante fonte da alimentação da comunidade – também têm perdas associadas ao calor, em especial ao solo seco e consequente quebra da raiz. São descritas perdas totais ou dificuldades também em outros cultivos, a entrevistada 94 destacou que a melancia não sobrevive à areia muito quente, há também relatos de impactos nos cultivos de feijão, hortaliças – como a cebola destacada pela entrevistada 78, em que o calor mata muito rápido se não tiver uma cobertura. Outros elementos que são essenciais no cotidiano também foram descritos como açaí, frutos do extrativismo (andiroba e murumuru) e menções gerais aos cultivos em que "as plantas morrem" ou "ficam fracas" devido ao calor.

De modo geral, nas pesquisas sobre mudança do clima, o aumento de calor ainda não recebe o destaque que deveria. O próprio IPCC faz essa distinção entre eventos extremos pontuais e os chamados *slow-onset events* - processos mais lentos, como o aquecimento progressivo e contínuo -, e é justamente nessa categoria que se encaixa o calor cotidiano vivido na Comunidade Nova Esperança (IPCC, 2022). Ao mesmo tempo em que é constante, ele não aparece como um "evento" marcante, e por isso tende à invisibilidade nas análises, que privilegiam as enchentes, secas e desastres mais evidentes. Porém, a vida cotidiana também vai sendo profundamente alterada por essas mudanças mais silenciosas.

No vocabulário da teoria das práticas, o calor atua precisamente sobre os arranjos materiais que tornavam a variação ecológica previsível e manejável. O cotidiano ribeirinho não é um cotidiano de estabilidade perturbado por eventos extremos: a cheia, a seca e o calor fazem parte do ritmo. O que as mudanças climáticas introduzem é uma alteração no padrão e na intensidade dessa variação, que desestabiliza feixes acostumados a operar dentro de uma margem conhecida (SCHATZKI, 2019). Ir ao roçado às quatro da manhã não é abandonar a prática de cultivo: é refazer os vínculos entre o saber incorporado, o corpo e o território dentro de condições que se tornaram outras.

El Khayat et al. (2022) destacam que ainda existe uma lacuna na literatura sobre os efeitos do estresse térmico em comunidades agrícolas mais vulneráveis, tanto sobre as práticas produtivas quanto sobre os modos de vida. Os resultados desta pesquisa contribuem para esse debate ao mostrar que, embora o aumento das temperaturas nem sempre receba a mesma atenção dedicada a eventos extremos mais visíveis, seus efeitos se manifestam no cotidiano das atividades desenvolvidas no roçado. Essa constatação reforça a importância de compreender as mudanças climáticas a partir das práticas por meio das quais seus efeitos são experimentados e enfrentados.

5.3.2 A cheia histórica de 2021

Esses eventos também se materializam de forma muito evidente nas cheias, especialmente a cheia de 2021, que apareceu de forma recorrente como um marco recente na memória da comunidade. Diferente do calor, que atua de forma contínua, a cheia é descrita como um evento extremo, abrupto e com efeitos imediatos. Diversos entrevistados relatam que nunca tinham visto uma cheia daquela magnitude, destacando a rapidez com que o nível do rio subiu e os impactos sobre casas, roçados e áreas de coleta. Como ilustra o entrevistado 113, morador do centro de Carauari, mas com família em Nova Esperança, ao destacar que “em poucos dias já não dava mais pra entrar na casa”. Os relatos 103, 104 e 107 reforçam essa percepção de excepcionalidade, indicando que a cheia atingiu áreas antes não afetadas, inclusive a terra firme. Por se tratar de um evento recente – ainda muito presente na memória dos entrevistados -, a cheia aparece como o segundo fenômeno mais citado, logo após o aumento de calor.

Os impactos da cheia de 2021 sobre a produção de alimentos são amplos. De modo geral, afetaram os mesmos cultivos já impactados pelo calor, como banana, mandioca, açaí e frutos do extrativismo, como andiroba e murumuru. No entanto, enquanto o calor atua de forma gradual, reduzindo a produtividade e dificultando o desenvolvimento das plantas, a cheia se caracteriza por um impacto abrupto, associado à perda total das áreas produtivas. Não se trata, portanto, de sistemas distintos, mas dos mesmos cultivos submetidos a diferentes formas de pressão climática. Há diversas menções à perda total de lavouras na várzea, como evidenciado no caso 113, em que o entrevistado relata que “perderam 300 pés de banana”. Também há perdas importantes no extrativismo, como no

caso 106, em que se destaca que “a alagação veio e levou tudo, o fruto caiu tudo”, afetando diretamente a coleta de andiroba e muru-muru e como destaca a entrevistada 106 sobre os frutos do extrativismo “a pessoa não come, mas já é um meio... É uma fonte de renda já”. Em alguns casos, como os 90 e 110, não houve tempo hábil para colher antes da subida do rio, o que agravou os danos. A cheia também afetou a pesca e o acesso aos alimentos, dos casos 72 e 112, seja pela dificuldade de deslocamento, seja pela alteração na disponibilidade de recursos. Além disso, há impactos que extrapolam a dimensão produtiva, atingindo moradias, infraestrutura comunitária e gerando efeitos emocionais associados às perdas.

Diante desse cenário, foram adotadas respostas pela comunidade, como o replantio ou a reconstrução das áreas produtivas, enquanto outros apontam mudanças mais estruturais, como o deslocamento do cultivo da várzea para a terra firme, indicando um processo de adaptação mais duradouro (casos 103, 104, 110, 117). Em alguns casos, há também a substituição de culturas ou o abandono de áreas consideradas de risco. Ainda assim, há situações em que as famílias não conseguiram implementar estratégias de resposta, evidenciando limites importantes de adaptação. Embora tenha havido algum apoio pontual de instituições, como a Defesa Civil e órgãos ambientais, os relatos indicam que grande parte das respostas ocorreu de forma autônoma, com base na experiência e nos recursos disponíveis na própria comunidade.

A cheia de 2021, portanto, configura-se como um evento extremo que não apenas gerou perdas imediatas, mas também desencadeou mudanças nas práticas produtivas e na ocupação do território. Embora eventos dessa natureza recebam maior atenção nas análises sobre mudança do clima, os dados mostram que seus efeitos se articulam com processos mais lentos - como o aumento do calor -, produzindo impactos combinados sobre os sistemas alimentares locais. Nesse sentido, olhar para as práticas permite compreender não apenas os efeitos isolados de eventos extremos, mas também as formas como eles se acumulam e reconfiguram o cotidiano das comunidades.

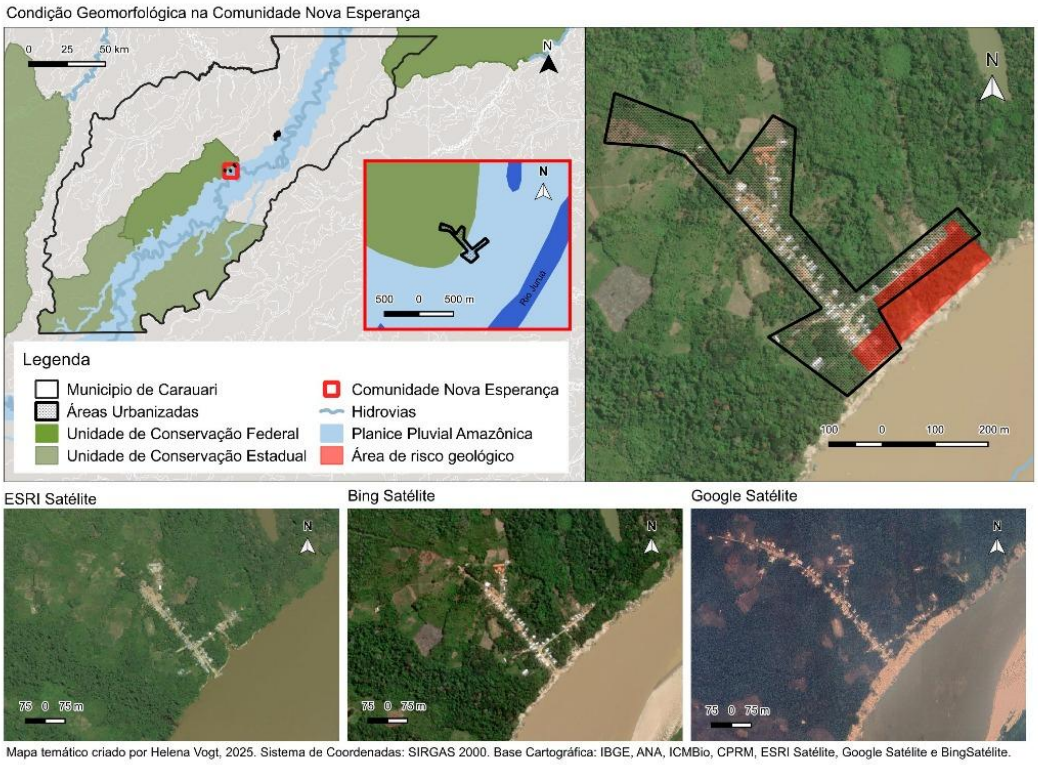
Os dados permitem identificar ao menos três movimentos analiticamente distintos nesse processo. O primeiro é a reconfiguração de práticas existentes: ir ao roçado antes do amanhecer, deslocar o cultivo da várzea para a terra firme, pescar em lagos mais distantes. O saber permanece, os instrumentos permanecem, mas os vínculos com o arranjo material precisam ser refeitos. O segundo - o surgimento de redes de troca entre famílias como resposta à crise, que será analisado no capítulo seguinte - indica que novas

práticas podem emergir e se estabilizar a partir da perturbação. O terceiro é o que se pode chamar de tensão de estabilização: o frango congelado fornecido pela ASPROC aparece nas refeições como substituto do peixe, presente nas performances cotidianas sem ter entrado ainda como prática legítima. Na teoria das práticas, uma prática só se estabiliza quando seus praticantes a reconhecem e reproduzem como sua (SHOVE; PANTZAR; WATSON, 2012); o frango é desempenhado, mas não integrado, comido "no caso apertado", como diz o entrevistado 117, sem deslocar o peixe do lugar que ocupa nos modos de comer do território, repetindo-se sem se legitimar.

5.3.3 As terras caídas

As "terras caídas", denominação utilizada pelas próprias populações ribeirinhas para o fenômeno de erosão fluvial das margens, constituem um processo *natural* intensificado por fatores climáticos, cujas consequências incluem o deslocamento de populações, a perda de terras agricultáveis e a destruição de moradias e infraestruturas (CARVALHO, 2006). Estudo recente liderado pelo Instituto Mamirauá mapeou, por satélite, a ocorrência desse fenômeno em 254 comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e identificou que 26% delas são diretamente afetadas pela erosão das margens, com perdas territoriais que impactam a produção agropecuária, a pesca e o acesso a serviços e alimentos (ZUMAK *et al*., 2025). O estudo identificou ainda que 18% das comunidades já foram forçadas a migrar pelo menos uma vez devido a esses processos. Um exemplo é a comunidade de Caburini, que já se mudou três vezes desde o ano 2000 para tentar permanecer próxima ao rio. Os pesquisadores alertam que o isolamento causado pelas alterações no nível dos rios e pela perda de áreas pode contribuir para o agravamento da insegurança alimentar nessas comunidades – a partir da própria formação de praias geradas pela sedimentação dos rios. A extensão do fenômeno na Comunidade Nova Esperança é visível na Figura 4.

Figura 4 - As terras caídas da Comunidade Nova Esperança



Fonte: Mapa temático elaborado por Helena Vogt, 2025.

Na figura 4, é possível observar o fenômeno das terras caídas na Comunidade Nova Esperança, em que o próprio desenho da comunidade tem se transformado – fazendo com os moradores reconstruam suas casas cada vez mais ao fundo da comunidade. Muitos dos entrevistados, ou já estavam em suas novas residências pela já queda e instabilidade de sua casa anterior, ou estavam prestes a iniciar obras para a reconstrução das casas.

> Entrevistado 116: A gente espera tudo, não sabe o que acontece para frente. Todos os anos quebra o barranco. Todos os anos quebram.

> Entrevistadora: E falando em cheia, tá desbarrancando pra cá, né?
> Entrevistado 103: Tá.
> Entrevistadora: Vocês pensam em ir pra trás?
> Entrevistado 103: É. Já tem uma casa que eu tô fazendo pra lá. Que aqui o barranco já tá perigoso. A comunidade era grande, mas só que o barranco já levou a metade da comunidade aqui, ó.
> Entrevistadora: E por que você acha que acontece isso de desbarrancar, assim?
> Entrevistado 103: Rapaz...

> Entrevistadora: Mas é que é engraçado, porque no caminho pra cá, vários barrancos caíam em escadinhas, assim. Tipo, aos poucos. E esse aqui, ele quebra, né?
> Entrevistado 103: É, quebra todinho, assim. É diferente, né, dos outros. Deve ter algum encontro, alguma coisa. Eu acho que é alguma coisa de baixo, que é só areia.
> Entrevistadora: E aí, não atrapalha pra pegar o alimento em Caruari?
> Entrevistado 103: Rapaz, pra chegar em Caruari fica complicado, ó. Por causa daquele... Porque escorre muito ali. Naquela boca [...] porque ainda vai ficar pior ali, ó. Porque ainda tá bom daquele jeito.

> Entrevistadora: Você acha que vai precisar se mudar lá pra trás [da comunidade] ou não vai precisar?
> Entrevistado 116: Eu acho que nós mesmo, se continuar quebrando porque todos os anos quebram. Aqui mesmo, assim, todos os anos. Todos os anos quebra. Na vazante, às vezes na enchente. Quebra o tempo inteiro. E quando tá, assim, chovendo muito, que a terra parece que vai... Aí deixa aqueles igarapés cheios da água e vai cavando e vai quebrando. Vai quebrando.

> Entrevistadora: [...] porque a água chega até as casas, já aqui não?
> Entrevistado 75: Aqui? Graças a Deus, a gente não sofre com isso. Só sofre porque o barranco quebra. Quebra muito. Se a senhora tivesse visto antes, antes era muito bonito aqui [...] e foi quebrando, e várias pessoas já... A casa da [...], daqueles pessoais de lá, que é mais da família dele, era tudo pra lá, na beira. E teve que ir pra lá [para os fundos da comunidade]. Teve ano passado [que o rio encheu mais], mas eles mudaram no ano anterior.

As terras caídas, ao provocar o desmoronamento das margens do rio, não apenas impactam a infraestrutura e o acesso, mas também vêm alterando o próprio desenho da comunidade, exigindo deslocamentos, reorganização dos espaços de moradia e novas formas de circulação. Embora classificado como processo de origem geofísica, sua intensificação é inseparável das mudanças climáticas, cuja origem humana é hoje cientificamente comprovada. O que aparece como fenômeno natural carrega, portanto, uma dimensão profundamente antrópica – e seus efeitos sobre as casas, os roçados e os espaços de sociabilidade dos moradores da Comunidade Nova Esperança vão muito além da dimensão material: é o próprio lugar de vida que vai sendo engolido pelo rio.

O Decreto nº 191/2025 declarou situação de emergência na Comunidade Nova Esperança, em Carauari (AM), em razão da erosão das margens do Rio Juruá, classificada como desastre natural geológico de média intensidade. O documento reconhece que o avanço das chamadas “terras caídas” colocou moradores em situação de risco, já tendo provocado o desmoronamento de residências e a necessidade de evacuação de áreas afetadas. O decreto autoriza a mobilização de órgãos municipais sob coordenação da Defesa Civil, a realização de ações emergenciais de assistência à população, a convocação de voluntários e a possibilidade de entrada em residências para retirada de moradores em

áreas de risco. Também prevê a desapropriação de imóveis em áreas instáveis e a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços necessários ao enfrentamento da situação. A progressão do fenômeno entre 2017 e 2024 pode ser acompanhada na comparação de imagens de satélite da Figura 5.

Figura 5 - Imagens de diferentes satélites das terras caídas em 2017 e 2024



Fonte: mapa temática elaborado por Helena Vogt, 2025.

Essa dinâmica também se evidencia no próprio acesso cotidiano à comunidade. No momento da chegada em campo, ao transportar o nosso rancho de mantimentos, o ponto de desembarque estava sem escada devido ao desbarrancamento recente, o que exigiu que todo o material fosse carregado por nós manualmente barranco acima. Essa experiência, ainda que pontual, torna visível uma dificuldade que é permanente para os moradores: o acesso físico entre o rio e a comunidade torna-se cada vez mais instável e exigente, especialmente para pessoas idosas, crianças ou famílias com menor capacidade de mobilidade. Como já apontado pelos próprios entrevistados, o desbarrancamento também dificulta o deslocamento até Carauari, impactando diretamente a obtenção de alimentos, o acesso a serviços e a circulação cotidiana. Assim, as terras caídas não apenas

transformam o espaço físico, mas impõem barreiras concretas ao acesso a recursos básicos.

Em conjunto, os resultados mostram que os sistemas alimentares da comunidade vêm sendo pressionados por diferentes processos climáticos, que operam em ritmos distintos. Eventos extremos, como a cheia de 2021, somam-se a mudanças mais contínuas, como o aumento do calor e o avanço das terras caídas. Esses processos afetam a produção de alimentos, alteram formas de trabalho, cultivo e deslocamento, e modificam o próprio território. Ao longo do capítulo, foi possível observar como essas mudanças atravessam o cotidiano da comunidade, repercutindo tanto na produção quanto no acesso aos alimentos. É nesse contexto que o capítulo seguinte passa a examinar os arranjos mobilizados pelos moradores para lidar com essas transformações.

5.4 Práticas territorializadas: o que o Médio Juruá ensina à teoria

O percurso analítico deste capítulo permite agora nomear algo que os dados foram mostrando de forma acumulada: as práticas alimentares da Comunidade Nova Esperança não são práticas que acontecem num território – são práticas que o território constitui. O calor que impede o trabalho no roçado, a cheia que destrói a várzea, as terras caídas que reescrevem o desenho da comunidade não perturbam atividades genéricas que poderiam ocorrer em qualquer lugar: perturbam práticas cujos componentes – os saberes de quando plantar, onde pescar, como circular pelo rio, com quem partilhar o excedente – foram produzidos em relação a esse rio, essa floresta, essa reserva extrativista, ao longo de gerações. Quando esses componentes perdem ancoragem porque os arranjos materiais que os sustentavam mudam de comportamento, o que se desfaz não é apenas uma atividade, mas um modo de vida constituído territorialmente.

Nomear esse padrão como *práticas territorializadas* exige ir além do que a teoria das práticas sociais se propôs a formular. A pergunta sobre o território, entendido não como espaço físico dos arranjos, mas como construção histórica, ecológica e política que torna certas práticas possíveis, não estava no horizonte de Schatzki (2002; 2019) nem de Shove, Pantzar e Watson (2012). Não se trata de uma lacuna deixada por descuido, mas de uma questão que o Médio Juruá coloca à teoria. Para respondê-la, esta tese se apoia em tradições que tematizam o território como categoria constitutiva. Na sociologia do

território, Favareto e Galvanese (2025) mostram que as abordagens contemporâneas mais fecundas passaram a tratar o território não como palco das práticas, mas como estrutura incorporada pelos agentes, aproximando-se do que Bourdieu chamou de efeito de lugar e do que Escobar desenvolveu na noção de ontologias territoriais, ambos conforme citados por Favareto e Galvanese (2025), segundo a qual as práticas locais são formas de organização socioespacial que produzem territórios singulares e são por eles produzidas.

Essa formulação dialoga com a tradição do socioambientalismo brasileiro, em que Almeida (2004) trata as territorialidades específicas das populações tradicionais como construções que articulam, de modo inseparável, uso da terra, formas de organização social e identidade. O argumento encontra ressonância no pensamento de Antônio Bispo dos Santos (2015; 2023), para quem colonizar é, antes de tudo, desterritorializar: retirar um povo de sua cosmologia, de seus saberes e de seus modos de vida constituídos em relação a um lugar. No avesso dessa operação, *as práticas que resistem são as que o território ancora*. O próprio nome "Território do Médio Juruá" expressa esse sentido ao reunir, em uma mesma denominação, formas de organização da vida, relações políticas e usos da floresta e do rio.

Reconhecer que as práticas são territorializadas não significa, porém, que os arranjos que as sustentam estejam confinados ao território. Como o capítulo seguinte mostra, os feixes prática-arranjo que garantem a alimentação no Médio Juruá estendem-se para além da comunidade e da reserva: passam pelas organizações que construíram as cadeias da sociobiodiversidade, pelas políticas públicas que chegam, ou não chegam, pelo rio, e pelos mercados que conectam o açaí e a andiroba a circuitos nacionais e internacionais. A ontologia plana proposta por Schatzki (2019) é útil aqui, pois não supõe uma separação de níveis entre o local e o global, apenas extensões diferentes dos mesmos feixes prática-arranjo no espaço-tempo. O que esta tese acrescenta a essa formulação é que tal extensão tem direção e condições: os dados sugerem que a capacidade de um arranjo de sustentar práticas depende, em alguma medida, de sua própria ancoragem no território.

Atar as redes

6 GARANTIR A ALIMENTAÇÃO: DO FAZER COTIDIANO ÀS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

Durante um dos dias da estiagem de 2024, um barco com representantes de diferentes instituições percorria o rio Juruá levando cestas básicas às comunidades da Reserva Extrativista do Médio Juruá. Naquela embarcação, governo federal, organizações da sociedade civil e setor privado dividiam o mesmo espaço em resposta a uma crise alimentar que o poder público local não havia conseguido alcançar. A cena poderia ser lida como circunstancial, mas condensa algo que este capítulo busca descrever: a garantia da alimentação no território não se organiza a partir de uma política pública única, nem se reduz às práticas cotidianas das famílias. Ela resulta de uma articulação mais ampla, que reúne reciprocidade entre vizinhos, cantinas comunitárias, transferências de renda, organizações de base e respostas institucionais a crises climáticas, dimensões que, no vocabulário de Schatzki (2019), compõem o mesmo feixe. Entre essas dimensões não há hierarquia que torne, de antemão, o estatal mais determinante que o cotidiano ou o político mais que o local, ainda que, no dia a dia, cada uma se torne mais ou menos decisiva conforme as condições. O que se observa no território é a sobreposição contínua dessas formas de garantir a alimentação, todas constituídas em relação a esse rio, essa floresta e essa reserva específicos.

As práticas por meio das quais a alimentação é garantida no Médio Juruá, a reciprocidade entre vizinhos, o comércio ribeirinho, a distribuição de cestas, o acesso a transferências de renda, não se realizam separadas dos elementos materiais e institucionais com que se entrelaçam: o rio, as cantinas, os programas públicos, as organizações de base. Prática e arranjo são, em Schatzki (2002; 2019), indissociáveis, e é a essa unidade que o autor chama de feixe prática-arranjo. Ancoradas no território, essas práticas estendem-se por diferentes alcances, do cotidiano doméstico às políticas federais, sem que os arranjos com que se compõem, ainda que cheguem à escala nacional ou internacional, as desprendam do lugar em que se realizam. É o que a cena do barco condensa: práticas de diferentes alcances convergindo num mesmo ponto do território, ainda que os atores que as mobilizam persigam propósitos distintos.

Este capítulo percorre as práticas e os arranjos por meio dos quais a alimentação é garantida no território, das formas mais cotidianas às mais institucionais. Parte do fazer coletivo e das redes de reciprocidade que sustentam o trabalho e a partilha do alimento

entre as famílias, passa pelas organizações de base e pelo comércio ribeirinho e pelas cantinas comunitárias, e chega às respostas do poder público diante das crises climáticas. O percurso acompanha, assim, a extensão dos feixes que garantem a alimentação: todos ancorados no território, mas alcançando escalas distintas, do cotidiano doméstico à política federal.

6.1 O fazer coletivo: trabalho, reciprocidade e alimentação no território

Na Comunidade Nova Esperança, produzir e acessar alimentos implica mobilizar outras pessoas, compartilhar tempo e trabalho e circular entre diferentes espaços do território. As práticas alimentares se organizam, assim, a partir de redes de parentesco e vizinhança que atravessam o fazer alimentar, conformando práticas coletivas que se estendem desde o cultivo até o consumo. O acesso aos alimentos não se restringe à unidade doméstica, mas se distribui de modo mais amplo, sustentado por relações que articulam cooperação e proximidade.

> Entrevistada 76: Na comunidade é diferente da cidade, né? Na cidade a gente não confia em ninguém, na comunidade não... Aí vem que isso [comunidade] é tudo uma irmandade só, uma parentada só, né?

Essas dinâmicas tornam-se especialmente visíveis nas práticas de trabalho conjunto, como aquelas realizadas nas casas de farinha e nos *mutirões*. A produção da farinha, por exemplo, é organizada a partir de trocas de dias de trabalho entre famílias. Em Nova Esperança, é também comum que grupos se organizem para capinar ou trabalhar no roçado por alguns dias e, em seguida, retribuam o mesmo tempo de trabalho em outras unidades domésticas – uma lógica de ajuda mútua que estrutura o calendário das atividades.

> Entrevistado 76: Ah, ele tá fazendo farinha!
>
> Entrevistadora: É lá próximo do roçado, né? Uma meia hora que você disse...
>
> Entrevistado 76: É no roçado da sogra dele. Ele tá fazendo a farinha pra ajudar [a sogra].

> Entrevistado 82: O negócio de farinha nós trabalhamos em grupo. Se não ajuda eles, ajuda nós. Mas só o negócio da farinha. Agora o negócio do plantio, quando é pra plantar também assim, agora quando é pra capinar, nosso capino é nosso.

Como apontam os entrevistados, a produção de farinha costuma ocorrer em grupo, especialmente nos períodos em que as famílias não estão envolvidas na broca do roçado. Essa prática de trabalho coletivo recebe diferentes nomes ao longo da Amazônia[30]: mutirão, puxirum, ajuri. O termo ajuri, de origem tupi, significa algo como "eu vim ajudar". Segundo Mello (1983, p. 22), citado por Meriguete, Araújo e Sousa (2016), a palavra vem de a, "eu", e iúri, "vem, vir", e sintetiza esse princípio de ajuda mútua; em comunidades ribeirinhas amazônicas, a expressão é frequentemente utilizada como sinônimo de mutirão e puxirum, nomeando a mesma lógica de organização coletiva do trabalho (MERIGUETE; ARAÚJO; SOUSA, 2016). Para Fraxe (2004, p. 73), o ajuri é uma prática habitual que faz parte da tradição da comunidade rural, marcando a organização coletiva do trabalho especialmente no roçado e na produção de farinha. Essa prática não é exclusiva do Médio Juruá: estudos sobre comunidades ribeirinhas do Amazonas registram o puxirum como prática de trabalho coletivo e ajuda mútua, presente em atividades como o roçado e a produção de farinha (ALBARADO; VASCONCELOS; HAGE, 2025).

As casas de farinha articulam atividades de processamento dos alimentos com formas de convivência, transmissão de conhecimentos e organização do trabalho coletivo. Velthem (2007), em estudo com pequenos agricultores de Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá acreano, mostra que os objetos e práticas que compõem a casa de farinha carregam valores que ultrapassam o uso produtivo, expressando vínculos sociais, memórias familiares e saberes transmitidos entre gerações. Para as coletividades rurais amazônicas, as casas de farinha funcionam, portanto, como lugares de encontro, cooperação e transmissão de saberes, integrando natureza, cultura e modos de fazer.

As relações de vizinhança e apoio mútuo que caracterizam Nova Esperança se mantêm ao longo do tempo e coexistem com outras formas de organização econômica, o que Sabourin (1999; 2009) descreve ao tratar da reciprocidade. Para o autor, reciprocidade e troca mercantil seguem lógicas distintas: enquanto a troca se orienta por princípios de equivalência e cálculo, a reciprocidade produz vínculos, confiança e valores compartilhados. Práticas como a partilha de alimentos, a ajuda mútua no trabalho e a

[30] Práticas de ajuda mútua e trabalho coletivo como o mutirão estão documentadas em comunidades camponesas de diferentes regiões do Brasil (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997; MERIGUETE; ARAÚJO; SOUSA, 2016).

doação circulam dentro dessa lógica, compondo o que Sabourin denomina "sistemas mistos", arranjos em que reciprocidade e mercado coexistem e se articulam (SABOURIN, 2009; 2011). Em trabalho anterior, o autor já havia documentado empiricamente, em comunidades rurais do Nordeste brasileiro, como essas práticas organizam as relações cotidianas, estruturando tanto o acesso a alimentos quanto o trabalho coletivo (SABOURIN, 1999).

As trocas entre vizinhos constituem uma dimensão central das práticas alimentares na comunidade e desempenham papel importante na garantia do acesso aos alimentos. A Segurança Alimentar e Nutricional não se sustenta apenas na produção própria ou no acesso ao mercado, mas também nessas redes locais de apoio, que permitem lidar com variações na disponibilidade de alimentos ao longo do tempo. Ao compartilhar o que se tem – peixe, farinha, frutos, entre outros produtos -, os moradores constroem formas de acesso que não dependem exclusivamente de renda. A garantia da alimentação no território depende, em grande medida, da mobilização dessas redes no cotidiano. Avaliar a SAN em comunidades tradicionais requer atenção às singularidades dessas populações. O acesso aos alimentos se dá por meio de práticas que vão além da renda monetária: coleta, trocas, reciprocidade e autoconsumo. Essas formas de acesso não são capturadas pelos instrumentos convencionais, o que tem motivado propostas de adaptação metodológica para esses contextos (LOPES *et al*., 2022).

A coletividade também se expressa na divisão de tarefas que, frequentemente, se organiza a partir de relações de gênero e proximidade. De modo geral, tanto homens quanto mulheres recorrem com frequência a outras pessoas quando necessitam de apoio[31] indicando que a ajuda mútua é uma dimensão central das práticas alimentares no território. Em Nova Esperança, contudo, observa-se uma tendência de busca dentro do próprio gênero: mulheres tendem a recorrer a outras mulheres, enquanto homens buscam, em sua maioria, outros homens. Esse padrão é coerente com o que Rodrigues *et al*. (2015) documentaram em comunidades ribeirinhas no Lago de Manacapuru: as mulheres

[31] A análise quantitativa indica que 83,9% das mulheres (26 de 31) e 92,3% dos homens (12 de 13) relataram solicitar ajuda, evidenciando a alta frequência dessa prática entre os participantes. A diferença entre os grupos é de 8,4 pontos percentuais, devendo ser interpretada com cautela devido ao tamanho reduzido da amostra masculina. No que se refere ao gênero das pessoas buscadas, observou-se uma tendência de busca dentro do próprio gênero. Essa associação foi testada por meio do teste qui-quadrado, resultando em $\chi^2(1) = 14{,}06$, $p < 0{,}05$, indicando que a relação entre o gênero de quem busca e o gênero de quem é buscado não é aleatória. A aplicação do teste estatístico contou com apoio do recurso de Inteligência Artificial (IA) Claude, permanecendo a responsabilidade pela análise e pelas conclusões integralmente com a autora.

ocupam papel central na organização do trabalho e na transmissão dos conhecimentos sobre produção alimentar, articulando o espaço doméstico ao da comunidade mais ampla. Gênero, proximidade e confiança definem, portanto, os circuitos de ajuda no cotidiano.

Os dados indicam que o acesso aos alimentos não se concentra em um único espaço, mas se organiza por meio de uma circulação constante entre diferentes pontos do território. A roça, frequentemente localizada a distâncias que variam entre 30 minutos e mais de uma hora de caminhada e, em alguns casos, acessada por barco, exige deslocamento regular e esforço físico, especialmente em condições climáticas adversas. Os quintais, por sua vez, aparecem como espaços de acesso imediato, garantindo alimentos para o consumo cotidiano e reduzindo a necessidade de deslocamento. As áreas de várzea e igarapés também são acionadas, seja para plantio sazonal, seja para pesca e coleta. Esse acesso ultrapassa ainda os limites do próprio lote: uma das entrevistadas relatou a coleta de frutas, como coco e cupuaçu, em áreas de vizinhos, o que indica que os espaços de obtenção de alimentos são mais amplos do que a propriedade individual, configurando um território de uso compartilhado. Produzir e acessar alimentos no território implica, portanto, deslocar-se entre ambientes distintos e responder às suas dinâmicas, numa articulação contínua entre proximidade e distância.

Essa dimensão coletiva dos quintais tem sido documentada na literatura sobre sistemas agroflorestais amazônicos. Winklerprins e Souza (2005), em estudo sobre quintais em Santarém, mostram que as redes de troca informais de produtos, mudas e conhecimentos entre vizinhos são centrais para a subsistência na Amazônia, sustentando vínculos sociais mesmo em contextos de migração urbana. Dias *et al*. (2020), em pesquisa com comunidades quilombolas no Baixo Tocantins, mostram que os quintais são espaços centrais para a segurança alimentar e a conservação da agrobiodiversidade, com destaque para a diversidade de espécies frutíferas e a criação de pequenos animais para autoconsumo. As mulheres ocupam papel central na gestão desses espaços, tanto no manejo cotidiano quanto na transmissão dos saberes entre gerações, articulando o quintal ao conjunto da vida comunitária. Mota *et al*. (2024), ao analisarem três comunidades quilombolas do Nordeste paraense, identificam os quintais como um dos últimos espaços de autonomia alimentar. Esse processo se dá num contexto de encolhimento das áreas de extrativismo e crescente dependência de alimentos ultraprocessados. Os quintais garantem alimentos para o consumo cotidiano e para o envio a parentes nas cidades, preservando os vínculos entre comida, cultura e identidade territorial.

Por fim, essas práticas articulam-se a formas mais amplas de organização comunitária. A presença de um grupo de liderança, que era composto por doze pessoas em 2022, indica que a coordenação de decisões e atividades também integra esse conjunto de relações do cotidiano alimentar. Esse modo de organização está diretamente vinculado ao contexto institucional em que a comunidade está inserida. Enquanto parte de uma Reserva Extrativista, a Nova Esperança se estrutura em torno de princípios de uso coletivo do território e de gestão compartilhada dos recursos, o que reforça e, ao mesmo tempo, é reforçado por essas práticas de cooperação.

Essas práticas, já presentes no cotidiano da comunidade, ganham ainda mais peso em momentos de maior restrição ou incerteza. Revisões sobre SAN em povos e comunidades tradicionais no Brasil identificam que, diante de situações de insegurança alimentar, uma das estratégias recorrentes é a reciprocidade alimentar, isto é, o compartilhamento de comida com pessoas da rede de apoio como forma de evitar o agravamento das condições nutricionais (SANTOS *et al*., 2025).

Compartilhar farinha, dividir refeições ou recorrer a outras famílias quando necessário são práticas recorrentes que evidenciam que o acesso aos alimentos se constrói também a partir de vínculos sociais. Essas relações permitem lidar com variações na disponibilidade de alimentos, funcionando como suporte que complementa tanto a produção própria quanto o acesso via mercado. Tecchio et al. (2019), em estudo sobre estratégias alimentares de famílias rurais pobres, identificaram que entre os principais mecanismos de aprovisionamento estão o empréstimo, a troca e a doação junto a familiares e vizinhos, o que evidencia que essas práticas não são exclusivas de contextos amazônicos, mas constituem uma dimensão estruturante da alimentação em comunidades rurais em situação de vulnerabilidade.

> Entrevistadora: Vocês costumam trocar também alimento? Entre os vizinhos? Ou isso não ocorre muito?
>
> Entrevistado 79: Ocorre, assim como aqui com a minha sogra, a questão de vizinha, né? Quando a gente tem, manda pra eles, quando eles têm, manda pra gente.

> Entrevistadora: E quando você precisa emprestar alguma coisa, algum instrumento de trabalho, um pouco de arroz, alguma, algum tipo de coisa que a senhora esteja precisando, tem alguém que vem lhe ajudar, que a senhora possa emprestar que não mora aqui com a senhora?
>
> Entrevistada 82: Tem. Tem vizinho, também tem a mãe da gente, tem irmão, tem a gente...

Essa lógica de acionamento das redes em momentos de restrição aparece de forma direta em alguns relatos. A entrevistada 80 descreve uma situação em que a família ficou sem alimentos básicos – "já aconteceu de a gente comer somente conserva" – e aponta imediatamente para a rede de vizinhança como resposta: "quando a gente não tem, um vizinho tem, manda um pouquinho dali, dá pra passar". O que essa fala revela não é uma estratégia elaborada diante de uma crise climática nomeada como tal, mas uma competência incorporada: saber a quem recorrer, e saber que se pode recorrer. No contexto do Médio Juruá, onde os eventos climáticos extremos dos últimos anos reduziram a disponibilidade de peixe, comprometeram roçados e dificultaram o acesso à cidade, essa competência assume dimensão ainda mais central. Essa centralidade, contudo, é ela própria vulnerável. Por depender da inserção nas redes de reciprocidade e vizinhança construídas ao longo do tempo no território, ela se fragiliza quando esses vínculos se rompem. As terras caídas e os eventos extremos, ao forçarem deslocamentos e migrações cada vez mais frequentes, podem afastar as famílias das redes em que essa competência se sustenta. *Desse modo, o próprio agravamento climático tende a enfraquecer as redes que permitem responder a ele.*

Produzir e acessar alimentos em Nova Esperança é, antes de tudo, uma prática coletiva e territorial. Esse acesso resulta da articulação entre circulação pelo território, práticas de reciprocidade e uso compartilhado dos espaços, envolvendo deslocamentos, redes de apoio e formas coletivas de provisão que não aparecem quando o olhar se restringe ao domicílio ou à renda. A SAN se constrói aqui a partir de uma base relacional que os instrumentos convencionais de mensuração, como a EBIA, têm dificuldade de captar, dado seu foco na experiência alimentar no nível doméstico. Esses limites apontam para a necessidade de que análises e políticas públicas voltadas a comunidades tradicionais levem em conta dimensões como mobilidade, interdependência e uso coletivo do território.

6.2 Suportes institucionais à garantia da alimentação

Entre os elementos que garantem o acesso à alimentação no território, os programas de distribuição de renda aparecem como uma fonte mais contínua de recursos,

em contraste com a renda das atividades produtivas e extrativistas, que varia ao longo do ano. Tregidgo *et al*. (2020b), em pesquisa com famílias ribeirinhas ao longo do rio Purus, identificaram que, nos períodos de cheia, quando a pesca é mais difícil e a produção agrícola é comprometida, o Seguro Defeso figura como a principal fonte de renda das famílias, seguido pela aposentadoria, pela pesca e pelo Bolsa Família. Esse dado mostra como as transferências de renda não apenas complementam, mas muitas vezes sustentam o acesso à alimentação nos períodos de maior vulnerabilidade sazonal.

O Programa Bolsa Família tem sido avaliado de forma consistente pela literatura como uma ferramenta relevante no combate à insegurança alimentar, ao garantir um fluxo mínimo de recursos para aquisição de alimentos (BURLANDY, 2007). A ele se soma o Programa Bolsa Verde, que realiza pagamentos trimestrais como reconhecimento e incentivo às práticas de conservação ambiental desenvolvidas pelas comunidades tradicionais (BRASIL, 2011). Esses programas federais articulam-se, no território, a políticas de outras escalas e a recursos privados e de fundações, como o Fundo Vale, que tem investido nas cadeias do pirarucu, viabilizando desde a entrega de habitações pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no âmbito do Crédito Instalação a que os extrativistas têm acesso por serem equiparados a beneficiários da reforma agrária (INCRA, 2022), até a distribuição de cestas básicas em períodos de crise e o apoio às organizações comunitárias nas cadeias da sociobiodiversidade. É importante notar que esse arranjo não resulta de uma reparação espontânea do poder público, mas de décadas de conquista e incidência política das organizações de base, entre elas o comércio ribeirinho, o acesso à internet nas comunidades, as escolas e a própria criação da Reserva Extrativista.

Em momentos de maior dificuldade, outros mecanismos também passam a compor esse conjunto, como a distribuição de cestas básicas. Tecchio et al. (2019) identificaram que entre as estratégias de aprovisionamento alimentar de famílias rurais pobres figuram, além do autoconsumo e das trocas entre vizinhos, as doações de empregadores, igrejas e prefeituras, formas de suporte pontual que, embora irregulares, contribuem para evitar situações mais graves de insegurança alimentar.

Esse arranjo não é exclusivo do Médio Juruá, mas assume ali dimensões particularmente densas. O território conta hoje com um conjunto amplo de organizações comunitárias de base (entre elas a ASPROC, a AMARU, a CODAEMJ, a ASMAMJ e a

AANE, associação da própria comunidade Nova Esperança), articuladas a instituições de mediação como o Memorial Chico Mendes, o Instituto Juruá e o CNS. Essas organizações acessam recursos de múltiplas fontes: em 2025, o projeto Juruá Sustentável e Solidário, executado pela ASPROC em articulação com outras quatro associações, recebeu cerca de R$ 39 milhões do Fundo Amazônia (AGÊNCIA GOV, 2025) e financiadores internacionais como a Rainforest Foundation Noruega e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) compõem esse mosaico ao lado de empresas como Natura e Fundo Vale. Le Tourneau e Kohler (2012) observaram que as populações tradicionais amazônicas se tornaram o alvo privilegiado de uma multiplicação de investimentos oriundos de esferas públicas e privadas, nacionais e internacionais. O Médio Juruá ilustra esse fenômeno com clareza.

Mauro Almeida (2013; 2021) contribui para compreender a articulação entre atores com interesses e referenciais distintos por meio do conceito de concordâncias pragmáticas. O autor argumenta que, mesmo diante da incomensurabilidade entre diferentes mundos, é possível a construção de acordos práticos em torno de objetivos compartilhados. Ferreira (2022), ao analisar o manejo participativo do pirarucu na Amazônia, mostra como essa dinâmica se materializa na atuação conjunta de pescadores, cientistas, técnicos extensionistas, agentes do Estado e comerciantes. Embora esses atores atribuam sentidos distintos ao manejo, eles convergem em práticas como a contagem dos peixes, a proteção dos lagos e a comercialização do pescado. No Médio Juruá, observa-se dinâmica semelhante. Organizações comunitárias, órgãos públicos, organizações não governamentais e empresas participam de iniciativas voltadas à conservação ambiental, à geração de renda e ao fortalecimento das atividades extrativistas, ainda que orientadas por objetivos distintos. A garantia da alimentação, da renda e da conservação no território resulta, assim, da articulação entre esses diferentes atores e instituições, construída ao longo do tempo e impulsionada, em grande medida, pelas organizações de base locais.

Vale notar, contudo, que a existência desses suportes não significa que sejam plenamente acessados pela comunidade. Quando perguntados se buscaram ajuda ou informações diante dos eventos climáticos extremos, cerca de 76% dos respondentes afirmaram que não. Entre os que buscaram, os contatos se deram principalmente com

instituições como Defesa Civil, ICMBio e SEPROR, além da liderança comunitária, e nenhum deles mencionou o poder municipal[32].

Esse isolamento institucional se torna ainda mais visível em situações de crise aguda. Na estiagem de 2024, foram distribuídas cestas básicas nas comunidades do Médio Juruá. Os relatos desse período revelam uma dimensão que distingue esse contexto de outros meios rurais do país: ter dinheiro em mãos não significa ter acesso ao alimento.

> Um dos comunitários falou: "Eu estou rezando para que tenha café [na cesta básica], porque eu tenho dinheiro para comprar, mas não tenho onde comprar café. Estou há duas semanas sem tomar." Aí, ele [gestor público] disse que foi a outra comunidade, e uma senhora falou: "Pelo amor de Deus, me diga que tem leite. Meu nenê já está há uma semana sem tomar leite. A gente está dando só a pupa da farinha para ele, da mandioca." Então, ele falou que são realidades que doem muito, porque são coisas que ele lembra da época dos seringais: de não ter o que comer, de não ter como se alimentar, de não ter onde buscar esses alimentos que são essenciais. A mudança climática também provoca esse processo de retrocesso, de direitos que achávamos já conquistados, garantidos, e que hoje acabam sendo fragilizados por causa de todos esses eventos (Entrevista com Analista Ambiental do ICMBio).

Tanto os programas regulares de transferência de renda quanto os suportes emergenciais de distribuição de alimentos integram, portanto, o conjunto de mecanismos que, articulados às formas locais de produção e reciprocidade, possibilitam o acesso à alimentação no território. Essa articulação será retomada adiante, ao mostrar como o comércio ribeirinho e outros arranjos locais compõem esses circuitos de acesso, conectando produção local e garantia de abastecimento

6.3 Comércio ribeirinho e abastecimento alimentar

Entre os arranjos que compõem a garantia da alimentação no território, o comércio ribeirinho ocupa um lugar central, especialmente por meio das cantinas comunitárias organizadas pela ASPROC. Como já destacado anteriormente, a construção das cantinas comunitárias e do Comércio Ribeirinho Solidário no Médio Juruá está diretamente vinculada ao processo de organização social das populações extrativistas, que, a partir

[32] Esse padrão contrasta com o observado em campo no Litoral Norte do Rio Grande do Sul com agricultores atingidos pela enchente de 2024, onde a prefeitura era sempre a primeira instância acionada pela população em momentos de crise. Uma hipótese para essa diferença está na estrutura de gestão das Reservas Extrativistas federais: centrada no ICMBio e nos conselhos deliberativos, ela configura um modelo de governança em que o município tende a ocupar papel secundário (TEISSERENC, 2014) – o que não é necessariamente uma falha, mas reflete a lógica própria de territórios geridos por arranjos federais e organizações de base.

dos anos 1980, passaram a se mobilizar para romper com as relações históricas de dependência impostas pelo sistema de aviamento. Nesse contexto, apoios como o do Movimento de Educação de Base (MEB) foram centrais para fomentar a criação da ASPROC, voltada à organização da produção e à construção de alternativas de comercialização que garantissem maior autonomia e acesso a alimentos sem a intermediação exploratória dos antigos barracões.

O comércio ribeirinho na Amazônia foi por séculos dominado pela figura do regatão, comerciante ambulante que percorria os rios trocando mercadorias com pequenos produtores caboclos e extrativistas. Estruturado pelo sistema de aviamento, esse comércio operava por meio de relações de crédito e dependência que sistematicamente desvalorizavam a produção local e mantinham as famílias em situação de endividamento (McGRATH, 2009). As primeiras iniciativas da ASPROC buscaram reproduzir, em alguma medida, a lógica de circulação fluvial já existente na região, por meio do uso de barcos itinerantes que comercializavam mercadorias e escoavam a produção. No entanto, esse modelo mostrou-se limitado frente às condições territoriais e às demandas das comunidades, seja pela insuficiência de capital de giro, pela dificuldade logística de atender localidades mais distantes ou pelos recorrentes problemas de desabastecimento. Essas dificuldades evidenciaram que a simples substituição do agente intermediário não era suficiente, sendo necessário reconfigurar a própria forma de organização do acesso aos alimentos e da comercialização.

É nesse processo de aprendizado coletivo que, a partir de 2009, se consolida o modelo das cantinas comunitárias, entrepostos fixos instalados nas próprias comunidades, abastecidos periodicamente, que passam a articular, de maneira mais estável, a compra da produção local e a oferta de bens a preços justos. Expandido ao longo do rio e estruturado em diferentes polos, o sistema tornou-se referência como tecnologia social, sendo reconhecido nacionalmente, inclusive com o Prêmio ODM Brasil, em 2012. Para além da dimensão econômica, as cantinas fortaleceram a SAN, ampliaram a participação comunitária e impulsionaram o protagonismo local.

Esses espaços atuam como pontos de acesso a alimentos e outros produtos, conectando as comunidades a circuitos mais amplos de circulação e permitindo a aquisição de itens que não são produzidos localmente. As cantinas operam, assim, como uma mediação entre o território e o mercado, viabilizando o acesso a produtos industrializados, mantimentos básicos e outros insumos necessários ao cotidiano.

Diferentemente do que ocorre em mercados de centros urbanos, esse acesso não se dá apenas pela lógica da compra imediata, mas envolve também formas flexíveis de pagamento, como o crédito e a troca de produtos do extrativismo, borracha, farinha, óleos e sementes, que permitem às famílias adquirir produtos mesmo em períodos de menor disponibilidade de renda (ASPROC, 2019; CNS, 2023). Nesse sentido, as cantinas ampliam as possibilidades de acesso aos alimentos, especialmente em momentos em que a produção própria, as trocas ou os benefícios sociais não são suficientes.

O modelo representa uma ruptura deliberada com a lógica histórica do aviamento: ao praticar preços equivalentes aos do mercado urbano e ao devolver às comunidades o controle sobre a circulação de sua produção, o Comércio Ribeirinho reduziu os preços em até 50% em relação ao regatão e dobrou o poder de compra das famílias (ASPROC, 2019; ICMBio, 2015).

Essa mediação torna-se ainda mais relevante em contextos de instabilidade climática. Em períodos de cheia, quando a produção é afetada ou o acesso a determinados alimentos se torna mais limitado, as cantinas passam a desempenhar papel ainda mais central no abastecimento. Isso fica evidente na capacidade do sistema de operar mesmo durante grandes estiagens: em 2023, durante a seca extrema no Amazonas, as 13 cantinas distribuídas ao longo do Médio Juruá continuaram abastecidas pela balsa da ASPROC, garantindo o acesso a mais de 100 itens em comunidades a até 52 horas de viagem da sede municipal (CNS, 2023). Em momentos de alterações nos ciclos produtivos, esses espaços contribuem para manter o acesso a alimentos mesmo diante de restrições no território.

Essa composição reflete o que a ASPROC denomina como um modelo de "economia solidária e associativista", no qual o ribeirinho produz, vende, compra e troca o que precisa para viver, sem explorar ou ser explorado (ASPROC, 2019). O comércio ribeirinho não aparece, assim, como um elemento externo ao território, mas como parte integrante das formas de organização econômica e alimentar das comunidades.

A razão pela qual esses mesmos espaços ampliam o acesso a alimentos ultraprocessados está no que define a economia solidária das cantinas. O que a caracteriza não é o tipo de produto que circula, mas a forma da relação econômica: a cantina substitui a figura do regatão, o comerciante que percorria o rio praticando preços abusivos, por um sistema em que a própria rede de organizações compra, abastece e revende a preços justos,

mantendo a renda em circulação no território. Nesse modelo, a cantina abastece o conjunto das necessidades da comunidade, incluindo itens que ela não produz: dos gêneros básicos, como sal, açúcar e óleo, aos ultraprocessados, como bolachas, refrigerantes e embutidos. Estes entram, portanto, não porque a economia solidária os promova, mas porque a cantina medeia o acesso a bens que já compõem o consumo ribeirinho, e o faz em condições menos desiguais do que as do comércio itinerante que a antecedeu.

Ao mesmo tempo, esses espaços também evidenciam transformações nas práticas alimentares, na medida em que ampliam o acesso a alimentos industrializados e ultraprocessados. Produtos adquiridos nas idas à cidade ou nas próprias cantinas passam a compor o cotidiano alimentar, não substituindo necessariamente a produção local, mas coexistindo com ela. Em períodos de escassez dos produtos base da economia local, os comunitários tendem a realizar compras com maior proporção de industrializados, o que contribui para o aumento no consumo desses itens. O acesso facilitado pelas cantinas tem, portanto, duplo efeito: garante acesso a alimentos em momentos de restrição, mas também abre caminho para transformações nos padrões de consumo que merecem acompanhamento.

6.4 Políticas públicas e respostas institucionais

As práticas e os arranjos discutidos nas seções anteriores articulam-se também a políticas públicas que incidem sobre o território. Embora operem em outras escalas e temporalidades, essas políticas influenciam as condições de realização das práticas alimentares. Esta seção examina como a relação entre Segurança Alimentar e Nutricional e Mudança do Clima vem sendo incorporada às respostas institucionais recentes, buscando compreender de que forma essas iniciativas dialogam com os arranjos territoriais analisados ao longo deste capítulo.

Os estados do Rio Grande do Sul e do Amazonas ilustram esse processo. Estiagens prolongadas e enchentes de grandes proporções impulsionaram a elaboração de planos de contingência e outras respostas emergenciais que, embora não tenham sido concebidos originalmente para integrar clima e alimentação, passaram a aproximar essas agendas na prática. Em vez da criação de novos instrumentos, observa-se, em muitos casos, o

redirecionamento e a adaptação de políticas públicas já existentes para responder às demandas colocadas pelos eventos extremos. Essa dinâmica também evidencia os desafios de territorialização das políticas públicas em contextos amazônicos, marcados por grandes distâncias, limitações logísticas e formas específicas de organização social e produtiva.

6.4.1 As ausências entre políticas de SAN e Mudança do Clima nas diferentes escalas de governo

Os arranjos territoriais descritos nas seções anteriores são atravessados por políticas públicas construídas em diferentes escalas de governo. No Brasil e no estado do Amazonas, as políticas de SAN e de mudança do clima constituíram-se como agendas paralelas, com baixo nível de articulação entre si. Os instrumentos de SAN pouco incorporaram a mudança do clima como dimensão estruturante, e as políticas climáticas tampouco reconheceram a segurança alimentar como eixo estratégico. Essa dissociação configura uma lacuna central das políticas públicas, que se expressa de maneira mais acentuada nas escalas estadual e municipal, como nos casos estudados.

Desde 2003, o Brasil registrou avanços significativos na implementação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), marcados pela intersetorialidade e pela participação social, especialmente por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) (MALUF; ZIMMERMANN; JOMALINIS, 2021). A construção da SAN deslocou-se, a partir dos anos 1980, da ênfase na produção e disponibilidade de alimentos para o foco no acesso (MALUF; REIS, 2013), ganhando densidade política nas mobilizações por direitos ao longo dos anos 1990, que resultaram na criação do primeiro CONSEA, em 1993 (LEÃO; MALUF, 2012). O processo se aprofunda a partir de 2003, com o lançamento do Programa Fome Zero e a reconfiguração institucional da SAN, que se desloca das áreas de abastecimento e saúde para o campo do desenvolvimento social, no processo de construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (MALUF; ZIMMERMANN; JOMALINIS, 2021).

A política de mudança do clima seguiu percurso distinto. Embora o Brasil tenha assumido protagonismo internacional no debate desde os anos 1990 (VIOLA, 2002;

VIOLA; FRANCHINI, 2018), sua institucionalização foi mais tardia e ancorada no setor ambiental: a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), de 2009, consolidou uma abordagem setorial, centrada em metas de emissão e instrumentos de comando e controle, com pouca articulação com políticas sociais e territoriais (OBERMAIER; ROSA, 2013). Instrumentos posteriores, como o Plano Nacional de Adaptação de 2016, foram lançados em contextos de instabilidade política e sem enraizamento intersetorial, o que contribuiu para sua baixa capilaridade e rápida descontinuidade (BRIANT; IGARI, 2024; FRANCHINI; MAUAD; VIOLA, 2020).

Sem esgotar os cenários de construção desses dois campos de políticas no âmbito federal, cabe destacar algumas iniciativas recentes que materializam interfaces entre segurança alimentar e mudança do clima no plano nacional: o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III PLANSAN 2025–2027) (BRASIL, 2025b), o Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para as Políticas Públicas (BRASIL, 2025d), a Estratégia Alimenta Cidades (BRASIL, 2023) e o Plano Clima (BRASIL, 2026). Dentre elas, merece destaque o III PLANSAN, que, diferentemente das versões anteriores, incorpora a dimensão climática como eixo transversal, reconhecendo o novo regime climático como fator estruturante da insegurança alimentar, com diretrizes específicas para a região amazônica (BRASIL, 2025b). No âmbito do Plano Clima, a segurança alimentar e nutricional ganhou também um plano setorial de adaptação próprio, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2025e).

No âmbito estadual, o Amazonas dispõe de um arcabouço institucional voltado à promoção da SAN, que inclui o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN 2018–2019), assim como leis e conselhos (ver Quadro 4). Destaca-se entre esses o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME), instituído pela Lei nº 3.454/2009 e operacionalizado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), que promove uma merenda escolar regionalizada, com produtos como macaxeira, mamão, banana e açaí (AMAZONAS, 2009). Bem como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em municípios como Carauari, esses instrumentos constituem algumas das principais formas de presença do Estado no campo da alimentação, ainda que com alcances e limitações específicas, como discutiremos adiante.

Quadro 4 - Marcos normativos sobre SAN no Amazonas

Tipo de Documento	Ano	Número	Descrição	Situação
Decreto	2004	Nº 24.142	Institui o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	Vigente
Lei Estadual	2009	Nº 3.454	Institui o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME)	Vigente
Lei Estadual	2010	Nº 3.476	Institui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)	Revogada
Decreto	2012	Nº 32.588	Cria a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	Em 2019, foi votado um novo Regimento Interno[33]
Plano Estadual	2018	-	Institui o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN)	A vigência era de 2018 - 2019
Lei Estadual	2020	Nº 5.317	Dispõe sobre o Sistema e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas	Vigente – revogou a Lei nº 3.476/2010

Fonte: elaborado pela autora.

O PLANESAN do Amazonas (AMAZONAS, 2018) reconhece as variações sazonais de enchentes e vazantes dos rios amazônicos, embora trate de forma breve seus efeitos sobre os sistemas alimentares locais, como a produção, o extrativismo, a pesca e o abastecimento em territórios ribeirinhos e extrativistas como a RESEX Médio Juruá. Nas passagens em que o tema aparece, ele se associa sobretudo às dificuldades logísticas, e as relações entre clima, território e alimentação ficam pouco exploradas. Elaborado em 2018, o plano menciona apenas uma vez "mudanças climáticas anuais", no sentido da variação sazonal, e não recorre à noção de mudança do clima. Isso reflete o momento em que foi produzido, quando a articulação entre essas duas agendas ainda começava a ganhar forma no campo das políticas públicas.

[33] Mais informações disponíveis em <https://www.seas.am.gov.br/caisan-am-faz-sua-primeira-reuniao-ordinaria-e-discute-sobre-o-plano-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-do-amazonas-2/>. Acesso em 20 de dezembro de 2025.

Esse contraste fica mais nítido quando se observa a trajetória climática do próprio estado. O Amazonas foi pioneiro ao instituir, em 2007, a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Lei Ordinária nº 3.135/2007) (CENAMO, 2013). O texto da lei, porém, não inclui a alimentação nem a segurança alimentar entre seus temas. Assim, o estado contribuiu para impulsionar a agenda climática no país, mas sem incorporar, desde a origem, um diálogo com a SAN.

A Lei nº 6.528/2023 representa um avanço: ao estabelecer diretrizes para o Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas, reconhece a vulnerabilidade dos sistemas ambientais, sociais e econômicos frente ao regime hidrológico amazônico e coloca a segurança alimentar e nutricional entre as prioridades. O plano, porém, ainda não foi lançado, o que revela o descompasso entre o marco normativo e sua implementação. A participação social prevista na lei também é restrita: a sociedade civil entra pelo Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas (FAMC), sem menção às comunidades tradicionais ou a mecanismos que reconheçam suas formas de organização, saberes e práticas.

Quadro 5 - Marcos normativos sobre Mudança do Clima no Amazonas

Tipo de Documento	Ano	Número	Descrição	Situação
Lei Estadual	2007	Nº 3.135	Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Vigente
Fórum	2009	-	Institui o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, previsto na Lei nº 3.135/2007	Vigente
Lei Estadual	2015	Nº 4.266	Cria o Sistema de Gestão de Serviços Ambientais e o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas	Vigente
Lei Estadual	2023	Nº 6.514	Institui a Política de Inteligência Climática para a Agricultura, com prioridade para a agricultura familiar	Vigente
Lei Estadual	2023	Nº 6.528	Dispõe sobre diretrizes para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas	Vigente
Lei Estadual	2025	Nº 7.432	Institui o Sistema Jurisdicional de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (REDD+ Jurisdicional) do Estado do Amazonas e define a atuação da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos (CADA)	Vigente

Decreto	2025	Nº 51.069	Institui o Comitê Permanente de Enfrentamento a Eventos Climáticos e Ambientais	Vigente

Fonte: elaborado pela autora.

A pauta da mudança do clima ainda enfrenta dificuldades significativas de articulação entre os diferentes setores e políticas públicas, em contraste com a intersetorialidade construída de forma progressiva no Brasil no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional. A incorporação explícita da mudança do clima na denominação e no escopo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no Governo Lula representa um avanço institucional relevante, mas que não tem se traduzido, de maneira equivalente, em ações robustas nos territórios. Ainda assim, as interconexões entre clima e alimentação já se manifestam de forma concreta no cotidiano das práticas dos atores sociais, como apresentei ao longo da presente tese, sugerindo que os principais desafios residem na limitada disponibilidade[34] de instrumentos institucionais capazes de reconhecê-las, articulá-las e ampliá-las.

A implementação das políticas de enfrentamento à mudança do clima encontra limites significativos em territórios distantes dos centros de decisão, como Carauari, onde se localiza a RESEX Médio Juruá. De acordo com o Índice de Capacidade Municipal em Defesa Civil, o município está classificado na Faixa D (Capacidade Inicial), refletindo baixa institucionalização da gestão de riscos e desastres e ausência de instrumentos centrais de planejamento, orçamento e prevenção. O município dispõe de uma Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil e mantém articulação com o sistema nacional, mas essas capacidades básicas não suprem as lacunas estruturais na prevenção e na preparação frente aos desastres.

A agenda de SAN no município também é pouco institucionalizada. Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2024 (IBGE, 2025b), Carauari não dispõe de secretaria específica, legislação municipal, plano ou dotação orçamentária própria para o tema. As ações existentes concentram-se em respostas emergenciais, como distribuição de cestas de alimentos e concessão de benefícios

[34] Niederle e Wesz (2022) sugerem a formulação de políticas públicas com uma gestão estratégica orientadas às práticas sociais, em detrimento de enfoques centrados exclusivamente nos beneficiários, indicando caminhos possíveis para políticas que reconheçam e valorizem as práticas que constituem o foco analítico da presente tese.

monetários, voltadas sobretudo aos usuários da rede socioassistencial e às populações indígenas.

O centro administrativo de Carauari, porém, não esgota as dinâmicas do município. O território da RESEX Médio Juruá estabelece formas de relação com o Estado distintas daquelas observadas na sede municipal. Estudos indicam que populações ribeirinhas e rurais constroem vínculos específicos com as políticas públicas, com acessos diferenciados inclusive no campo da segurança alimentar e nutricional. Em Carauari, esse contraste se expressa entre o centro urbano, onde se concentram serviços e fluxos administrativos, e a RESEX, cujo cotidiano é atravessado mais intensamente pelos regimes de cheia e seca e pela mediação de organizações comunitárias e associações locais, produzindo respostas e experiências distintas no interior do próprio município.

Esse quadro reforça a importância de complementar a análise dos instrumentos de política pública com uma abordagem voltada às práticas. A existência de políticas e planos é fundamental para compreender a resposta institucional às mudanças climáticas, mas sua realização no território depende das formas pelas quais diferentes atores, organizações e recursos são articulados no cotidiano. É nesse processo que se evidenciam tanto os limites da atuação setorial quanto as possibilidades de aproximação entre as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Mudança do Clima. A seção seguinte examina como essa dinâmica se expressa nos planos de contingência elaborados no Amazonas diante da estiagem de 2023-2024.

6.4.2 Os planos de contingência e a integração entre clima e alimentação

As limitações dessa articulação tornam-se mais visíveis quando se analisam os planos de contingência elaborados em resposta à estiagem de 2023-2024. Esses documentos permitem observar como a relação entre mudança do clima e alimentação passou a ser incorporada às respostas institucionais durante a emergência, revelando tanto avanços quanto limites dessa aproximação.

No âmbito estadual, destaca-se o lançamento do Plano Tático Estiagem Amazonas – 2024, pela Defesa Civil do Estado, voltado à organização das ações de resposta à estiagem iniciada em 2023. Paralelamente, cerca de 24 municípios atualizaram seus planos municipais de Defesa Civil ao longo de 2024, ainda que Carauari não figure entre

eles. Soma-se a esse conjunto o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil (PEPDEC 2024–2025), que busca mapear vulnerabilidades e orientar a atuação do Estado frente a desastres recorrentes. A multiplicação desses instrumentos indica a severidade do período e a centralidade que a pauta climática assume na atuação do poder público.

Não somente avança em termos de pauta climática, como é no "Plano Tático Estiagem Amazonas – 2024" que a questão da SAN é acionada em diversos momentos, inclusive nomeando esta como um dos principais desafios enfrentados nesses períodos. Tomando como referência o uso que Maluf, Zimmermann e Jomalinis (2021), a partir de Kingdon (1995), fazem da abordagem do *agenda setting* para analisar a consolidação da pauta da Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito federal, é possível mobilizar essa mesma chave analítica para refletir, em escala estadual, sobre a forma como a interface entre mudança do clima e alimentação ganha centralidade. Nessa perspectiva, a estiagem de 2023-2024 pode ser compreendida como uma *janela de oportunidade* que contribui para a elevação do tema na agenda governamental do Amazonas, a partir da construção de um arcabouço de decretos e planos de ação emergenciais.

> Os principais desafios enfrentados pelas comunidades no Amazonas durante a estiagem incluem a escassez de água potável e a dificuldade de navegação, vitais para a sobrevivência e a economia local. A redução drástica dos níveis dos rios afeta não apenas o transporte e a comunicação, mas também a pesca e a agricultura, comprometendo a segurança alimentar da região. O fenômeno das "terras caídas" aumenta o risco de desmoronamento nas margens dos rios, ameaçando diretamente as comunidades ribeirinhas (AMAZONAS, 2024a, p. 14).

A centralidade da alimentação na resposta institucional à crise climática também se expressa nos arranjos de governança criados no período recente. Tanto o Comitê Permanente de Enfrentamento a Eventos Climáticos e Ambientais quanto o Comitê de Enfrentamento à Estiagem estabelecem como prioridade absoluta o combate à insegurança alimentar e nutricional. De forma complementar, o Comitê Técnico-Científico do Amazonas (CTC/AM) institui um eixo específico dedicado a SAN, reunindo especialistas nas áreas de agricultura, pecuária, pesca e abastecimento, o que reforça a incorporação da alimentação como dimensão central da resposta climática no âmbito estadual.

Quadro 6 - Eixos e Instrumentos de ação

Eixo	Tipo de Documento	Ano	Número	Plano / Política / Instrumento	Órgão / Secretaria
Governança Climática e Arranjos Institucionais	Decreto	2023	Nº 48.164	Cria o Comitê Intersetorial de Enfrentamento à Situação de Emergência	Governo do Estado do Amazonas
	Plano Estadual	2023	-	Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ-AM 2023–2025)	Governo do Estado do Amazonas/ SEMA
	Decreto	2024	Nº 49.766	Cria o Comitê Técnico-Científico	Governo do Estado do Amazonas
	Decreto	2025	Nº 51.069	Institui o Comitê Permanente de Enfrentamento a Eventos Climáticos e Ambientais	Governo do Estado do Amazonas
Emergência e Defesa Civil	Decreto	2023	Nº 48.167	Declara situação de emergência no Estado do Amazonas	Governo do Estado do Amazonas
	Decreto	2023	Nº 48.360	Altera decreto de emergência, incluindo 7 municípios	Governo do Estado do Amazonas
	Decreto	2024	Nº 49.763	Declara situação de emergência	Governo do Estado do Amazonas
	Decreto	2024	Nº 49.764	Declara situação de emergência ambiental	Governo do Estado do Amazonas
	Plano Tático	2024	-	Plano Tático Estiagem 2024	Secretaria de Estado de Defesa Civil
	Plano Estadual	2024	-	Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil (PEPDEC 2024–2025)	Secretaria de Estado de Defesa Civil
	Plano Tático	2025	-	Plano Tático Estiagem 2025	Secretaria de Estado de Defesa Civil

Produção e Abastecimento	Termo de Referência	2023	-	Diretrizes preparatórias para ações operacionais relacionadas à estiagem	ADS
	Plano Setorial	2024	-	Plano de enfrentamento à estiagem com foco no PAA e no Garantia-Safra	SEPROR
	Plano Operacional	2024	-	Plano Operacional para Enfrentamento à Estiagem (POPEE/ADS)	ADS
	Documento Setorial	2024	-	Propostas de medidas emergenciais para o setor produtivo	FAEA
Saúde e Vigilância	Nota Informativa	2023	Nº 022.DIPRE.FVS-RCP	Orientações de vigilância, preparação e resposta à estiagem dos rios	FVS-RCP
	Plano de Contingência	2024	-	Plano de Vigilância em Saúde para Estiagem 2024	FVS-RCP
	Plano Setorial	2024	-	Ações preventivas em educação sanitária e vigilância epidemiológica animal	ADAF
Água e Infraestrutura de saneamento	Plano de Ação	2024	-	Manutenção de sistemas de abastecimento, limpeza de poços e distribuição de água	COSAMA
Assistência Social	Plano / Projeto	2024	-	Ações de Prevenção e Assistência para Estiagem 2024	SEAS

Fonte: elaborado pela autora.

Dinâmica semelhante foi observada no Rio Grande do Sul, onde as enchentes de 2024 desencadearam respostas emergenciais de acesso a alimentos[35]. Em ambos os casos,

[35] As enchentes de maio de 2024 impactaram fortemente o ambiente alimentar comunitário do Rio Grande do Sul, sobretudo os estabelecimentos que comercializam alimentos in natura e minimamente processados (SILVA et al., 2025). Como resposta, foram promovidos diferentes editais para o financiamento de cozinhas solidárias e a distribuição emergencial de alimentos, além do PAA emergencial, conforme acompanhado em campo pela autora.

os planos de contingência emergem como espaços nos quais a articulação entre clima e alimentação se torna mais nítida, ainda que as especificidades territoriais de cada contexto produzam respostas distintas. O ano de 2023 ilustra bem essa simultaneidade de extremos: enquanto o Vale do Taquari registrava mais de 400 mil pessoas atingidas por enchentes, 59 dos 62 municípios do Amazonas entravam em situação de emergência por seca (FAS, 2023). Em ambos os casos, o impacto sobre a alimentação foi imediato, pela ruptura do abastecimento, pela perda de produção e pelas restrições de acesso que a água, em excesso ou em falta, impõe aos territórios.

A partir de 2023, observa-se a ampliação das estratégias setoriais de enfrentamento à estiagem, com a atuação da Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR), da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), que passaram a elaborar planos específicos para responder aos impactos da estiagem. O quadro anterior reúne esse conjunto de documentos e evidencia a diversidade de instrumentos mobilizados e a participação de diferentes órgãos na resposta aos eventos climáticos extremos. Apesar desse avanço, as iniciativas permanecem dispersas entre diferentes setores, com pouca integração entre as ações propostas.

Os planos elaborados nos últimos anos passaram a incorporar, de forma mais explícita, a relação entre mudança do clima e segurança alimentar e nutricional. Além das medidas emergenciais, incluem ações voltadas à manutenção da produção rural, do abastecimento, da logística e dos serviços de saúde. Também preveem medidas para garantir a navegabilidade dos rios, fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ampliar o acesso à água. Essas ações reconhecem que a insegurança alimentar durante a estiagem resulta da combinação entre a interrupção do abastecimento, as perdas na produção e as dificuldades de acesso aos alimentos.

Nesse contexto, também se inserem programas permanentes do Governo do Estado do Amazonas, como o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME), o Programa Prato Cheio e o Programa de Assistência Familiar (PAF), que podem ser adaptados ou reforçados em situações de emergência. Soma-se a eles o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de iniciativa federal e executado no estado em parceria com o governo estadual. Os planos também passaram a incorporar ações de vigilância em saúde e de apoio aos produtores rurais, incluindo alertas sanitários, orientações sobre riscos nutricionais, compra antecipada da produção e distribuição de

insumos. Em conjunto, essas medidas mostram que a relação entre mudança do clima e segurança alimentar e nutricional aparece com maior clareza nos planos de contingência, especialmente nas ações voltadas à manutenção da produção, do abastecimento e do acesso aos alimentos durante os períodos de estiagem.

A Defesa Civil do Amazonas atua de maneira articulada com a SEAS na elaboração de relatórios sobre pessoas atingidas e desabrigadas em eventos extremos, subsidiando as ações de assistência social. Em situações de desastre, a SEAS orienta que os municípios designem um técnico de referência como articulador local, responsável por apoiar a identificação das famílias e a priorização de grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. No caso das comunidades indígenas, a Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (FEPIAM) desempenha papel central na articulação logística e na solicitação de cestas básicas junto ao governo federal.

É a partir desse arranjo estadual, orientado pela lógica da resposta emergencial, que o município de Carauari passa a figurar nos planos de ação. Classificado como Polo 2, o município assume papel estratégico na recepção e no controle de insumos destinados à calha do Rio Juruá, apoiado por sua infraestrutura aeroportuária e portuária e pela atuação de um Agente de Defesa Civil Estadual. Os planos também caracterizam Carauari a partir de vulnerabilidades territoriais específicas, como a presença de áreas de risco geológico muito alto, associadas a deslizamentos, erosões e boçorocas em localidades da sede rural e urbana. As respostas previstas combinam ações de assistência e infraestrutura, como obras no sistema de abastecimento de água e a manutenção do aeródromo, com iniciativas de apoio produtivo conduzidas pela ADS, a exemplo do PROMOVE para moveleiros locais, das subvenções à produção de borracha via ASPROC e das subvenções ao manejo do pirarucu.

Os planos de contingência revelam, portanto, tanto os limites das políticas setoriais quanto sua capacidade de reorientação em contextos de urgência. É precisamente essa reorientação, o reaproveitamento e a adaptação de instrumentos já existentes, que a seção seguinte examina em detalhe, buscando compreender os mecanismos pelos quais a interface entre clima e alimentação se materializa na prática dos territórios.

6.4.3 Reorientação de políticas públicas em contexto de crise climática e alimentar

A análise dos planos evidencia que essa aproximação entre mudança do clima e segurança alimentar não ocorreu, necessariamente, pela criação de novos instrumentos, mas pelo redirecionamento de políticas públicas já existentes durante a estiagem de 2023-2024. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz do que Mahoney e Thelen (2010) descrevem como conversão institucional: políticas já consolidadas, como programas de compras públicas, subvenções produtivas e ações de apoio à agricultura familiar, permanecem formalmente as mesmas, mas passam a operar com objetivos distintos dos originais. Diferentemente de um processo de simples sobreposição normativa (*policy layering)*, no qual novas regras se acumulam sobre as antigas sem substituí-las, o que se observa aqui é um redirecionamento funcional: as secretarias estaduais e os órgãos de defesa civil reinterpretam e acionam, de forma pragmática, instrumentos já existentes para responder à crise climática e alimentar. A ADS, a SEPROR e a SEAS tomam programas desenhados para outros fins, como o PAA, o PROMOVE e a subvenção da borracha, e os redirecionam para garantir alimento e renda durante a estiagem. A resposta à estiagem se estrutura pelo reaproveitamento e pela reorientação de instrumentos já disponíveis, em continuidade às políticas existentes e fortemente condicionada pelo contexto emergencial.

Esse redirecionamento ultrapassa o plano normativo e se expressa nas práticas associadas à produção, ao abastecimento e à comercialização de alimentos. Atividades anteriormente orientadas por objetivos produtivos ou econômicos assumem funções de mitigação de impactos e de garantia do direito à alimentação em contextos de emergência, atribuindo novos sentidos a arranjos já estabilizados.

No Amazonas, a ADS realiza compras emergenciais por meio do Programa de Assistência Familiar (PAF), articulando apoio à produção e garantia do acesso à alimentação. Conforme sintetizado no quadro abaixo, que reúne as principais ações mobilizadas pela Agência de Desenvolvimento Sustentável durante a estiagem de 2024, a lógica adotada consiste na compra antecipada da produção da agricultura familiar, da pesca e da aquicultura em municípios afetados ou vizinhos, seguida da doação imediata dos alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade. Essas ações funcionam como instrumentos de estabilização econômica e social, ao assegurar renda mínima aos produtores e reduzir riscos de desabastecimento em contextos de crise.

Quadro 7- Instrumentos mobilizados pela Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) durante a estiagem de 2024

Programa	Ação	Ação na Estiagem de 2024
Programa de Assistência Familiar (PAF)	Compra alimentos da agricultura familiar para doação a famílias vulnerabilizadas.	Compra antecipada da produção em municípios afetados ou vizinhos, com doação imediata às famílias atingidas.
Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME)	Incorpora produtos regionais à alimentação escolar.	Mantém a compra da produção local para garantir merenda escolar em áreas impactadas pela estiagem.
Balcão de Agronegócios (BAGRO)	Facilita a comercialização do excedente produtivo.	Conecta produtores com dificuldades de escoamento a mercados consumidores em Manaus.
Feiras Regionais da Agricultura Familiar (ADS)	Promove a venda direta entre produtores e consumidores.	Reestrutura e amplia feiras em municípios afetados, assegurando renda e abastecimento local.
Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (PROMOVE)	Incentiva a produção local de mobiliário escolar sustentável.	É acionado emergencialmente para garantir renda e empregos em municípios impactados.
Programa de Subvenção Econômica - Borracha, Juta e da Malva, Piaçava e Pirarucu manejado	Concede subsídios a extrativistas e pescadores.	Antecipação ou garantia de pagamento como suporte financeiro durante a estiagem.

Fonte: elaborado pela autora.

No nível municipal, essa dinâmica se expressa de forma clara no caso de Carauari, onde iniciativas como o Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (PROMOVE), voltado à geração de renda para moveleiros locais, o pagamento da Subvenção da Borracha, operacionalizado junto à ASPROC, e a Subvenção do Pirarucu, direcionada a pescadores manejadores, foram acionadas como estratégias de sustentação econômica em contexto de estiagem. Essas ações evidenciam como a interface entre mudança do clima e segurança alimentar se materializa, no território, por meio da adaptação de instrumentos produtivos e de geração de renda já institucionalizados.

Além das ações conduzidas pela ADS, diferentes órgãos estaduais mobilizaram instrumentos previamente existentes para enfrentar os efeitos da estiagem, como o Garantia Safra, os programas Prato Cheio e Merenda em Casa, criados no contexto da pandemia da COVID-19, e o Cartão Auxílio Estadual, iniciado na enchente de 2021. As ações desenvolvidas por secretarias como a Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) e a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC), bem como pela Fundação de Vigilância em

Saúde do Amazonas – Dra. Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP), pela Defesa Civil e por representações do setor produtivo, estão sistematizadas no quadro abaixo.

Quadro 8 - Instrumentos acionados pelas secretarias estaduais do Governo do Estado do Amazonas

Órgão/Secretaria	Instrumentos acionados	Atuação na estiagem
SEPROR	PAA e PAA Indígena; Garantia Safra	Compra pública da produção da agricultura familiar para doação e compensação de perdas produtivas causadas pela seca
SEAS	Programa "Prato Cheio"; cestas básicas; cartões auxílio como o Auxílio Estiagem/Enchente	Garantia de acesso físico e econômico à alimentação para populações em situação de vulnerabilidade. O programa Prato Cheio ofereceu refeições e sopas com tarifas reduzidas ou isentas durante a crise.
SEDUC	Programa "Merenda em Casa"	Manutenção da alimentação escolar em contextos de isolamento e interrupção do acesso às escolas.
FVS-RCP	Vigilância nutricional e sanitária	Monitoramento de desnutrição e riscos à saúde associados à escassez e à contaminação de alimentos.
FAEA	Propostas de compra antecipada; subsídio à ração e silagem	Proteção da produção agropecuária e prevenção do colapso da oferta de alimentos como os de origem animal.
Defesa Civil	Distribuição de cestas básicas; coordenação logística	Resposta alimentar imediata e mitigação do desabastecimento em áreas isoladas, garantindo insumos vitais nos mercados locais.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos Planos de Ação durante a estiagem de 2024.

Essa análise reforça um dos argumentos da tese: a articulação entre mudança do clima e alimentação se concretiza na forma como as políticas públicas são mobilizadas, apropriadas e articuladas no território, e não apenas nos instrumentos que as formalizam. Estudos anteriores (MENIN, 2021) já haviam mostrado que políticas não concebidas originalmente como instrumentos de adaptação climática, como o Bolsa Família e o Seguro Defeso, eram frequentemente mobilizadas pelas famílias ribeirinhas para viabilizar práticas de adaptação, como reformas nas moradias para enfrentar as enchentes. Os resultados desta pesquisa sugerem que dinâmica semelhante pode ocorrer com outros instrumentos, como o PROMOVE, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e diferentes ações emergenciais, que passam a integrar estratégias locais de resposta aos

eventos climáticos quando apropriados e articulados pelas organizações do território e pelas próprias comunidades.

Cabe precisar, contudo, o alcance do que aqui se demonstrou. Fundamentada em fontes documentais, esta análise identifica esse redirecionamento sobretudo no âmbito das secretarias estaduais, que reprogramam seus instrumentos diante da emergência. O modo como esses instrumentos são posteriormente apropriados pelas organizações de base, como a ASPROC, e pelas próprias comunidades ribeirinhas articula-se às práticas de reciprocidade, produção e comercialização discutidas nas seções anteriores. Embora os mecanismos específicos dessa apropriação ainda demandem maior aprofundamento, o conjunto da análise evidencia a importância de compreender as políticas públicas também a partir de sua realização no território. É na interação entre os instrumentos institucionais e as práticas territorialmente constituídas que a articulação entre mudança do clima e alimentação ganha concretude.

O que a análise dos planos de contingência e dos instrumentos mobilizados revela, em última instância, é que a articulação entre clima e SAN já existe. Ela se produz nas práticas, nas urgências e nas adaptações do cotidiano institucional. O que falta não são experiências, mas arranjos capazes de reconhecê-las, formalizá-las e torná-las contínuas para além dos momentos de crise.

A análise dos arranjos de garantia da alimentação no Médio Juruá permite também tensionar alguns limites presentes em parte da literatura de práticas sociais, especialmente aquela produzida em contextos do Norte global. Em estudos recentes sobre vulnerabilidade e adaptação em comunidades isoladas, estratégias como o armazenamento doméstico de alimentos, água e combustíveis aparecem como elementos centrais da capacidade de resposta cotidiana às crises (BARON *et al*., 2025). No contexto analisado nesta tese, contudo, a questão assume outra configuração.

Em territórios marcados por longas distâncias fluviais, forte dependência logística e instabilidade climática crescente, o acesso aos alimentos não depende apenas da capacidade doméstica de planejamento ou estoque. Mesmo quando há disponibilidade monetária, o abastecimento pode ser interrompido pela seca dos rios, pela ausência de circulação de mercadorias ou pela fragilidade das infraestruturas de transporte e comercialização. Como sintetiza o relato apresentado anteriormente, “ter dinheiro” não significa necessariamente “ter onde comprar”.

O caso do Médio Juruá mostra que as práticas alimentares não podem ser compreendidas isoladamente das condições territoriais e infraestruturais que tornam possível sua realização. A garantia da alimentação depende da articulação contínua entre circulação territorial, relações de reciprocidade, organizações comunitárias, mediações mercantis locais e políticas públicas que operam em múltiplas escalas. A alimentação emerge, assim, como um efeito contingente dos arranjos territoriais que tornam essas práticas possíveis e que são continuamente recompostos diante das dinâmicas climáticas.

Atracar no porto

7 CONCLUSÃO

Esta tese analisou como eventos climáticos extremos reconfiguram práticas e arranjos relacionados à garantia da alimentação no território do Médio Juruá, tomando as práticas alimentares como unidade de análise para analisar as relações entre alimentação, clima e território. Ao longo da pesquisa, buscou-se deslocar o olhar de abordagens centradas na percepção dos riscos climáticos para uma compreensão situada, na qual as mudanças climáticas aparecem inscritas no cotidiano das práticas alimentares e nas formas pelas quais a alimentação é garantida no território.

A análise mostrou que as práticas alimentares das famílias ribeirinhas não podem ser compreendidas isoladamente nem reduzidas a respostas diretas às mudanças climáticas. Produzir, acessar, preparar e consumir alimentos envolve relações sociais, temporalidades ambientais, infraestruturas de circulação, políticas públicas, mercados, formas de trabalho coletivo e redes de reciprocidade que se articulam continuamente no cotidiano. Nesse sentido, as mudanças climáticas não aparecem como uma dimensão externa às práticas, mas como parte das condições que reorganizam os modos de produzir e acessar alimentos no território.

A principal contribuição analítica desta tese é mostrar que, no Médio Juruá, as práticas alimentares são práticas territorializadas. O território não constitui apenas o contexto em que a alimentação acontece, mas integra os próprios feixes que tornam essas práticas possíveis. O rio, os ciclos de cheia e seca, o roçado, a pesca, as terras caídas, os deslocamentos fluviais, as cantinas comunitárias e os vínculos de vizinhança não funcionam como elementos separados da alimentação, mas como parte dos feixes prática-arranjo nos quais se reproduz cotidianamente a vida no Médio Juruá (SCHATZKI, 2002; 2019). O caso sugere, de modo mais amplo, que a dimensão territorial das práticas, pouco tematizada pela teoria das práticas sociais, merece lugar em sua análise.

Ao acompanhar o fazer alimentar das famílias ribeirinhas, a pesquisa evidenciou que a garantia da alimentação depende de arranjos historicamente construídos, que articulam escalas locais, regionais e globais e assumem formas concretas e territorialmente situadas. A atuação da ASPROC, as cantinas comunitárias, os ajuris, as redes de troca entre vizinhos e parentes, a circulação fluvial e os sistemas de manejo articulam alimentação, geração de renda e permanência no território. Em articulação com as práticas, esses arranjos participam da organização histórica da vida ribeirinha e são

continuamente tensionados e reorganizados diante da intensificação dos eventos extremos. A pesquisa mostra, nesse sentido, que parte importante das respostas às mudanças climáticas já se encontra em curso no território, inscrita em formas coletivas de organização social construídas ao longo do tempo pelas comunidades ribeirinhas do Médio Juruá.

A análise também mostrou que as transformações nas práticas alimentares não decorrem exclusivamente das mudanças climáticas. A ampliação do acesso a mercados, a maior circulação entre comunidade e cidade, a presença crescente de alimentos ultraprocessados, os programas de transferência de renda e as mudanças nos modos de vida reconfiguram continuamente o cotidiano alimentar. As práticas alimentares no território são conformadas pela sobreposição de múltiplas dinâmicas ambientais, econômicas, políticas e sociais.

Nesse percurso, a Teoria das Práticas Sociais permitiu analisar alimentação e mudança climática para além das explicações centradas no indivíduo ou em modelos abstratos de adaptação. Ao tomar práticas e arranjos como unidades de análise, tornou-se possível acompanhar como estabilidade e mudança coexistem no cotidiano, e como os eventos extremos incidem sobre relações materiais e sociais constituídas ao longo do tempo (RECKWITZ, 2002; SHOVE; PANTZAR; WATSON, 2012; WARDE, 2016). Ao mesmo tempo, a pesquisa também sugere os limites de modelos analíticos produzidos majoritariamente a partir de experiências do Norte Global, indicando a necessidade de incorporar mais profundamente as territorialidades amazônicas, os saberes locais e as relações entre humanos e não humanos na análise das práticas (CUNHA, 2009; ALMEIDA, 2008).

Esta tese também contribui para o campo da sociologia das mudanças climáticas ao deslocar a análise das percepções e dos impactos abstratos para as práticas cotidianas por meio das quais alimentação, clima e território se articulam. Ao tomar as práticas alimentares como unidade de análise, a pesquisa evidencia como eventos climáticos extremos incidem sobre feixes prática-arranjo historicamente constituídos, permitindo analisar a mudança climática não apenas como evento externo, mas como dimensão inscrita no cotidiano da reprodução da vida. No campo da sociologia da alimentação, a pesquisa contribui ao aproximar práticas alimentares, territorialidade e mudança climática em contexto amazônico, evidenciando que alimentação não pode ser compreendida apenas como consumo ou escolha individual, mas como prática social situada,

atravessada por relações ecológicas, infraestruturas, temporalidades ambientais e formas coletivas de organização.

Do ponto de vista das políticas públicas, a pesquisa evidencia os limites de abordagens que tratam segurança alimentar e mudança climática como agendas separadas. No cotidiano das comunidades ribeirinhas do Médio Juruá, alimentação, circulação, produção, sazonalidade e clima aparecem profundamente articulados, enquanto as respostas institucionais frequentemente permanecem fragmentadas entre diferentes setores e escalas de governo. Os achados da pesquisa sugerem que políticas públicas voltadas à adaptação climática e à garantia da alimentação em contextos amazônicos não devem partir apenas da criação de soluções externas ao território, mas do reconhecimento e fortalecimento das práticas e arranjos já mobilizados pelas comunidades em seu cotidiano. Redes de reciprocidade, trabalho coletivo, circulação fluvial, associações comunitárias, práticas produtivas locais e formas locais de organização alimentar constituem infraestruturas sociais fundamentais para enfrentar períodos de instabilidade climática.

Nesse sentido, a adaptação climática se revela um processo social já em curso nos territórios. As comunidades ribeirinhas, ao acionarem cotidianamente suas práticas e arranjos, produzem as condições de garantia da alimentação diante da instabilidade climática. Mais do que identificar impactos do clima sobre a alimentação, esta tese demonstrou como práticas territorializadas, mantidas e recriadas pelas comunidades, participam da reprodução da vida em contextos de instabilidade.

Permanecem, contudo, questões que esta tese não alcança responder. O modo como as práticas territorializadas respondem a um agravamento climático que tende a se intensificar, e os limites dessa capacidade de resposta diante de eventos cada vez mais frequentes, precisa ser mais aprofundado. Investigar como esses arranjos se mantêm, se transformam ou se rompem ao longo do tempo, e como as políticas públicas podem reconhecê-los e fortalecê-los, é uma agenda que se abre no momento mesmo em que a instabilidade climática torna tudo isso mais urgente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. **Fundo Amazônia apoia pequenos produtores e extrativistas com R$ 39 milhões**. Brasília, 8 abr. 2025. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202504/com-r-39-mi-fundo-amazonia-apoia-pequenos-produtores-rurais-e-extrativistas-de-oleos-vegetais-acai-e-pescado. Acesso em: 3 jun. 2026.

ALBARADO, Edilson da Costa; VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Puxirum, currículo e formação de professores nas Amazônias. **Revista Práxis Pedagógica**, v. 11, e8338, 2025. DOI: 10.69568/2237-5406.2025v11e8338.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, 2004.

ALMEIDA, M. W. B. Anarquismo ontológico e verdade no Antropoceno. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, p. 10–29, 2021.

ALMEIDA, M. W. B. Caipora e outros conflitos ontológicos. **R@U – Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 7–28, 2013.

AMAZONAS. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas (PLANESAN)**. Manaus: CAISAN-AM, 2018.

AMAZONAS. Lei nº 3.454, de 10 de setembro de 2009. Institui o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME). **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, 2009.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Defesa Civil. **Plano Tático Estiagem Amazonas 2024**. Manaus: SEDEC-AM, 2024a.

AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Shapefiles das Unidades de Conservação Estaduais**. Manaus: SEMA-AM, 2024b.

ANTUNES, A. P. et al. Healthy forests safeguard traditional wild meat food systems in Amazonia. **Nature**, v. 648, n. 8094, p. 625-633, 2025. DOI: 10.1038/s41586-025-09743-z.

ASPROC. **10 anos de Comércio Ribeirinho e Cidadania Solidária**: da luta extrativista se fortalece na expansão dos indivíduos sociais. Carauari: ASPROC, 2019. Disponível em: http://www.asproc.org.br/index.php/noticias-em-destaque/44-10-anos-de-comercio-ribeirinho-e-cidadania-solidaria-da-luta-extrativista-se-fortalece-na-expansao-dos-individuos-sociais. Acesso em: 16 jun. 2026.

AZEVEDO, Elaine de. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 44, 2017. DOI: 10.1590/15174522-019004412.

BALÉE, W. **Cultural Forests of the Amazon**: A Historical Ecology of People and Their Landscapes. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2013.

BARBOSA, Maria Phamela; AZEVEDO, Milena; SILVA, Almira. O Fórum do Território do Médio Juruá reúne associações de base e organizações parceiras para discutir ações relevantes para o território. **Instituto Juruá**, 12 dez. 2023. Disponível em: https://institutojurua.org.br/o-forum-do-territorio-do-medio-jurua-reune-associacoes-de-base-e-organizacoes-parceiras-para-discutir-acoes-relevantes-para-o-territorio/. Acesso em: 20 jun. 2026.

BARON, N. et al. Climate change adaptation as a part of everyday life: a practice theoretical approach to prevention and preparedness in remote communities. **Journal of Risk Research**, p. 731-746, 2025. DOI: 10.1080/13669877.2025.2553087.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009. Título original: Le sens pratique. Publicado originalmente em 1980.

BRASIL. CAISAN. **III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III PLANSAN)**. Brasília: CAISAN/MDS, 2025b.

BRASIL. Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011. Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental. Brasília: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cozinha Solidária da Cúpula dos Povos serve 21 mil refeições diárias na COP30, com apoio do MDS**. Brasília, DF: MDS, nov. 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cozinha-solidaria-da-cupula-dos-povos-serve-21-mil-refeicoes-diarias-na-cop30-com-apoio-do-mds. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **MDS destina 143 toneladas de alimentos para participantes da sociedade civil na COP30**. Brasília, DF: MDS, 10 nov. 2025c. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-destina-143-toneladas-de-alimentos-para-participantes-da-sociedade-civil-na-cop30. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Plano setorial de segurança alimentar e nutricional**: Plano Clima Adaptação. Brasília, DF: MDS; MMA; MCTI, 2025e. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/mudanca-do-clima/planosetorial-seguranca-alimentar-nutricional.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de sistemas alimentares e clima para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS, 2025d. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/marco-de-referencia-sobre-sistemas-alimentares-e-clima-para-politicas-publicas/10-10_af_sistemas-alimentares_final.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)**. Brasília: MMA, 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Casa Civil da Presidência da República. **Plano Clima 2024-2035**: sumário executivo. Brasília, DF: MMA, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/mudanca-do-clima/sumario-executivo-plano-clima.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRIANT, Marina Valverde; IGARI, Alexandre Toshiro. Políticas nacionais de adaptação à mudança do clima no Brasil: uma análise histórica de seus dilemas, avanços e desafios. In: **Visões para um mundo sustentável**: abordagens em ciência, tecnologia, gestão socioambiental e governança. São Paulo: Blucher, 2024.

BRONDÍZIO, Eduardo S. The Amazonian Caboclo and the Açaí palm: forest farmers in the global market. **Advances in Economic Botany**, v. 16, p. iii-403, 2008.

BRONDÍZIO, Eduardo S. et al. Locally based, regionally manifested, and globally relevant: Indigenous and local knowledge, values, and practices for nature. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 46, n. 1, p. 481-509, 2021.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1441–1451, 2007.

CARMONA, Rosario et al. Analysing engagement with Indigenous Peoples in the IPCC Sixth Assessment Report. **npj Climate Action**, 2023.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARVALHO, Felipe de. High stakes and high flavour: Indigenous chef brings Amazonian soul to COP30. **UN News**, 26 out. 2025. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2025/10/1166173. Acesso em: 9 jun. 2026.

CARVALHO, J. A. L. **Terras caídas e consequências sociais**: Costa do Miracauera, Paraná da Trindade, município de Itacoatiara – AM. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2017.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CENAMO, Mariano Colini; ALBUJA, Gabriela; SOARES, Pedro (coord.). **Análise participativa dos 5 anos de implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas do Amazonas (2007-2012)**. Manaus: IDESAM, 2013.

CNS. **Comércio Ribeirinho Solidário abastece comunidades do Médio Juruá atingidas pela estiagem no Amazonas**. Brasília: Conselho Nacional das Populações Extrativistas, 2023. Disponível em: https://cnsbrasil.org/comercio-ribeirinho-solidario-abastece-comunidades-do-medio-jurua-atingidas-pela-estiagem-no-amazonas. Acesso em: 16 jun. 2026.

COMIDA DO AMANHÃ. **Pavilions joins forces to champion just and inclusive food systems at COP30**. [S. l.], 12 nov. 2025. Disponível em: https://comidadoamanha.org/en/pavilions-joins-forces-to-champion-just-and-inclusive-food-systems-at-cop30/. Acesso em: 11 jun. 2026.

COOKSEY-STOWERS, K.; SCHWARTZ, M. B.; BROWNELL, K. D. Food Swamps Predict Obesity Rates Better Than Food Deserts in the United States. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 14, n. 11, p. 1366, 2017.

COP30. **COP with record indigenous participation secures territorial protection and mechanisms to strengthen the agenda**. Belém, 4 dez. 2025. Disponível em: https://cop30.br/en/news-about-cop30/cop-with-record-indigenous-participation-secures-territorial-protection-and-mechanisms-to-strengthen-the-agenda. Acesso em: 11 jun. 2026.

COSTA, Sérgio. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 73-100, 2004.

CRIPPA, Monica et al. Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. **Nature Food**, 2021.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro: Cultura e Barbárie; ISA, 2014.

DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario (Ed.). **A World of Many Worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

DERICKX, José Antonio; TRANSFERETTI, João A. **No coração da Amazônia**: Juruá, o rio que chora. Petrópolis: Vozes, 1992.

DIAS, Odenira Corrêa; LOPES, Marcelo Rodrigues; AGUIAR, Amália; MEDEIROS, Monique; TECCHIO, Andréia. Quintais agroflorestais amazônicos: o protagonismo das mulheres quilombolas no Baixo Tocantins, PA. **Desenvolvimento Rural**

Interdisciplinar, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revpgdr/article/view/111912. Acesso em: 1 jul. 2026.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Formação da culinária brasileira**: escritos sobre a cozinha inzoneira. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DOYEN, Marie Flore; LAQUES, Anne Elisabeth; GURGEL, Helen; GARCIA, Lucas. Sistemas agrícolas e sistema de indicadores: avaliação do impacto das alterações climáticas sobre a segurança alimentar numa bacia de inundação da Amazônia. **Confins**, n. 39, 2019. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.19151.

DUNLAP, Riley E.; BRULLE, Robert J. (ed.). **Climate change and society**: sociological perspectives. New York: Oxford University Press, 2015.

EL KHAYAT, M.; HALWANI, D. A.; HNEINY, L.; ALAMEDDINE, I.; HAIDAR, M. A.; HABIB, R. R. Impacts of Climate Change and Heat Stress on Farmworkers' Health: A Scoping Review. **Frontiers in Public Health**, v. 10, 782811, 2022.

ELOY, Ludivine; EMPERAIRE, Laure. La circulation de l'agrobiodiversité sur les fronts pionniers d'Amazonie (Cruzeiro do Sul, Acre, Brésil). **L'Espace géographique**, v. 40, n. 1, 2011.

EMPERAIRE, Laure. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 32, p. 23-35, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. 184 p.

ESCOBAR, Arturo. Territórios de diferença: a ontologia política dos "direitos ao território". **ClimaCom Cultura Científica**, Campinas, ano 3, n. 5, ago. 2016. Disponível em: https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/territorios-de-diferenca-a-ontologia-politica-dos-direitos-ao-territorio/. Acesso em: 19 jun. 2026.

ESPINOZA, Jhan-Carlo; MARENGO, José Antonio; SCHONGART, Jochen; JIMENEZ, Juan Carlos. The new historical flood of 2021 in the Amazon River compared to major floods of the 21st century: atmospheric features in the context of the intensification of floods. **Weather and Climate Extremes**, v. 35, 100406, 2022. DOI: 10.1016/j.wace.2021.100406.

FANZO, J.; CARDUCCI, B.; LOUIS-JEAN, J.; HERRERO, M.; KARL, K.; ROSENZWEIG, C. Climate change, extreme weather events, food security, and nutrition: evolving relationships and critical challenges. **Annual Review of Nutrition**, v. 45, 2025. DOI: 10.1146/annurev-nutr-111324-111252.

FAO. **FAO at COP30**. Brussels: FAO Liaison Office with the European Union and Belgium, 2025. Disponível em: https://www.fao.org/brussels/events/events-detail/fao-at-cop30/en. Acesso em: 11 jun. 2026.

FAO; UNDP. **Agrifood systems in national adaptation plans**: an analysis. Rome: FAO, 2025. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/items/a15c7ba9-24af-4e7b-be5e-353597088fa6. Acesso em: 10 jul. 2026.

FAVARETO, Arilson; GALVANESE, Carolina. Evolución del pensamiento sociológico aplicado a la cuestión territorial. In: MARTÍNEZ VALLE, Luciano; FAVARETO, Arilson; MARTÍNEZ-GODOY, Diego (ed.). **Sociología del territorio**: conceptos, enfoques y perspectivas iberoamericanas. Buenos Aires: Teseo/SDL, 2025. p. 19-50.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FERREIRA, José Cândido L. **"Pirarucu de manejo"**: conservação, mercado e transformações técnicas na pesca ribeirinha. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

FERREIRA, Leila da Costa. Mudanças climáticas e governança ambiental: o desafio do Antropoceno. **ClimaCom Cultura Científica**, Campinas, ano 1, n. 0, out. 2012. Disponível em: https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2018/08/A2_Mudancas_climaticas_e_governanca_ambiental.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

FERREIRA, Leila da Costa. **The sociology of environmental issues**. São Paulo: Annablume, 2017.

FISCHLER, Claude. **L'Homnivore**: le goût, la cuisine et le corps. Paris: Odile Jacob, 1990.

FLEISCHMANN, A. et al. Unprecedented social-ecological impacts of the 2023 extreme drought in the central Amazon. **Scientific Reports**, v. 15, 41239, 2025. DOI: 10.1038/s41598-025-25125-x.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira**: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 3, p. 3-19, 2007.

FLEURY, Lorena Cândido; MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung; TADDEI, Renzo. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 18-43, maio/ago. 2019.

FORD, James D. et al. Including indigenous knowledge and experience in IPCC assessment reports. **Nature Climate Change**, 2016.

FRANCHINI, Matías; MAUAD, Ana Carolina Evangelista; VIOLA, Eduardo. De Lula a Bolsonaro: una década de degradación de la gobernanza climática en Brasil. **Análisis Político**, v. 33, n. 99, p. 81-100, 2020. DOI: 10.15446/anpol.v33n99.90969.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS). Seca no Amazonas: os impactos na população ribeirinha. **Blog da FAS**, 14 nov. 2023. Disponível em: https://fas-amazonia.org/blog-da-fas/2023/11/14/seca-no-amazonas-os-impactos-na-populacao-ribeirinha/. Acesso em: 22 maio 2026.

GALINDO, Eryka et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, 2021.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GOMES, Sávio Marcelino et al. Biodiversity is overlooked in the diets of different social groups in Brazil. **Scientific Reports**, v. 13, art. 7509, 2023. DOI: https://doi.org/10.1038/s41598-023-34543-8.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GRISA, C. **A produção para autoconsumo no Rio Grande do Sul**: entre a substituição e a resistência. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção invisível na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65–79, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481–515, 2008.

GUIMARÃES, David Franklin da Silva. **O Clima Ritma a Vida**: o Território do Médio Rio Juruá, a Mudança Climática e os Sistemas Socioecológicos Ribeirinhos. 2022. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

GUIMARÃES, David Franklin da Silva et al. A mudança climática e os ajustes adaptativos de comunidades tradicionais extrativistas no território do Médio Juruá, Amazônia Central. **Sustainability in Debate**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 111-129, 2025. DOI: https://doi.org/10.18472/SustDeb.v16n3.2025.58115.

HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble**: making kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press, 2016.

HECKENBERGER, M. J.; NEVES, E. G. Amazonian Archaeology. **Annual Review of Anthropology**, v. 38, p. 251–266, 2009.

HEIDENSTRØM, Nina. The utility of social practice theory in risk research. **Journal of Risk Research**, v. 25, n. 2, p. 236-251, 2022. DOI: 10.1080/13669877.2021.1936608.

HENNELL, Kath. **"A proper night out"**: alcohol and risk among young people in deprived areas in North West England. 2017. Tese (Doutorado) - Lancaster University, Lancaster, 2017. DOI: https://doi.org/10.17635/lancaster/thesis/41.

HONÓRIO, O. S.; PESSOA, M. C.; GRATÃO, L. H. A.; ROCHA, L. L.; CASTRO, I. R. R.; CANELLA, D. S.; HORTA, P. M.; MENDES, L. L. Social inequalities in the surrounding areas of food deserts and food swamps in a Brazilian metropolis. **International Journal for Equity in Health**, v. 20, n. 168, 2021.

HUI, Allison. Situating decolonial strategies within methodologies-in/as-practices: a critical appraisal. **The Sociological Review**, v. 71, n. 5, p. 1075-1094, 2023. DOI: 10.1177/00380261231153752.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. **Malha municipal 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. 1 base cartográfica digital. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html. Acesso em: 5 jun. 2026.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2024**: suplemento de SAN. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b.

ICL NOTÍCIAS. Seca deixa 20 cidades em emergência no Amazonas, e governo pede que população estoque comida. **ICL Notícias**, 18 jul. 2024. Disponível em: https://iclnoticias.com.br/seca-deixa-20-cidades-em-emergencia-no-amazonas/. Acesso em: 22 maio 2026.

ICMBIO. **Comércio ribeirinho transforma realidade social**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 31 jul. 2015. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4-destaques/6913-comercio-ribeirinho-transforma-realidade-social. Acesso em: 16 jun. 2026.

ICMBIO. **Plano de manejo da Reserva Extrativista do Médio Juruá**. Carauari: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2012.

INCRA. **Extrativistas recebem casas e crédito Fomento Mulher no Amazonas**. Brasília, 19 out. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/extrativistas-recebem-casas-e-credito-fomento-mulher-no-amazonas. Acesso em: 3 jun. 2026.

INGOLD, T. **Being Alive**: Essays on Movement, Knowledge and Description. New York: Routledge, 2011.

INSTITUTO MAMIRAUÁ; CAMURA; FEMAPAM. **Secas na Reserva Amanã**: soluções de comunitários para a crise climática no Médio Solimões. Orientações para gestores públicos. Relatório da Oficina Pré-Seca 2024. Tefé: Instituto Mamirauá, 2024.

IPCC. **Climate change 2014**: impacts, adaptation, and vulnerability. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

IPCC. **Climate change and land**: an IPCC special report. Geneva: IPCC, 2019.

IPCC. **Sixth Assessment Report**. Geneva: IPCC, 2022.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2. ed. New York: HarperCollins, 1995.

LAPOLA, David M. et al. The drivers and impacts of Amazon forest degradation. **Science**, v. 379, n. 6630, eabp8622, 2023. DOI: 10.1126/science.abp8622.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru: EDUSC, 2004.

LE TOURNEAU, F.-M.; KOHLER, F. Meu coração não mudou: desenvolvimento sustentável, pragmatismo e estratégia em contexto amazônico tradicional. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 179–199, 2012.

LEÃO, Marília; MALUF, Renato S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional**: a experiência brasileira. Brasília: ABRANDH, 2012.

LEITE LOPES, José Sergio (coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LOPES, A. F.; CARVALHO, M. J. L. N.; AQUINO, N. B.; SOARES, M. L. A.; CARVALHO, S. C. C.; BARROS, F. B. Escala brasileira de insegurança alimentar: proposta adaptada para povos e comunidades tradicionais. **Demetra**, v. 17, e66149, 2022. DOI: 10.12957/demetra.2022.66149.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (Ed.). **Explaining Institutional Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MALUF, Renato S. J.; REIS, Márcio C. dos. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (Org.). **Segurança Alimentar e Nutricional**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MALUF, Renato S.; ZIMMERMANN, Silvia A.; JOMALINIS, Emília. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 517-544, 2021. DOI: 10.36920/esa-v29n3-2.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 48-57.

MARENGO, José A. Interdecadal variability and trends of rainfall across the Amazon basin. **Theoretical and applied climatology**, v. 78, n. 1, p. 79-96, 2004.

MARENGO, José A. et al. The drought of Amazonia in 2005. **Journal of climate**, v. 21, n. 3, p. 495-516, 2008.

MARENGO, José A. et al. The drought of 2010 in the context of historical droughts in the Amazon region. **Geophysical research letters**, v. 38, n. 12, 2011.

MARENGO, José Antonio; ESPINOZA, Jhan Carlo. Extreme seasonal droughts and floods in Amazonia: causes, trends and impacts. **International Journal of Climatology**, v. 36, n. 3, p. 1033-1050, 2016.

McGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 1, p. 61-90, jun. 2009.

MELLO, Anísio Thaumaturgo Soriano de. **Vocabulário etimológico tupi do folclore amazônico**. Manaus: SUFRAMA, 1983.

MENIN, Júlia. **"A natureza se move e a gente se move junto"**: práticas de adaptação às mudanças climáticas em comunidades ribeirinhas da Amazônia. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MERIGUETE, Indramara Lôbo de Araújo Vieira; ARAÚJO, Maria Isabel de; SOUSA, Silas Garcia Aquino de. Ajuri nas florestas: uma prática real. In: FÓRUM DE ESTUDOS LEITURAS DE PAULO FREIRE DA REGIÃO NORTE: EDUCAÇÃO POPULAR EM DEBATE, 1., 2016, Manaus. **Anais [...]**. p. 23-38.

MIRANDA, Cynthia Tereza Corrêa da Silva et al. Unconventional edible plants of the Amazon: bioactive compounds, health benefits, challenges, and future trends. **Foods**, v. 13, n. 18, 2925, 2024. DOI: 10.3390/foods13182925.

MORAES, A. O.; SCHOR, T. Mercados, tabernas e feiras: custo de vida nas cidades na calha do Rio Solimões. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 101–115, 2010.

MOTA, Dalva Maria et al. Comida de hoje, comida de ontem em quilombos na Amazônia Oriental do Pará. **RESR**, 2024.

MURRIETA, R. S. S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 2, p. 39–88, 2001.

MURRIETA, R. S. S. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, v. 41, n. 1, p. 97–150, 1998.

MURRIETA, R. S. S.; DUFOUR, D. Fish and farinha: protein and energy consumption in Amazonian rural communities on Ituqui Island, Brazil. **Ecology of Food and Nutrition**, v. 43, n. 3, p. 231–255, 2004.

MURRIETA, R. S. S.; WINKLERPRINS, A. M. G. A. Flowers of water: homegardens and gender roles in a riverine caboclo community in the Lower Amazon, Brazil. **Culture & Agriculture**, v. 25, n. 1, 2003. DOI: 10.1525/cag.2003.25.1.35.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; DUFOUR, Darna L.; SIQUEIRA, Andrea D. Food consumption and subsistence in three caboclo populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil. **Human Ecology**, v. 27, p. 455-475, 1999. DOI: 10.1023/A:1018779624490.

NEVES, E. G. **Sob os Tempos do Equinócio**: Oito Mil Anos de História na Amazônia Central. São Paulo: Edusp/Ubu Editora, 2022.

NICOLINI, D. **Practice Theory, Work and Organization**: An Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2012.

NIEDERLE, Paulo; WESZ JUNIOR, V. J. A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis por meio de políticas orientadas para uma gestão estratégica das práticas sociais. **Raízes**, v. 42, n. especial, p. 507-520, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.804.

NIGHTINGALE, Andrea J. et al. Beyond technical fixes. **Climate and Development**, 2020.

OBERMAIER, Martin; ROSA, Luiz Pinguelli. Mudança climática e adaptação no Brasil: uma análise crítica. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 78, p. 155-176, 2013.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA (OPAN). Comunidades atingidas pela enchente do rio Juruá precisam de ajuda. **OPAN**, 31 mar. 2021. Disponível em: https://amazonianativa.org.br/2021/03/31/comunidades-do-medio-jurua-precisam-de-ajuda/. Acesso em: 22 maio 2026.

PEREIRA, W. et al. Bioeconomy and climate change: the scenarios of food insecurity in Brazil's Northern Region (Amazon) due to the shift from traditional table crops to globally valued commodities. **Foods**, v. 14, n. 23, 4146, 2025. DOI: 10.3390/foods14234146.

PIPERATA, Barbara A. et al. Nutrition in transition: dietary patterns of rural Amazonian women during a period of economic change. **American Journal of Human Biology**, v. 23, n. 4, p. 458-469, 2011.

PONTES, Fábio. Uma Amazônia sem água e sem comida. **Varadouro**, Rio Branco, 29 fev. 2024. Disponível em: https://ovaradouro.com.br/uma-amazonia-sem-agua-e-sem-comida/. Acesso em: 24 jun. 2026.

PORTER, John R. et al. Invited review: Intergovernmental Panel on Climate Change, agriculture, and food: a case of shifting cultivation and history. **Global Change Biology**, v. 25, n. 8, p. 2518-2529, 2019. DOI: 10.1111/gcb.14700.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina. **INTERthesis**, 2012.

POTENZA, Renata Fragoso et al. **Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil**: 1970-2021. [S. l.]: Observatório do Clima, 2023. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 245-256, 2003.

QUEVEDO, R. P. et al. Attributing the 2021 Juruá River floods to climate change: evidence, impacts, and adaptation in the Brazilian Amazon. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 125, 105530, 2025. DOI: 10.1016/j.ijdrr.2025.105530.

RAHMAN, Tanzeel Ur et al. Towards sustainable solutions: climate change and food security in a globalized world. **Food and Energy Security**, v. 14, n. 5, e70126, 2025. DOI: 10.1002/fes3.70126.

RAJ, Subhashni et al. Food Security and Climate Change. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, 2022.

RECKWITZ, A. Toward a Theory of Social Practices: A Development in Culturalist Theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243–263, 2002.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN**: relatório final. São Paulo, 2022.

RIBOT, Jesse. Cause and response: vulnerability and climate in the Anthropocene. **The Journal of Peasant Studies**, 2014.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo ch'ixi es posible**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

ROCKSTRÖM, Johan; THILSTED, Shakuntala Haraksingh; WILLETT, Walter C. et al. The EAT-Lancet Commission on healthy, sustainable, and just food systems. **The Lancet**, 2025. DOI: 10.1016/S0140-6736(25)01201-2.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira; ANDRADE, Natália Teixeira; SILVA, Thamirys Souza e; NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. Organização e trabalho das mulheres ribeirinhas amazônicas: um estudo nas comunidades de Santa Luzia e São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/AM. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, n. 1, p. 113-134, 2015.

ROMA NEWS. Agricultura familiar vira motor da alimentação na COP30 e garante comida farta em Belém. **Roma News**, 21 nov. 2025. Disponível em: https://www.romanews.com.br/sustentabilidade/agricultura-familiar-vira-motor-da-alimentacao-na-cop30-e-garante-comida-farta-em-belem-1125. Acesso em: 15 jul. 2026.

ROMANELLO, Marina et al. The 2024 report of the Lancet Countdown on health and climate change. **The Lancet**, 2024.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, n. 20, p. 41-49, 1999.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.

SAMPAIO, R.; MORATO, R.; ROYLE, A.; ABRAHAMS, M.; PERES, C.; CHIARELLO, A. Vertebrate population changes induced by hunting in Amazonian sustainable-use protected areas. **Biological Conservation**, v. 284, 110206, 2023. DOI: 10.1016/j.biocon.2023.110206.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: INCT/UnB, 2015.

SANTOS, Lorena Oliveira dos; ALVES, Juliede de Andrade; ABREU, Beatriz Lúcia Maia; ABREU, Evelyn Caldas; SANTOS, Juan Messias Souza; SATO, Priscila de Morais. A insegurança alimentar e nutricional entre povos tradicionais no Brasil: uma revisão de escopo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 31, e024037, 2025. DOI: 10.20396/san.v31i00.8677293.

SCHÄFER, Hilmar. Relationality and heterogeneity: transitive methodology in practice theory and actor-network theory. In: JONAS, Michael; LITTIG, Beate; WROBLEWSKI, Angela (ed.). **Methodological reflections on practice oriented theories**. Cham: Springer, 2017. p. 35-46.

SCHATZKI, Theodore R. **Social change in a material world**. London: Routledge, 2019.

SCHATZKI, Theodore R. **Social Practices**: A Wittgensteinian Approach to Human Activity and the Social. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SCHATZKI, Theodore R. **The site of the social**: a philosophical account of the constitution of social life and change. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

SCHOR, T.; TAVARES-PINTO, M. A.; AVELINO, F. C. C.; RIBEIRO, M. L. Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. **Confins**: Revue franco-brésilienne de géographie, n. 24, 2015.

SCHOR, Tatiana; TAVARES-PINTO, Moisés Augusto; BUTEL, Alex. Mercados e feiras na tríplice fronteira: uma análise dos espaços de comercialização de produtos in natura na cidade de Tabatinga, Amazonas - Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 59, p. 1-17, 2016. DOI: 10.14393/RCG175901.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. **As diferentes faces do Estado na Amazônia**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SCIENCE PANEL FOR THE AMAZON. **The 2025 Amazon Assessment Report of the Science Panel for the Amazon**: connectivity of the Amazon for a living planet. [S. l.]: SPA, 2025.

SHIVA, Vandana. **Staying Alive**: Women, Ecology and Development. London: Zed Books, 1988.

SHOVE, E.; PANTZAR, M.; WATSON, M. **The Dynamics of Social Practice**: Everyday Life and how it Changes. London: SAGE, 2012.

SILVA, L. Y. da; MAGALHÃES, E. I. S.; VARGAS, J. C. B.; MENDES, L. L.; CANUTO, R. Climate emergency and the food system: the impact of May floods on the community food environment of the Rio Grande do Sul State, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 41, n. 4, e00130824, 2025.

SILVA, R. J.; GARAVELLO, M. E. P. E.; NARDOTO, G. B.; MAZZI, E. A.; MARTINELLI, L. A. Factors influencing the food transition in riverine communities in the Brazilian Amazon. **Environment, Development and Sustainability**, v. 19, n. 3, p. 1087-1102, 2017. DOI: 10.1007/s10668-016-9783-x.

SITAWI. **Andiroba**: a semente que gera renda e planos para moradores do Território Médio Juruá. [S. l.], jun. 2022. Disponível em: https://pcabhub.org/pt-br/noticias/noticias-destaques-pcab/andiroba-a-semente-que-gera-renda-e-planos-para-moradores-do-territorio-medio-jurua. Acesso em: 18 maio 2026.

SOUSA, Girlian Silva de. **Caça e segurança alimentar em comunidades ribeirinhas do Médio Xingu**. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SWINBURN, Boyd A. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change. **The Lancet**, 2019.

TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A.; SABOURIN, E.; CORTES, G. Estratégias de reprodução social e pluriatividade em famílias rurais pobres. **REDES – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 3, p. 34–56, 2019.

TEISSERENC, P. Governança territorial em reservas extrativistas. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 11, n. 22, 2014.

THOMAS, Leah. **The Intersectional Environmentalist**. New York: Voracious/Little, Brown, 2022.

TREGIDGO, D.; CAMPBELL, A. J.; RIVERO, S. et al. Vulnerability of the Açaí Palm to Climate Change. **Human Ecology**, v. 48, p. 505–514, 2020a.

TREGIDGO, D.; BARLOW, J.; POMPEU, P. S.; PARRY, L. Tough fishing and severe seasonal food insecurity in Amazonian flooded forests. **People and Nature**, v. 2, n. 2, p. 468–482, 2020b.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

ULLOA, Astrid. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI. **Desacatos**, n. 54, p. 58-73, 2017.

UNITED NATIONS. Permanent Forum on Indigenous Issues. **Report on the twenty-second session**. New York: UN, 2023. (E/2023/43-E/C.19/2023/7).

VALENCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3631-3644, set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mgDC4L9wdshN9rJ3GLV3PVv. Acesso em: 19 jun. 2026.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. 280 p.

VASCONCELOS, Mônica Alves de; VEIGA, José Augusto Paixão; SILVA, Josivaldo Lucas Galvão; GUIMARÃES, David Franklin; BRITO, Adriane Lima; SANTOS, Yara Luiza Farias dos; LOPES, Myriam; LIMA, Adriana Lira; OLIVEIRA, Erilane Teixeira de. Climate change and its impact on the agricultural calendar of riverine farmers in Médio Juruá, Amazonas State, Brazil. **Atmosphere**, v. 13, n. 12, p. 2018, 2022. DOI: https://doi.org/10.3390/atmos13122018.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre). **Revista de Antropologia**, v. 50, n. 2, 2007.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, 2002.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. **Brazil and Climate Change**: Beyond the Amazon. New York: Routledge, 2018.

WARDE, Alan. After taste: Culture, consumption and theories of practice. **Journal of Consumer Culture**, v. 14, n. 3, p. 279–303, 2014.

WARDE, Alan. Consumption and theories of practice. **Journal of Consumer Culture**, v. 5, n. 2, p. 131-153, 2005.

WARDE, Alan. **Consumption, food and taste**. London: Sage, 1997.

WARDE, Alan. **The practice of eating**. Cambridge: Polity Press, 2016.

WINKLERPRINS, Antoinette M. G. A.; SOUZA, Perpétuo S. de. Surviving the city. **Journal of Latin American Geography**, v. 4, n. 1, 2005.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UnB, 1997.

WORLD WEATHER ATTRIBUTION. **Climate change, not El Niño, main driver of exceptional drought in highly vulnerable Amazon River basin**. [S. l.]: WWA, 24 jan. 2024. Disponível em: https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-not-el-nino-main-driver-of-exceptional-drought-in-highly-vulnerable-amazon-river-basin. Acesso em: 16 jun. 2026.

XU, Hang et al. Global food-driven greenhouse gas emissions are highly unequal across income groups. **Environmental Science & Technology**, v. 59, n. 44, p. 23859-23868, 2025. DOI: 10.1021/acs.est.5c06086.

ZUMAK, André et al. Riverine communities in the Central Amazon are largely subject to erosion and sedimentation risk. **Communications Earth & Environment**, v. 6, 92, 2025. DOI: 10.1038/s43247-025-02058-x.

APÊNDICE A - CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES ENTREVISTADOS

Entrevista	Local de origem	Faixa etária	Escolaridade
E72	Sede de Carauari	18 a 24 anos	Ensino médio completo
E73	Comunidade do Médio Juruá	25 a 34 anos	Ensino fundamental incompleto
E74	Comunidade do Médio Juruá	18 a 24 anos	Ensino médio completo
E75	Comunidade do Médio Juruá	18 a 24 anos	Ensino médio completo
E76	Comunidade do Médio Juruá	Acima de 55 anos	Não pôde acessar o sistema de ensino
E77	Comunidade do Médio Juruá	18 a 24 anos	Ensino médio incompleto
E78	Comunidade Nova Esperança	18 a 24 anos	Ensino médio completo
E79	Sede de Carauari	35 a 44 anos	Pós-graduação
E80	Comunidade do Médio Juruá	25 a 34 anos	Ensino fundamental incompleto
E81	Comunidade do Médio Juruá	25 a 34 anos	Ensino médio incompleto
E82	Sede de Carauari	25 a 34 anos	Ensino fundamental incompleto
E83	Comunidade Nova Esperança	18 a 24 anos	Ensino médio completo
E84	Comunidade do Médio Juruá	35 a 44 anos	Ensino fundamental completo
E85	Comunidade do Médio Juruá	18 a 24 anos	Ensino médio incompleto
E86	Comunidade Nova Esperança	18 a 24 anos	Ensino médio incompleto
E87	Comunidade do Médio Juruá	Acima de 55 anos	Ensino fundamental incompleto
E88	Outro município do Amazonas	45 a 55 anos	Ensino médio incompleto
E89	Comunidade do Médio Juruá	25 a 34 anos	Ensino superior incompleto
E90	Comunidade do Médio Juruá	35 a 44 anos	Ensino médio completo
E91	Comunidade do Médio Juruá	Acima de 55 anos	Não pôde acessar o sistema de ensino
E92	Comunidade do Médio Juruá	18 a 24 anos	Ensino médio incompleto
E93	Comunidade do Médio Juruá	25 a 34 anos	Ensino médio completo
E94	Comunidade do Médio Juruá	Acima de 55 anos	Não pôde acessar o sistema de ensino
E95	Comunidade do Médio Juruá	45 a 55 anos	Não pôde acessar o sistema de ensino
E96	Comunidade do Médio Juruá	25 a 34 anos	Ensino médio completo
E97	Outro município do Amazonas	Acima de 55 anos	Ensino fundamental incompleto
E98	Comunidade Nova Esperança	18 a 24 anos	Ensino médio completo
E99	Sede de Carauari	25 a 34 anos	Ensino médio completo
E100	Comunidade do Médio Juruá	Acima de 55 anos	Não pôde acessar o sistema de ensino
E101	Comunidade do Médio Juruá	Acima de 55 anos	Não pôde acessar o sistema de ensino
E102	Comunidade do Médio Juruá	25 a 34 anos	Ensino médio completo
E103	Comunidade Nova Esperança	18 a 24 anos	Ensino médio incompleto
E104	Comunidade Nova Esperança	18 a 24 anos	Ensino fundamental incompleto
E105	Comunidade do Médio Juruá	25 a 34 anos	Ensino médio completo
E106	Comunidade do Médio Juruá	25 a 34 anos	Ensino médio completo
E107	Comunidade do Médio Juruá	35 a 44 anos	Ensino fundamental incompleto
E108	Outro município do Amazonas	25 a 34 anos	Ensino fundamental incompleto
E109	Comunidade do Médio Juruá	35 a 44 anos	Ensino médio incompleto
E110	Comunidade do Médio Juruá	35 a 44 anos	Ensino médio completo
E111	Comunidade do Médio Juruá	Acima de 55 anos	Ensino fundamental incompleto

E112	Comunidade do Médio Juruá	25 a 34 anos	Ensino médio completo
E113	Comunidade do Médio Juruá	45 a 55 anos	Ensino médio completo
E114	Comunidade do Médio Juruá	Acima de 55 anos	Ensino fundamental incompleto
E115	Outro município do Amazonas	Acima de 55 anos	Ensino fundamental incompleto
E116	Comunidade do Médio Juruá	35 a 44 anos	Ensino médio completo
E117	Comunidade do Médio Juruá	Acima de 55 anos	Ensino fundamental incompleto

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ODS2.4-AM: ENTENDENDO O PAPEL DAS REDES SOCIAIS SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR ANTE EXTREMOS CLIMÁTICOS NO AMAZONAS

PROTOCOLO DE ENTREVISTA

Questionário n°	**Data:**	**Local:**
Tipo: Produtores e/ou moradores locais		
Você aceita que a entrevista seja gravada? ( ) Sim ( ) Não **Este formulário contém algumas questões que solicitam dados pessoais. Você deseja respondê-las?** (*informar ao entrevistado que ele poderá optar por não responder quaisquer questões*) ( ) Sim ( ) Não		
É nascido no município? Se não for, é da região Amazônica? De onde? Se não for nascido na Amazônia, há quanto tempo reside na região?		
Idade ( ) 18 a 24 anos ( ) 25 a 34 ( ) 35 a 44 ( ) 45 a 55 ( ) acima de 55 anos		
Você já frequentou a escola? ( ) ensino fundamental incompleto ( ) ensino fundamental completo ( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio completo ( ) ensino superior incompleto ( ) ensino superior completo ( ) pós-graduação ( ) Não pôde acessar sistema de ensino		

1. De tempos em tempos a gente precisa conversar com outra pessoa sobre assuntos importantes para a nossa vida, como quando precisamos decidir algo importante. Quem seriam as pessoas que você conversaria sobre coisas importantes? (*Pergunte gênero, idade, conexão: 1. Família; 2. Amigo; 3. Conhecido; 4. Outros*)

Pessoa (nome, sobrenome e apelido, se for o caso)	**Gen.**	**Idade**	**Conex.**	**Uso**	**Rec. Uso**	**Alm.**	**Rec. Alm.**
1							
2							
3							

2. Recentemente, alguém, **fora da sua casa**, lhe ajudou em alguma atividade? *(cozinhar, cuidar da roça, fazer reparos na casa/pintura, faxina, cuidar das crianças etc.)* (*Pergunte gênero, idade, conexão: 1. Família; 2. Amigo; 3. Conhecido; 4. Outros*)

Pessoa (nome, sobrenome e apelido, se for o caso)	**Gen.**	**Idade**	**Conex.**	**Uso**	**Rec. Uso**	**Alm.**	**Rec. Alm.**
1							
2							
3							

3. Quem são as pessoas que você gosta muito de conversar, reunir, passear? (P*ergunte gênero, idade, conexão: 1. Família; 2. Amigo; 3. Conhecido; 4. Outros*)

Pessoa (nome, sobrenome e apelido, se for o caso)	Gen.	Idade	Conex.	Uso	Rec. Uso	Alm.	Rec. Alm.
1							
2							
3							

4. Caso você precise emprestar pequenas coisas, como um instrumento para a "roça" ou um pouco de arroz, haveria alguém, **fora da sua casa**, que poderia lhe emprestar? (*Pergunte gênero, idade, conexão: 1. Família; 2. Amigo; 3. Conhecido; 4. Outros*)

Pessoa (nome, sobrenome e apelido, se for o caso)	Gen.	Idade	Conex.	Uso	Rec. Uso	Alm.	Rec. Alm.
1							
2							
3							

5. Caso você precise emprestar um volume grande de dinheiro (*por exemplo R$ 1.000,00*), haveria alguém, **fora da sua casa**, que poderia lhe emprestar? (*Pergunte gênero, idade, conexão: 1. Família; 2. Amigo; 3. Conhecido; 4. Outros*)

Pessoa (nome, sobrenome e apelido, se for o caso)	Gen.	Idade	Conex.	Uso	Rec. Uso	Alm.	Rec. Alm.
1							
2							
3							

6. Existe alguém que você considera muito próximo e que não foi citado em uma das perguntas anteriores? (*Pergunte gênero, idade, conexão: 1. Família; 2. Amigo; 3. Conhecido; 4. Outros*)

Pessoa (nome, sobrenome e apelido, se for o caso)	Gen.	Idade	Conex.	Uso	Rec. Uso	Alm.	Rec. Alm.
1							
2							
3							

7. Imagine que um dia você precise de ajuda para realizar atividades como agricultura, plantio, pesca, caça ou coleta, com que frequência você poderia pedir ajuda das pessoas citadas? (*Marque na coluna "Uso" com a escala de 0 (nunca) a 5 (sempre). É possível que a pessoa indique outro nome que não tenha citado ainda. Neste caso, anotar as informações da tabela aqui)* _____

_____

_____

8. Agora uma situação oposta: imagine que seus contatos precisem de ajuda para realizar essas atividades, com que frequência ele poderia pedir sua ajuda? (*Marque na coluna "Uso" com a escala de 0 (nunca) a 5 (sempre). É possível que a pessoa indique outro nome que não tenha citado ainda. Neste caso, anotar as informações da tabela aqui)* _____

_____

_____

9. Existe algo no meio ambiente/natureza (*elementos/componentes*) que você considera importante para sua vida, para saúde da sua família e amigos, ou ainda há alguma atividade que você realiza na natureza com as pessoas citadas acima (*bem-estar, saúde, alimentação, renda, diversão etc.*)? _____

_____

_____

10. Considerando aqui onde você vive, você diria que esses elementos citados são (*ATENÇÃO: utilizar as linhas abaixo para especificar, caso o entrevistado queira, as abundâncias distintas para benefícios distintos*) ( ) Muito abundantes ( ) Abundantes ( ) Pouco abundantes ( ) Muito pouco abundantes

_____

_____

_____

11. Na sua opinião, esses elementos estão ligados à sua alimentação? Como ou quais componentes/elementos estão ligados? (*podem citar se plantam/extraem espécies da região como priprioca, açaí, guaraná, tucumã, peixes, ou ainda a água para beber, para molhar a horta etc.*)? _____

_____

_____

_____

12. O você **MAIS GOSTA** de comer? (*a pessoa pode citar mais de um tipo de alimento)* _____

_____

_____

13. Você tem acesso a esse alimento aqui na região? Se sim, como? *(Você planta? Você extrai da floresta? Você compra ou troca?)* Se não, por quê? (*Causas possíveis: preço alto, dificilmente se encontra na região ou é um alimento que não dá o ano todo – como o açaí em Carauari – ou de baixa qualidade etc.*)

_____

_____

_____

14. Qual (s) alimento está mais presente no seu dia a dia/nas refeições? E onde você compra/pega esse alimento? (*ATENÇÃO: sempre perguntar se **cria/planta** e só prossiga até a pergunta 17 se a pessoa indicar que **SIM.** Em caso negativo, pule para a pergunta 18)*

Origem animal	**Origem vegetal -Plantação**	**Origem vegetal - Extrativismo**	**Outros**
( ) Alimentos processados (salsicha, calabresa, salame etc.) ( ) Caça – *qual*? ( ) Carne de boi ( ) Carne de porco ( ) Frango ( ) Ovos ( ) Pato ( ) Peixe – *qual*?	( ) Abacate ( ) Abóbora/ jerimum ( ) Açaí ( ) Arroz ( ) Banana ( ) Batata ( ) Biribá ( ) Buriti ( ) Cará ( ) Cupuaçu ( ) Feijão ( ) Frutas (laranja, limão, melancia, abacaxi, etc.) ( ) Horta (cebola, pimenta de cheiro, cebolinha, chicória, coentro, tomate...) ( ) Macaxeira ( ) Maxixe ( ) Milho ( ) Tucumã	( ) Açaí ( ) Bacaba ( ) Buriti ( ) Cacau ( ) Camu-camu ( ) Castanha do Norte ( ) Coco ( ) Cupuaçu ( ) Jambo ( ) Marimari ( ) Patauá ( ) Piquiá ( ) Taperebá ( ) Tucumã ( ) Uxi	( ) Bolacha/biscoito ( ) Farinha ( ) Macarrão ( ) Molho de tomate ( ) Tapioca

15. Onde é e como são esses locais de criação e/ou plantação? (*é próximo de onde mora ou no próprio quintal? tem um plantio/criação compartilhado entre espécies, incluindo arbóreas? tem vegetação/floresta no entorno e/ou é próximo do rio?*) _____

_____

_____

_____

16. O plantio e/ou a criação são para consumo da sua família ou você costuma vender/trocar? Se vende/troca, quanto? (*quantidade/volume aproximados, não o valor*) _____

_____

_____

17. Toda sua alimentação e da sua família vem do que vocês plantam/criam? Se não, como faz para complementar? (*ATENÇÃO: o complemento pode vir da compra de alimento, mas neste caso tentar extrair da conversa se o complemento vem de auxílios do governo, cestas básicas de instituições, doações e se isso é suficiente para o mês todo etc.*) _____

_____

_____

18. Além dos ingredientes da sua alimentação (*carne, óleo, arroz etc.*), o que mais você considera essencial para o preparo deles? *(Direcionar: água potável, higienização/descarte (saneamento), conhecimento tradicional sobre preparo/uso de plantas/animais)* _____

_____

_____

19. Nos últimos 15/20 anos, você percebeu alguma mudança no clima? (*No geral, passou a chover mais? chover menos? chover mais no verão ou no inverno? está mais quente/mais frio etc.*) Algum evento específico lhe marcou? *(cheia/ seca... quando)* _____

_____

_____

20. (*ATENÇÃO: só prossiga com esta pergunta até a 23 se a resposta for **SIM** para pergunta anterior. Caso contrário, pule para a pergunta 24)* Na sua opinião, essas alterações afetaram a sua alimentação e de sua família? Algum alimento que você gosta de comer e/ou que considera importante foi afetado por essas alterações? (*Se planta/cria/extrai: afetou produtividade? Ficou mais difícil de encontrar na floresta? Qual o mais afetado? Se compra: alimento ficou mais caro? Ficou mais difícil de achar? Algum alimento merece destaque?*) _____

_____

_____

21. O que você fez/faz para contornar essa situação? (*ATENÇÃO: deixar a pergunta aberta, mas usar as alternativas abaixo como apoio observando o que a pessoa já respondeu nas perguntas anteriores*)

Plantação/Extrativismo	**Criação/Caça**	**Compra**
( ) mudou as espécies cultivadas/extraídas da floresta	( ) mudou o animal criado	( ) passou a trocar alimentos (ou intensificou a troca) – *quais?*
( ) mudou a combinação de plantas cultivadas	( ) mudou o local/área de criação	
( ) mudou o local/área de cultivo	( ) passou a criar animais	
( ) está irrigando menos/mais	( ) deixou de criar animais	
( ) deixou de plantar algo – *o quê?*	( ) começou a se alimentar de caça	
	( ) passou a caçar mais	

22. Você entrou em contato com alguém/instituição para entender o que estava ocorrendo? Quem? (*ou buscou outras fontes de informação? Quais? etc.*) Você acha que isso pode se repetir no futuro? Por quê?

_____

_____

_____

23. Você já teve que reduzir a compra de alimentos para conseguir pagar outras coisas, como água, luz, aluguel, combustível barco, tratamento de alguém doente, ou pelo preço do botijão? Se sim, por quanto tempo e com qual frequência isso ocorreu/ocorre? (*alguns dias, um mês, vários meses seguidos/não seguidos, sempre foi assim*) _____

_____

_____

24. (*Se a pessoa responder **SIM** na questão anterior, perguntar*) Você ou alguém da sua família já teve alguma indisposição (*fraqueza, dor de cabeça, desmaio etc.*) ou ficou doente por conta dessa redução na compra de alimentos? _____

_____

_____

25. Imagine que um dia você esteja preocupado sobre ter comida suficiente para você e sua família, com que frequência você poderia pedir ajuda das pessoas indicadas no começo da entrevista *(especificamente para troca/doação de alimentos*)? (*Marque na coluna "Alm." escala de 0 (nunca) a 5 (sempre). É possível que a pessoa indique outro nome que não tenha citado ainda. Neste caso, escrever aqui)* _____

_____

_____

26. Agora uma situação oposta: imagine que seus contatos estejam preocupados sobre ter comida suficiente, com que frequência a pessoa poderia obter sua ajuda? (*Marque na coluna "Rec. Alm." escala de 0 (nunca) a 5 (sempre)* _____

_____

27. Caso você visse algum problema no meio ambiente, teria alguém/alguma instituição para obter informações/ajuda ou reportar o ocorrido? (*lago no defeso, extração de produtos florestais não madeireiros, promove agrofloresta etc. pergunte gênero, idade, conexão: 1. Família; 2. Amigo; 3. Conhecido; 4. Outros*)

Pessoa (nome, sobrenome e apelido, se for o caso)/Instituição	Gên.	Idade	Conexão
1			
2			
3			